

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**

**(DES)CONSTRUÇÕES DO MASCULINO E DO FEMININO NA
RELAÇÃO DE MULHERES-MÃES COM SEUS FILHOS E
FILHAS.**

FLORIANÓPOLIS

2011

FABÍOLA LANGARO

**(DES)CONSTRUÇÕES DO MASCULINO E DO FEMININO NA
RELAÇÃO DE MULHERES-MÃES COM SEUS FILHOS E
FILHAS.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Orientadora: Prof^a. Dra. Mériti de Souza.

FLORIANÓPOLIS

2011

FABÍOLA LANGARO

**(DES)CONSTRUÇÕES DO MASCULINO E DO FEMININO NA
RELAÇÃO DE MULHERES-MÃES COM SEUS FILHOS E
FILHAS.**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Mériti de Souza
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.^a Dr.^a Maria Juracy F. Toneli
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof. Dr. Francisco M. de M. C. Martins
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade de Brasília - UnB

Prof.^a Dr.^a Diana Carvalho de Carvalho
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Florianópolis, março de 2011.

Aos leitores deste texto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas que fizeram e fazem parte de minha vida e que comigo escrevem o texto de minha trajetória. Em especial, agradeço:

Zuleica Pretto, pelos incansáveis incentivos e por me fazer pensar na possibilidade do mestrado; pelo ensino afetuoso, pelo exemplo de docência, amizade carinhosa e convivência inexplicavelmente linda com ela, Bia, Iara e Luiz.

À Renata S. Pereira e Adriano H. Nuernberg, pelo apoio e orientações zelosas e comprometidas. A relação com vocês me ensina muito, sempre, sobre o que professores/as podem ser e fazer na vida de seus alunos/as.

Muito especialmente, agradeço à Mériti de Souza, que com tanta hospitalidade *derridiana* me recebeu! Porque, como em palavras de Derrida, acolheu ‘esta outra incalculável’ e que, de forma inventiva, acrescentou muito do que é seu a esta que veio à sua casa, inevitavelmente.

A Juracy Toneli e Francisco Martins, pela disponibilidade e contribuições iniciadas já no projeto desta pesquisa.
Ao Margens e todos e todas que delem fazem parte. Sentirei muitas saudades!

Aos e às colegas do PPGP, que encheram de alegria meus dias e que deixaram muitas marcas que levo com carinho, porque fizeram do mestrado uma experiência repleta de amor, diversão e reflexões. Muitos abraços afetuosos, sobretudo para Juliana Ried, Neiva de Assis, Allan Gomes, Jaison Hinkel, Gabriela Díaz e Lisandra Moreira.

À minha família, principalmente minha mãe, pela cumplicidade, companheirismo e amor grandioso. À sua generosidade, apoio e incentivo inabaláveis. Além de mãe amorosa, é também fonte de inspiração na busca pelo conhecimento e na maestria do compartilhar.
Ao meu pai, porque sempre me estimulou a estudar e porque não se cansa de me surpreender e de me fazê-lo amar e admirar. À minha irmã,

torcedora incondicional! Mesmo distante fisicamente, você é parte do que me faz forte. Amo muito vocês!

A todos os meus amigos e amigas: entre muitos, agradeço Carol, Lila, Priscila, Patrícia, Juliana Patti, Kamil Giglio e o pequeno João, Geórgia, Zaira, Yuri, Cida e Cia.... Quantas pessoas maravilhosas em minha vida! Obrigada!

A Ronaldo, pelo companheirismo, pelas trocas, pela sua criticidade e sinceridade ímpar! Pelo amor, pelos momentos incríveis... Por ter mudado o rumo de tantas coisas... Porque estou exatamente onde queria estar.

Agradeço imensamente às mulheres que participaram desta pesquisa, pela sua disponibilidade e confiança, pelo compartilhar de algumas de suas histórias.

Finalmente, agradeço à Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina que, por meio do Programa Fumdes, ofereceu o auxílio financeiro que possibilitou a realização deste mestrado e a dedicação aos estudos.

Obrigada, porque tudo 'só faz sentido' porque sou com vocês.

“A experiência de uma ‘destruição’ nunca acontece sem amor”.

Jacques Derrida

RESUMO

As experiências da maternidade e da paternidade sofrem alterações vinculadas a questões econômicas, culturais e sociais. Entretanto, as experiências de homens/pais e mulheres/mães não acontecem sem conflitos, pois, a tradição marcada pela hierarquia e por modelos pré-determinados sobre o homem e a mulher atravessam os modos de subjetivação. Neste trabalho buscamos problematizar a experiência de mulheres-mães na relação construída com seus filhos e filhas a partir da elaboração subjetiva dos lugares sociais/sexuais frente às normas calcadas na *heteronormatividade* e no binarismo que dispõe em pares opostos e hierárquicos o masculino e o feminino, o heterossexual e o homossexual, entre outros. Foram realizadas cinco entrevistas com mulheres-mães e suas falas foram consideradas como texto, na perspectiva *derridiana*. A partir da estratégia da desconstrução foi realizada a leitura destas falas-textos buscando as inconstâncias e aberturas e apontando seus elementos silenciosos, seu jogo de oposições e dicotomias, essências e hierarquias. Consideramos nos textos o jogo de forças atuante entre o desvelamento da desconstrução e o esforço de barreira operado pela metafísica da presença, explicitando o embate entre uma operação feminina e uma operação masculina que nos constitui, a todos e todas. Este embate, continuamente operante, abre os espaços e as brechas para a construção de práticas que embaralhem os limites que demarcam o que é estar na norma ou fora dela, ampliando as possibilidades de experiências subjetivas.

Palavras-chave: feminino; masculino; mulheres; desconstrução; Derrida.

ABSTRACT

The experiences of motherhood and fatherhood suffer alterations linked to economic, cultural and social questions. However, the experiences of men/parents and women/mothers do not happen without conflicts, because the tradition marked by hierarchy and predetermined models about man and woman crosses the ways of subjectivity. In this work, we discuss the experience of women-mothers in the relationship built with their sons and daughters from the subjective approach of the social/sexual places front the norms based on heteronormativity and on the binary that displays in opposite and hierarchical pairs male and female, heterosexual and homosexual, among others. Five interviews with women-mothers were carried, and their speeches were considered as text, in Derridean perspective. From the strategy of deconstruction, we performed a reading of these text-speeches, looking for inconsistencies and gaps, and pointing its silent elements, its play of oppositions and dichotomies, hierarchies and essences. In the texts, we consider the play of forces acting between the unveiling of deconstruction and the barrier effort operated by the metaphysics of presence, explaining the clash between a female and a male operation that constitutes us all. This continuously operating battle opens spaces and gaps to build practices that shuffle the limits that demarcate what is to be in or outside the norm, expanding the possibilities of subjective experiences.

Key-words: feminine; masculine; women; deconstruction; Derrida.

SUMÁRIO

1 OS CAMINHOS PARA A PESQUISA	11
2 SOBRE SER SUJEITO EM UM MUNDO DE POLARIDADES	29
2.1 MODOS DE SUJETIVAÇÃO	30
2.2 ELABORAÇÕES DO FEMININO E DO MASCULINO.....	35
2.3 DESCONSTRUIR PARA PROBLEMATIZAR O PAR FEMININO/MASCULINO	46
3 ESTRATÉGIAS PARA PRODUZIR CONHECIMENTO	58
4 AS ENTREVISTAS E SEUS CONTEXTOS	65
4.1 EU ELAS	72
5 UMA LEITURA DESCONSTRUTORA DAS ENTREVISTAS TEXTOS.....	81
5.1 MARCAS – OU FORA OU DENTRO.....	82
5.2 BRECHAS – FORA E DENTRO	102
5.3 BRISURAS – NEM FORA NEM DENTRO.....	137
6 OUTRAS TANTAS PALAVRAS OU CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
7 AQUELES QUE INDICA(RA)M DIREÇÕES OU REFERÊNCIAS	181

8 APÊNDICE A	189
9 ANEXOS	191

1 OS CAMINHOS PARA A PESQUISA

A trajetória de elaboração desta pesquisa assumiu contornos mais definidos após a realização de meu trabalho de conclusão de curso de graduação em psicologia, no ano de 2006¹. Naquela época, como coordenadora de um grupo de reflexão em um Projeto de Extensão em Saúde Mental na Grande Florianópolis, observei que as mulheres participantes das atividades queixavam-se, fundamentalmente, de depressão e ansiedade, relacionando sua ocorrência a experiências de maternidade/paternidade². Referiam-se, assim, à angústia gerada pelas vivências de maternidade e de paternidade, caracterizada, principalmente, pelo não-reconhecimento de seus esforços pela organização e manutenção da esfera familiar e pela falta de reciprocidade na entrega e na dedicação ao outro por parte dos seus parceiros.

Tendo em vista as questões apresentadas pelas mulheres participantes desse grupo e, considerando as possibilidades de entendimento das mesmas proporcionadas pelos estudos de gênero,

¹ Embora o próprio Jacques Derrida, em sua teoria sobre a desconstrução, tenha constante e insistentemente duvidado sobre a possibilidade do encontro ou re-encontro com uma origem, delinear o contexto em que a idéia da pesquisa que se apresenta nesta dissertação começou a tomar forma pareceu ser uma maneira oportuna de introduzir o leitor ao trabalho descrito nas próximas páginas.

² Utilizei como compreensão para a pesquisa o fato de que a maternidade traz no seu bojo a paternidade, ou seja, o “ser mãe” das mulheres está atravessado pelo modo como seu parceiro exerce a paternidade, incluindo aqui a possibilidade de sua ausência. Dessa forma, a vivência que a mulher tem da paternidade em seu cotidiano implicará no seu próprio modo de vivenciar a maternidade. Portanto, por compreender que estes são aspectos de um mesmo fenômeno e, por isso, indissociáveis, optou-se por manter o termo maternidade/paternidade na pesquisa.

desenvolvi uma pesquisa com o objetivo de compreender suas vivências de maternidade/paternidade e possíveis relações com o sofrimento por elas relatado. Para alcançar este objetivo, foi investigado o cotidiano dessas mulheres abarcando as suas vivências de maternidade e de paternidade e as principais dificuldades nelas encontradas, bem como, seu entendimento sobre o que é ser mãe e ser pai e, ainda, se ou como elas estabeleciam alguma relação entre a maternidade e a paternidade e o seu sofrimento.

Foram realizadas entrevistas individuais e um grupo focal e os dados produzidos por meio desses instrumentos foram discutidos, tendo sido destacado que o sofrimento das entrevistadas estava relacionado principalmente à experiência da maternidade/paternidade ancorada em modelos tradicionais de gênero caracterizados pela centralidade do “perfil de mãe”. Além disso, estes modelos conferem ao pai e à mãe específicas atribuições e valores na responsabilidade pela educação assumida por homens e mulheres e, finalmente, à vivência de dúvidas e incertezas que nem sempre podiam ser mediadas em seu cotidiano.

Além deste material discutido na pesquisa, outras informações foram produzidas, porém, elas foram discutidas brevemente apenas nas considerações finais do estudo, em decorrência da amplitude do material inicial. Foi possível constatar que estas informações se repetiam de forma marcada nas entrevistas individuais e no grupo focal e referiam-se, principalmente, às experiências da gestação das mulheres entrevistadas e também a questões referentes às diferenças de gênero. Ou seja, algumas mulheres consideraram que acentuavam e perpetuavam hierarquias e relações de poder por meio de suas posturas

com os parceiros e também na educação diferenciada que ofereciam aos filhos e filhas.

Sobre as experiências de gravidez, surgiram relatos conturbados de gestações não planejadas que exigiram que elas assumissem sozinhas responsabilidades ou relatos acerca de problemas físicos que provocaram sofrimento para si e para os filhos/filhas. Quanto ao fato de que eram, elas mesmas, promotoras e perpetuadoras das diferenças de gênero hierarquizadas construídas pela história, cultura e sociedade, as falas relacionaram-se principalmente à forma como as mulheres estavam educando seus filhos e filhas, incumbindo-lhes diferentes tarefas e responsabilidades, por exemplo, nos cuidados com a casa.

Os relatos estiveram repletos de expressões como *“mas a filha mulher tem isso [...], agora, filho homem...”*, ou, *“mas isso ainda é de filha mulher. A filha mulher ainda tem isso que dá pra trazer, agora, filho homem, já começa as coisas complicarem...”*, demonstrando que suas ações são permeadas por um olhar que já é, em si, diferenciado, diferenciador e hierárquico. Embora esses relatos tenham ocorrido de forma bastante espontânea, em alguns momentos as entrevistadas deram-se conta de que eram também responsáveis pelas diferenças atribuídas ao denominado homem e à denominada mulher, ao relatarem, por exemplo, que *“mas a gente é culpada também, porque a gente, às vezes, até fala assim, quando a gente está com raiva ‘hoje eu vou pro bar com as minhas amigas’, mas a gente não faz isso. Agora, se eles dizem pra gente ‘vou sair pro bar com meus amigos’, quando eles estão bravos, eles vão. Só que nós mulheres somos tão burras nessa parte que a gente não vai”*.

Esses relatos me permitiram observar que, na ocasião da pesquisa, àquelas mulheres foi possível repensar suas atitudes e verem-se, em algum momento, como fazendo parte da construção e da manutenção de um processo que lhes trazia sofrimento – por exemplo, através de suas ações que ajudam a manter as hierarquias e as relações de poder associadas às concepções de gênero. E foram estas questões que permaneceram em aberto após a conclusão de minha monografia de graduação, mas que continuaram a me intrigar na qualidade de pesquisadora.

No decorrer da realização daquele trabalho, havia percebido que algumas pesquisas destacavam mudanças na forma de vivenciar a maternidade e a paternidade marcadamente no decorrer do século XX. Elas seriam caracterizadas, por um lado, pela construção de paternidades nas quais está mais presente o envolvimento emocional do homem com seus filhos (PICCININI *et al*, 2004). Por outro lado, elas seriam marcadas pela crescente conquista de espaço da mulher na esfera pública, com a conseqüente saída do ambiente doméstico (privado) para o social (público), e por assumir a chefia do lar, muitas vezes tanto afetiva quanto economicamente (MACEDO, 2001).

Recorrendo ao ponto de vista da história da sociedade ocidental, sem, contudo, pretender uma abordagem linear e uniforme da história e das experiências dos sujeitos, é possível relacionar essas mudanças na maternidade e na paternidade apontadas pela literatura a uma série de eventos que promoveram alterações na maneira como homens e mulheres construíam/constroem suas experiências. Como exemplo, descreve Hobsbawm (1995) que as duas grandes guerras do século XX produziram mudanças nas formas de organização social que incluíram a

saída das mulheres para o trabalho industrial, tendo em vista que elas representavam a porção não combatente da população e, portanto, poderiam garantir a continuidade da produção econômica. Para o autor,

mesmo em sociedades industriais, uma tão grande mobilização de mão-de-obra impõe enormes tensões à força de trabalho, motivo pelo qual as guerras de massa fortaleceram o poder do trabalhismo organizado e produziram uma revolução no emprego de mulheres fora do lar: temporariamente na Primeira Guerra Mundial, permanentemente na Segunda (HOBSBAWN, 1995, p.50)

Além disso, a experiência da guerra, bem como a luta contra o fascismo e contra o nazismo no entreguerras criaram um cenário social que impeliu homens e mulheres a reivindicar por iguais direitos para todas as raças e ambos os sexos, em diversos setores da sociedade, para além do mercado de trabalho. Segundo o autor, estes eventos históricos possibilitaram que as mulheres ampliassem cada vez mais sua participação em diversos espaços sociais, anteriormente ocupados marcadamente por homens. Cita o autor a necessidade de lembrar sobre “o importante papel desempenhado pelas mulheres na guerra, na Resistência e na libertação” (HOBSBAWN, 1995, p. 176).

De maneira semelhante, discutindo as alterações nas experiências das mulheres engendradas ao longo da história, Badinter (2005) aponta que, principalmente a partir do século XIX, ao ter a possibilidade de sustentar financeiramente a si e aos filhos,

podia-se deixar um homem a quem já não se suportava. Liberdade preciosa, quase desconhecida na geração anterior. O número de

divórcios não parava de aumentar e, pouco a pouco, o casamento tradicional se esvaziava de seu conteúdo. Com a contracepção e o aborto, as mulheres ocidentais descobriram-se dotadas de um poder sem precedentes na história da humanidade. Querendo ou não, essa revolução assinalava o fim do patriarcado. Tu serás pai, se eu quiser, quando eu quiser (p.13).

Segundo Badinter (1985), estas mudanças nas condições de possibilidade no que tange as experiências das mulheres³ estão relacionadas principalmente aos movimentos feministas⁴, em especial aqueles dos séculos XX e XXI. Para a autora, estes movimentos promoveram uma “modificação da situação das mulheres e em particular da imagem da mãe. Graças à sua militância (...) começou-se a tomar conhecimento do constrangimento feminino e materno” (p. 330). Assim, a partir da década de 1960, o discurso do movimento feminista teve como principais conseqüências o questionamento do “mito da mulher normal”, expondo a contradição entre os desejos femininos e os valores dominantes, que acabaram por engendrar novas condutas, perturbadoras para a sociedade.

Também Fraisse e Perrot (1993, p. 11), ao discutirem sobre a história das mulheres no ocidente, destacam que

³ Embora se utilize aqui a expressão “mulheres”, ela não se refere a uma “idealização” destes sujeitos, como se fossem uma categoria universal. Ou seja, não se pressupõe que as experiências possibilitadas pelo feminismo sejam comuns a todas as mulheres e/ou que as experiências sejam as mesmas para as mulheres que dele participaram.

⁴ Os movimentos feministas, embora se configurem a partir de uma multiplicidade de discursos e de variadas tendências, tem algumas bases comuns. No aspecto de projeto teórico-epistemológico e político, eles reivindicaram, ao longo de sua história, que homens e mulheres têm diferentes experiências constitutivas e, dessa forma, são pessoas diferentes que devem ser tratadas não como iguais, mas como equivalentes (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 648).

en efecto, el siglo XIX señala el nacimiento del feminismo, palabra emblemática que designa tanto cambios estructurales importantes (trabajo asalariado, autonomía del individuo civil, derecho a la instrucción) como la aparición colectiva de las mujeres en la escena política. Así, pues, habría que decir más bien que se trata precisamente del momento histórico en que la vida de las mujeres experimenta un verdadero cambio, o dicho más exactamente, en que cambia la perspectiva de la vida de las mujeres: tiempos de modernidad, en que le es posible adoptar la actitud de sujeto, de individuo cabal y de protagonista política. De futura ciudadana. A pesar de la extramada codificación de la vida cotidiana femenina, el campo de posibilidades se amplía y la aventura ya no es algo lejano.

Dessa forma, sob uma perspectiva histórica, nas últimas décadas ampliaram-se as críticas e os debates referentes às normatizações sociais contidas nos “papéis sexuais”, nos “destinos do corpo”, nos “desvirtuamentos do desejo”. Este trajeto histórico estaria então possibilitando, na contemporaneidade, a existência de maiores possibilidades sociais e subjetivas postas para as pessoas, visto que, em conjunto com alterações nos contextos econômicos e culturais, os movimentos feministas concentraram forças na luta contra a discriminação, contra as hierarquias e as relações de poder estabelecidas histórica e culturalmente.

Entretanto, com base em reflexões e leituras posteriores, observei que a maioria dos estudos feministas e de gênero têm também evidenciado que as construções destas experiências não acontecem sem conflitos, pelo fato de serem, ainda, “transgressões” aos antigos modelos de comportamento individual e familiar (SOARES; CARVALHO, 2003). No que se refere à experiência com os filhos/filhas, Daly (1996)

assinala a existência de uma lacuna entre o que os pais e mães pensam a respeito de suas práticas e o que efetivamente fazem, pois possivelmente este seja um momento de transição da cultura. Para a autora, novas possibilidades para as relações entre pais/mães e filhos/filhas estão sendo incorporadas, ao mesmo tempo em que permanecem os modelos dessa geração baseados no modo como foram criados por seus próprios pais/mães.

Este modelo de maternidade e paternidade “de gerações anteriores” mencionado pela literatura faz referência ao ideal da família nuclear burguesa que, ao longo da história, não se constituiu como o único possível, mas como aquele que ganhou hegemonia na sociedade ocidental moderna. Conforme descreve Ariès (1981), o conceito de família passou por muitas transformações desde o período medieval até adquirir as características identificadas na modernidade. Destaca-se, entre outros aspectos, que somente no final do século XVIII, com a Revolução Industrial, o amor e a intimidade passaram a ser considerados valores indispensáveis à vida familiar, sendo a mulher a responsável pelos cuidados e atenção que a partir daquele momento as crianças – até então consideradas “pequenos adultos” – passavam a exigir e cabendo ao pai o sustento da casa.

A tradição cultural e a imposição de valores associados aos modelos familiares expostos acima implica que aqueles que buscam construir suas experiências de maternidade e de paternidade de forma diversa àquela imposta pelo modelo hegemônico podem se deparar com diversas contradições e dificuldades, associadas à escassez de referências simbólicas e configurações sociais que sustentem essas construções. É importante explicitar que a construção subjetiva e as

experiências das pessoas não dependem de forma exclusiva e linear das referências autorizadas pela sociedade e dos padrões por ela oferecidos. Entretanto, a maior disseminação na rede social de modelos diferenciados possibilita que as pessoas possam lidar sem haver-se, de forma imediata, com censuras e críticas que podem gerar ansiedade, desconforto ou mesmo a renúncia ao exercício dessas práticas diferenciadas. Caso a rede social opere com poucas e restritas referências familiares, bem como, defina padrões rígidos e moralizantes acerca do grupo familiar, isto pode estimular a produção, no cotidiano e nas relações das pessoas, de experiências de angústia frente à lacuna entre aquilo possível de ser consolidado e o rumo para o qual seus desejos apontam.

A realidade se apresenta, destarte, carregada de contradições, fazendo com que os sujeitos muitas vezes enfrentem impasses ao buscarem construir algo diferente dos modelos que ganharam hegemonia. Principalmente o modelo “homem branco heterossexual” é ainda o que há de mais exemplar em relação à sobreposição das categorias corpo/sexualidade/desejo e orienta as referências sociais e subjetivas que instituem as características do que é a “mulher/mãe” e o “homem/pai”. Assim, embora a história, nas suas configurações sociais, econômicas e culturais, somada ao movimento feminista, tenha gerado contribuições às experiências concretas e simbólicas dos sujeitos, suas práticas estão ainda cercadas de embates em decorrência da sua inserção na rede social ocidental e moderna, que dificulta as tentativas de romper com os modelos tradicionais e com as “novas/velhas formas” de os sujeitos se experimentarem.

Era esta realidade que se apresentava, então, nas contradições existentes nas falas das mulheres que participaram da pesquisa que realizei no Projeto de Extensão em Saúde Mental na Grande Florianópolis, quando apontavam a atribuição hierarquizada de modelos masculinos e femininos que elas conferiam aos seus filhos e às suas filhas, apesar das críticas realizadas a essa diferenciação. Este movimento de falar, pensar ou acreditar em determinados valores ou idéias e, na prática agir de forma diferente, evidencia que algo escapa às pessoas no plano das suas práticas e discursos.

De forma específica, parece-me que algo do social, do simbólico, que impõe uma tradição marcada pela hierarquia e por modelos pré-determinados sobre o masculino e o feminino, o homem e a mulher, atravessa a constituição subjetiva das pessoas. Esse atravessamento se explicita nas contradições e mesmo nas dificuldades vivenciadas por aqueles que ocupam lugares desqualificados e discriminados quando buscam fazer uma crítica a esses lugares e/ou buscam ocupar outros espaços⁵.

Suponho, portanto, que são estes atravessamentos entre o universal e o singular, entre o social/cultural/histórico e a constituição subjetiva que faziam com que aquelas mulheres entrevistadas em 2006 se compreendessem enquanto “reprodutoras e mantenedoras” de desigualdades e hierarquias acerca do masculino e do feminino. Mais especificamente, era na relação cotidiana com seus filhos e filhas -

⁵ Interessa ressaltar que este processo de contradição em relação ao agir de determinada maneira e falar sobre essa ação de forma que não condiz com ela, pode ser verificado nos modos de subjetivação das pessoas, independente da sua condição social, étnica, de gênero, geracional, dentre outras. No caso, a atenção é centrada na fala de mulheres e nas suas ações, bem como no aspecto do masculino e do feminino, pois este é o tema de interesse da pesquisa.

diante da necessidade de respostas, da necessidade de intervenção e dos constantes questionamentos e imperativos que circundam a maternidade - que aquelas mulheres visualizavam suas dificuldades em encontrar caminhos que dessem conta de escapar ao discurso e às práticas hegemônicas sobre “homens e mulheres”.

Foram, portanto, as compreensões acerca das trajetórias sociais e históricas das mulheres no ocidente, bem como, minha prática e uma série de observações e leituras de pesquisas⁶ que despertaram em mim o desejo de pesquisar a relação que *mulheres-mães* constroem com seus filhos/filhas na perspectiva do masculino e do feminino. Tratava-se, assim, de uma questão ampla e multifacetada que envolvia inúmeros aspectos e que demandava o direcionamento do olhar e o enfoque em face do problema. Assim, iniciei por trabalhar a questão: por que *mulheres*?

Neste ponto é importante abrir um parêntese e salientar que não se trata aqui de trabalhar com mulheres no universal, pois, não existe a mulher como uma categoria única. Trata-se de problematizar o movimento produzido por uma parcela de pessoas que se reconhecem e se denominam mulheres e estabelecem relações a partir dos padrões de masculino e de feminino conforme presentes na sociedade ocidental. Trabalho com a referência mulheres, já que em sua maioria os conceitos disponibilizados pela rede cultural encontram-se associados ao binarismo e ao referencial identitário. Porém, não reitero a concepção de uma mulher marcada por uma essência e por um universal que a

⁶ ALMEIDA, L. S. de. (2007). ARAÚJO, M. de F.; MOURA, S. M. S. R de. (2004). BARBOSA, P. Z; ROCHA-COUTINHO, M. L. (2007). FONSECA, C. (2002). PERUCCHI, J; BEIRÃO, A. M. (2007). SOARES, J. dos S.; CARVALHO. (2003).

caracterizaria e a definiria, antes entendendo que se trata de uma pessoa que se reconhece e se apresenta a partir da referência “mulher”.

Assim, interessava entender como mulheres, inseridas em um tempo, cultura e sociedade que são transpassados pela história do feminismo e marcados por questionamentos sobre a ordem social posta acerca dos lugares e mitos do feminino, engendram possibilidades de constituição de si e de outros na perspectiva do feminino e do masculino.

Por que *mulheres-mães*?

De forma semelhante à grafia “mulheres”, o termo “mãe” não implica em uma categoria única, mas pretende apontar que se trata de pessoas que se reconhecem como mulheres e exercem a maternidade, incluindo aqui aquelas que geraram seus filhos e também aquelas que pudessem ter optado pela adoção. Entretanto, em decorrência da dificuldade de lidar com os conceitos que temos disponíveis na linguagem usual, doravante falarei em mulheres-mães, entendendo esses conceitos segundo a leitura apresentada acima.

Além disso, fazer a opção por mulheres-mães, privilegiando a relação entre mulheres-mães e seus filhos e filhas, esteve relacionada à compreensão de que é no momento em que se relacionam com seus filhos e filhas que as mulheres se deparam, de forma privilegiada e urgente, com a necessidade de serem co-autoras na construção psíquica de outras pessoas. Nesta situação, entram em contato com a subjetividade que elaboraram/elaboram para si mesmas, no que tange o masculino e o feminino, e participam das configurações subjetivas que serão engendradas e possibilitadas para seus filhos/filhas. Isto porque os sujeitos encontram-se inseridos em sistemas de poder que regulam as

práticas e as formas pelas quais podem e devem se reconhecer como sexuados (FOUCAULT, 1993). Também, os sujeitos se veem impelidos a elaborar uma possível coerência entre sexo, gênero, prazeres e desejos, respondendo às demandas sociais, jurídicas e da medicina sobre a construção de um gênero inteligível (BUTLER, 2008). A partir desse contexto elas terão, por exemplo, que encontrar respostas aos pedidos dos filhos meninos para “passar o batom como elas fazem” ou para brincar de Barbie; e das avós que criticam o fato de seus netos estarem brincando com as bonecas de suas netas...

E por que “*masculino*” e “*feminino*”?

Porque, ao enunciar estes conceitos, parti da compreensão crítica sobre as “identidades de gênero”, no sentido de entender as identidades como elaborações psíquicas que as pessoas constroem sobre si e que apresentam aspectos de ficção e de narrativa, mas também um aspecto de ação sobre a realidade. Assim, o discurso que cada um de nós constrói a seu respeito e que procura manter a representação unitária e linear sobre a subjetividade, aparece como uma identidade de gênero, sendo ficcional, porém, mobilizando para a ação (FREIRE COSTA, 1986).

Neste sentido, considero, conforme afirma Rodrigues (2005, p. 2), que “a identidade não é algo dado, mas é efeito que se manifesta em um regime de diferenças, num jogo de referências”, especificamente no caso das referências de masculino e feminino. Em outras palavras, o pressuposto de que “uma pessoa *é* um gênero ou o *é* em virtude de seu sexo, de seu sentimento psíquico do eu, e das diferentes expressões desse eu psíquico, a mais notável delas sendo a do desejo sexual”

(BUTLER, 2008, p. 44), presume, ainda, uma “coerência ou unidade interna de qualquer dos gêneros” (p. 45).

Ainda segundo Butler (2008), a *heteronormatividade* seria a matriz de inteligibilidade hegemônica que pressupõe a produção de sujeitos cujas identidades de gênero correspondem ao seu sexo anatômico e que possuem como objeto de desejo pessoas de sexo e de gênero diferentes, partindo-se da idéia de complementaridade pela diferença. É possível dizer que existem vinculações políticas e sociais, relacionadas à *heteronormatividade* e ao binarismo que produzem, dentre outros, o masculino e o feminino, o homem e a mulher, e que elas possibilitam aos sujeitos tanto elaborarem suas subjetividades quanto compreenderem a si mesmos a partir de referenciais e representações identitárias.

A matriz utilizada por Butler para compreender como os sujeitos constroem suas experiências em relação ao masculino e ao feminino encontra um dos seus suportes nos trabalhos de Derrida acerca do modo *falogocêntrico* de a sociedade ocidental se organizar (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004). Com a referência ao *falogocentrismo* Derrida procura enfatizar e problematizar a predominância de uma determinada maneira de organização do conhecimento e da rede social que gira em torno do *falo* e do *logos*. O termo *falogocêntrico* foi elaborado em 1965 pelo autor que com ele pretendia dirigir sua crítica à primazia na tradição da filosofia ocidental que constrói teorias e leituras acerca da realidade, do conhecimento e da constituição psíquica baseadas em referências *falocêntricas* e *logocêntricas*. Essas referências definem hierarquias e um modo binário de produzir oposições quando atribui “qualificações e sentidos” aos

opostos que lhe são designados pela rede social, econômica e cultural. O binarismo acompanha a rede de poder que predomina nas sociedades ocidentais e reforça essa rede através da linguagem que atribui específicos sentidos e valores às pessoas e aos objetos que compõem a realidade. Para o autor quando são elaborados os pares de opostos e é atribuído um específico sentido a eles e, ainda, quando se divulga a idéia de que esse sentido é verdadeiro, é possível encontrar um trabalho de hierarquia e de poder. Como exemplo, o conceito de masculino estabelece o feminino como seu oposto e, ainda, o masculino é vinculado ao racional, ao completo, à cultura, e o feminino ao afeto, ao incompleto, à natureza. Esse movimento que predomina na sociedade ocidental recebe a denominação de *falocentrismo*, pressupondo o falo e a razão como o ponto de referência a partir do qual ocorreria toda modalidade de subjetivação e a produção do masculino e do feminino.

É nesta lógica de pensamento, portanto, que nos inserimos todos – incluindo “pesquisadores e pesquisados”. E foi neste contexto que definimos como objetivo geral da pesquisa “investigar como mulheres-mães elaboram sua relação com seus filhos/filhas na perspectiva do masculino e do feminino”. Ainda, delineamos como objetivos específicos: problematizar a concepção das mulheres-mães entrevistadas acerca do “feminino” e do “masculino”; problematizar os discursos e as práticas sobre o feminino e o masculino que as entrevistadas enunciam aos seus filhos e filhas; problematizar as principais características que as mulheres-mães atribuem aos seus filhos e filhas na perspectiva do feminino e do masculino.

A partir destes objetivos, utilizando-se um roteiro norteador, foram realizadas cinco entrevistas individuais com mulheres que tinham

pelo menos um filho e uma filha entre cinco e dezessete anos, contatadas por meio de minha rede social, e que se dispuseram a participar da pesquisa. Após a transcrição das falas, o material foi considerado como texto, conforme a perspectiva *derridiana*, e serviu como base para as reflexões que aqui são apresentadas.

Desde já quero destacar que não me propus, nesta pesquisa, a realizar um recorte com relação à classe social, raça ou etnia das entrevistadas. Embora considere estas informações de extrema importância e relevância para a produção de conhecimento, não realizei reflexões específicas sobre estas questões. Apesar disso, busquei explicitar dados como formação/grau de escolaridade, experiências de trabalho, bem como, idade e Unidade Federativa de origem, por entender que estes elementos fizeram parte e demarcam o cenário em que as falas foram produzidas. Cabe aqui dizer que, das cinco entrevistadas, todas são brancas, sendo que quatro possuem formação em nível superior e uma finalizou o ensino médio. Se o contexto da pesquisa fosse outro, não há dúvidas de que a produção de textos seria outro também, tendo em vista as implicações de um destes aspectos sobre o outro.

A apresentação deste trabalho segue, a partir daqui, o seguinte caminho: no trecho denominado *Sobre ser sujeito em um mundo de polaridades*, são discutidas questões relacionadas à compreensão aqui adotada sobre os modos de subjetivação, bem como sobre o feminino e o masculino enquanto aspectos envolvidos nos processos de singularização dos universalismos acerca destes conceitos para, em seguida, dar início aos apontamentos sobre a proposta da desconstrução do par feminino/masculino que permeia a pesquisa.

Em seguida, sob o nome de *Estratégias para produzir conhecimento*, estão descritos o olhar e as ferramentas utilizadas no processo de construção dos saberes apresentados, introduzindo o leitor a alguns aspectos do trajeto percorrido para que a leitura das entrevistas-textos fosse tornada possível. Alguns passos adiante outros elementos sobre a produção do conhecimento se explicitam em *As entrevistas e os seus contextos*, quando as entrevistadas são apresentadas ao leitor, juntamente com uma tentativa de exposição das condições em que os textos foram se construindo.

Finalmente, passamos a *Uma leitura desconstrutora das entrevistas textos*, onde se apresenta então uma proposta de leitura das entrevistas a partir da teoria de Jacques Derrida, contando também com auxílio de autores como Judith Butler, Mary Del Priore, Joel Birman, entre outros. A tentativa de manter uma perspectiva histórica perpassa os argumentos construídos e esta noção de que todas as proposições estão situadas nos advertem que elas são também provisórias. Conforme descreve Derrida (1991b, p. 38): “parto, pois, estrategicamente, do lugar e do tempo em que ‘nós’ estamos, (...) a partir da diferença e da sua ‘história’ que nós podemos pretender saber quem ‘nós’ somos e onde estamos e o que poderiam ser os limites de uma ‘época’”.

Além disso, não há fim almejado para a leitura dos textos. Ou ainda, não há fim possível, tanto quanto uma origem não o é. Afastando-se do gesto de, por meio da desconstrução, chegar a algo que pudesse ser considerado mais profundo ou consistente, diz Derrida (2001, p. 59): “quando tento decifrar um texto, não me pergunto constantemente se terminarei por responder sim ou não de maneira indiferenciada, como se

faz na França em épocas determinadas da história e, em geral, aos domingos”.

Como última nota, gostaria ainda de lembrar sobre a impossibilidade, que nos coloca Derrida, de “traduzir o outro”, pois, se houvesse uma tentativa de “apropriação do outro”, ela seria desde sempre fracassada. Sobre este aspecto, destaca Continentino (2006, p. 144): “a alteridade é aquilo que, não sendo assimilável, se instala em nós como um estrangeiro, com o qual temos que incessantemente negociar”.

Habitemos, pois, a instabilidade.

2 SOBRE SER SUJEITO EM UM MUNDO DE POLARIDADES

No caminho para a construção do conhecimento estiveram envolvidos alguns pressupostos teóricos eleitos pela pesquisadora, envolvendo concepções acerca do “fazer-se sujeito” e sobre as possibilidades de acesso à realidade. Além disso, foram selecionados aspectos e conceitos para discussão que, acredita-se, auxiliaram no caminho para produção de respostas – ainda que sempre provisórias – sobre as perguntas que nortearam o trabalho.

Trata-se, antes de tudo, de tornar explícito – mesmo que precária e insuficientemente - o lugar ocupado por quem fez a pesquisa, no que se refere aos recortes, olhares e perspectivas que guiaram a construção do estudo. Assim, entende-se que, uma pesquisa, principalmente se realizada com pessoas, necessita de uma delimitação acerca de como a pesquisadora compreende a relação estabelecida com aqueles que dela participam. Dessa forma, embora não haja a intenção de “esgotar” uma revisão teórica capaz de elucidar a perspectiva da qual parto para olhar para a constituição do denominado sujeito psicológico e das matrizes identitárias, faço algumas considerações, tendo em vista a importância destes marcadores para tudo o que foi feito e escrito neste trabalho.

2.1 MODOS DE SUBJETIVAÇÃO

Vivemos em uma sociedade denominada ocidental moderna. Sobre este fato compartilhado por nós, que lemos este texto, parece haver concordâncias entre certos autores: valores como individualidade, interioridade, subjetividade, capitalismo, privacidade, racionalidade e consciência adquiriram *status* e inundam as relações humanas na contemporaneidade (CHAUÍ, 2002; FIGUEIREDO, 1992; FREIRE COSTA, 1986, 1998). Figueiredo (1992) aponta que o século XIX caracterizava-se pelo apogeu do liberalismo, do romantismo e do regime disciplinar. Assim, destaca este autor que “o espaço psicológico, tal como hoje o conhecemos, nasceu e vive precisamente da articulação conflitiva daquelas três formas de pensar e praticar a vida em sociedade” (p.131).

Isto significa que na sociedade do século XIX fervilhavam os conceitos de liberdade, individualidade, autonomia, auto-engendramento, consciência, privacidade (FIGUEIREDO, 1992). E é neste contexto, portanto, que a Psicologia investida enquanto ciência consolida a “invenção do psicológico” e da “subjetividade privatizada” enquanto modalidade de constituição psíquica, visto que comprometida com os conceitos de “soberania” e de “sujeito” da modernidade. Conforme descreve Souza (1999), “a crença na identidade como representante do eu e como marco de uma essência que caracteriza o sujeito revela-se produto da ordem liberal e moderna, definindo o sujeito da modernidade” (p. 127).

Assim, é principalmente a partir do século XIX que o homem é compreendido enquanto sujeito autônomo, constituído pela razão e, portanto, como produto da vontade e, ainda, como aquele capaz de produzir as condições que lhe garantiriam uma estabilidade psicológica possível e desejada concomitante à inserção e êxito social. Nesta perspectiva,

a produção social e econômica se entrelaça com a subjetiva e os valores e práticas presentes na rede social conformam a constituição das subjetividades, produzindo a crença subjetiva de que o êxito ou fracasso social, econômico e afetivo decorre da competência ou da incompetência de cada um (SOUZA, 2007, p. 155).

Na concepção que ganhou hegemonia no projeto moderno há coincidência entre conhecimento, verdade, subjetividade, consciência e realidade, o que sustenta leituras e práticas referentes à constituição da subjetividade como sujeito e do conhecimento como ciência. Nestas leituras o “sujeito” é compreendido como possuidor de uma coerência e de uma unidade interna, possível de ser afirmada pelo Princípio da Identidade (um dos três princípios racionais) em que “uma coisa, seja ela qual for (um ser da Natureza, uma figura geométrica, um ser humano, uma obra de arte, uma ação), só pode ser conhecida e pensada se for percebida e conservada com sua identidade” (CHAUÍ, 2002, p. 60).

Segundo Butler (2008), esta crença de que uma pessoa é uma unidade, uma identidade, que possibilita um “sentimento psíquico do eu” (p. 44), provém da tradição filosófica ocidental e moderna calcada

na metafísica da presença. Esta tradição filosófica possibilita aos sujeitos se enunciarem enquanto subjetividades substantivadas, ou seja, enquanto sujeitos dotados de uma identidade que possui um núcleo estável, uma essência, na mesma linha filosófica adotada e almejada pela ciência moderna positivista.

Neste sentido, é possível pensar, conforme aponta Figueiredo (1992), que houve um processo de interiorização do eu, num movimento social, econômico e político de demarcar o espaço público e o espaço privado, e de fazer com que a produção subjetiva fosse atribuída e limitada ao âmbito privado. Isso foi possível, em grande parte, pelos ideais burgueses - de família, produção econômica, organização da vida social - provenientes da Revolução Industrial. Assim, na modernidade, aquilo que o sujeito faz, pensa e sente é da ordem do individual, íntimo, interior e privado – é a experiência da subjetividade privatizada, em que a cada um é dada autonomia, consciência e possibilidade de gerenciar e engendrar.

Quais são as premissas dessa “psicologia das identidades” e do “sujeito”? O que ela possibilita enquanto formas e efeitos de subjetividade? Silva (2008), em discussão acerca de processos de produção da “identidade e da diferença”, aponta para a necessidade de representação da identidade, como forma de significar sua construção e significação social. Assim, embora aponte as tentativas de não “fixar identidades”, mas de compreendê-las em termos de flexibilidade, em suas possibilidades de “cruzar fronteiras”, de serem ambíguas e indefinidas, lançando mão do conceito da diferença, descreve o autor que

já sabemos que a identidade e a diferença estão estreitamente ligadas a sistemas de significação. A identidade é um significado – cultural e socialmente atribuído. A teoria cultural recente expressa essa mesma idéia por meio do conceito de representação. Para a teoria cultural contemporânea, a identidade e a diferença estão estreitamente associadas a sistemas de representação (SILVA, 2008, p. 89).

Conclui o autor que a representação, enquanto “marca ou traço visível, exterior”, é o que permite enunciar que “essa é a identidade, a identidade é isso” (SILVA, 2008, p. 91). Neste sentido, denuncia Pinto (2007) que a identidade é então considerada uma unidade estável a quem cabe uma representatividade, sendo uma construção exigida “pelos ritos convencionais que postulam o sujeito de maneira a garantir a possibilidade do ‘nós’ a partir da significação prévia do ‘eu’” (p. 16).

Em que medida, contudo, é possível fazer este enunciado? Será possível, então, falar em identidade como uma estabilidade inerente ao sujeito? Seria a representação uma forma segura de significar uma identidade ou seria ela uma forma do sujeito organizar um discurso para, então, ser capaz de afirmar uma identidade?

Como alternativa a esta forma de pensamento e compreensão, Butler (2008) propõe pensar o “gênero” e a “identidade” não como substantivos, mas como “produzidos e impostos pelas práticas reguladoras da coerência de gênero (...) no interior do discurso herdado da metafísica da presença – isto é, constituinte da identidade que supostamente é” (p.45). Assim, em substituição a concepções de “subjetividade” e “identidade” unitárias, substantivas, poderíamos pensar e trabalhar com os “efeitos de subjetivação” que implicam em não haver um sujeito coerente e unificado por trás das expressões de

gênero, mas sugerem que a própria ação, no momento mesmo em que é produzida, expressa modos de subjetivação.

Neste sentido, Butler (2008) propõe pensar “gênero” como um fenômeno inconstante e contextual e, para tanto, utiliza-se do conceito de *différance* de Derrida. A *différance* para Derrida não marca uma distinção, essência ou oposição, mas pode ser entendida como “um movimento de espaçamento, um ‘devir-espaço’, um ‘devir-tempo’ do espaço, uma referência à alteridade, uma heterogeneidade que não é primordialmente oposicional” (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 34).

Nesta concepção, não há o imperativo do “sujeito da presença” associado a uma subjetividade estável, *Una*, passível de plena representação. Problematizar este sujeito é, nestes termos, repensar a pluralidade humana, enquanto possibilidade e *devir*, sem a necessidade do recurso à “substância fundante” como origem ou causa primeira.

Entretanto, problematizar o sujeito constituído como substância e presença e relevar as possibilidades do devir, bem como, questionar a oposição e o binarismo postos na idéia de causa e de efeito presentes, por exemplo, no par sujeito e objeto, não significa abandonar a questão de que a constituição psíquica acontece nessa situação, ou seja, somos constituídos e nos constituímos no tempo social e histórico que produz tanto a possibilidade do devir quanto da subjetividade sujeitada. Ainda, é importante comentar que o interesse desta pesquisa se mantém na questão da *heteronormatividade* que produz a diferença sexual e a separação entre corpo, sexualidade e gênero, bem como, a constituição do sujeito que envolve o binarismo, a hierarquia, a substância, e

possibilita que sejam atribuídas específicas características ao feminino e ao masculino.

É intenção, portanto, procurar ir além da “valorização moral das inclinações sexuais como fator decisivo na identificação social do sujeito, em que se valora aquilo que é percebido na linguagem ordinária como imutável e independente da ação do sujeito sobre si e sobre os outros” (FREIRE COSTA, 1998, p. 20). Neste sentido, pretende-se abarcar esta pluralidade de possibilidades para a construção que as pessoas fazem disto que se convencionou chamar de “identidade”, incluindo aqui a perspectiva do feminino e do masculino.

2.2 ELABORAÇÕES DO FEMININO E DO MASCULINO

Considero importante problematizar a questão do masculino e do feminino no aspecto de como opera esta construção, alvo de minha investigação. Neste aspecto, proponho trabalhar sobre o “feminino” e o “masculino” entendendo-os como conceitos que enunciam experiências dos sujeitos⁷ em sua relação com sua sexualidade, seu corpo, gênero e com o outro e, de forma específica, com a experiência da maternidade/paternidade.

⁷ A palavra “sujeito” continuará sendo utilizada no texto considerando que a escolha dos termos está ainda delimitada ao contexto das possibilidades postas pela linguagem. Apesar disso, sublinho que é de fundamental importância lembrar que adoto a crítica ao seu uso, bem como, não percebo a categoria “sujeito” enquanto modalidade universal de constituição psíquica. Dessa forma, utilizo a palavra pessoas como correlata a de sujeito, mantendo o sentido do senso comum como possibilidade de referir-me a outra pessoa, ao outro sujeito.

Neste debate, retomo a questão de que a palavra “gênero” como categoria de análise aparece pela primeira vez nos estudos feministas, a partir dos anos sessenta, “como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1990, p. 5). Segundo a autora, a partir do feminismo, “gênero torna-se, antes, uma maneira de indicar ‘construções sociais’ - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1990, p. 7).

Tendo sido a ciência, até aquele momento, predominantemente escrita considerando os aspectos masculinos da história – a história produzida e reproduzida pelos homens –, a história do pensamento feminista é uma história que busca recusar a construção hierárquica entre masculino e feminino, em que as historiadoras feministas se colocaram em posição de teorizar suas práticas e de desenvolver o gênero como categoria de análise (SCOTT, 1990).

Contudo, naquela época, buscando reivindicar uma posição de igualdade de direitos para as mulheres, o movimento feminista baseou seu discurso e sua política no par sexo/gênero. Segundo Rodrigues (2005, p. 1), “a divisão sexo/gênero funciona como uma espécie de pilar fundacional da política feminista e parte da idéia de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído”. É importante relevar o lugar ocupado pela categoria analítica de gênero e suas contribuições a estudos em diversas áreas que possibilitaram criticar teorias e práticas que utilizavam o biológico como referência para a elaboração do psíquico e sustentam normas desqualificando aqueles que não seguiam esses padrões. Entretanto, a crítica de Butler (2008) a essa categoria de análise possibilitou entender que o processo permanecia, ou seja, essa

categoria atribuía a constituição do psíquico exclusivamente à cultura e mantinha o par binário sexo e gênero.

A crítica ao modelo hegemônico que dissocia sexo e gênero atribuindo ao primeiro o corpo biológico e ao segundo o discurso cultural, tem sido realizada por Butler (2008) que aponta que sexo e gênero são culturais e discursivos, tendo em vista que não há experiência que seja anterior ao discurso. Portanto, manter esta distinção binária, segundo a autora, levaria a crer que “nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino” (p. 26). Neste sentido, segundo Arán (2006), seja elegendo o sexo biológico como predominante, seja escolhendo o gênero cultural como dominante, o par oposicional permanecia e ajudava a perpetuar um sistema hegemônico baseado na matriz binária heterossexual e essencialista da diferença sexual que se converteu no modelo regulador da sexualidade e da subjetividade.

Com o intuito de problematizar esta questão, retomo as discussões de Laqueur (2001), nas quais destaca que “o modelo da diferença sexual” que predominou e permanece na contemporaneidade é uma construção realizada em “específicas circunstâncias sociais, políticas e culturais, reveladas em momentos anedóticos e contextos retóricos” (p. 151) e que favoreceram o domínio desta visão. Segundo Laqueur (2001), até o século XVIII, “havia apenas um sexo, cujos exemplares mais perfeitos eram facilmente julgados masculinos no nascimento, e os menos perfeitos rotulados femininos”. Isso implicava que a referência para determinar se as pessoas eram homens ou mulheres eram os órgãos sexuais masculinos, sendo a mulher considerada “uma versão menor do homem ao longo de um eixo vertical de infinitas gradações” (p. 183).

Apenas no final do século XVIII e início do século XIX passou-se a acreditar na existência de dois sexos, quando, segundo Birman (2001, p. 35), “a igualdade de direitos dos cidadãos se impôs de modo irreversível, como decorrência direta das exigências forjadas pela Revolução Francesa”. De tal modo, os ideais igualitários deste período necessitavam de uma nova ordem, de uma nova concepção sobre as pessoas, que justificasse a desigualdade entre homens e mulheres, pois,

com efeito, como seria possível sustentar uma hierarquia entre o homem e a mulher diante do imperativo jurídico da igualdade de direitos? Foi justamente este paradoxo que funcionou como condição histórica de possibilidade para a constituição do discurso da diferença sexual. (...) as diferentes inserções sociais dos sexos passaram a ser legitimadas pelo determinismo natural dos corpos, que delineavam então horizontes diversos e bem discriminados para o macho e a fêmea (BIRMAN, 2001, p. 36).

Este novo discurso servia, assim, para sustentar práticas que continuavam discriminando as mulheres, enquanto sujeitos de direitos, mas que o faziam agora sustentados em um saber médico, de que as mulheres eram *naturalmente* inferiores. Na Europa, no século XVIII, em que ocorrem mudanças fundamentais quanto ao desenvolvimento do sentimento de infância, dos cuidados com as crianças e das práticas assumidas pelos pais/mães na educação dos filhos/filhas, estes aspectos sociais, principalmente a ascensão da burguesia, possibilitaram a predominância, neste período, do modelo de família nuclear. Nessa nova forma de organização familiar, “a mãe passou a ocupar um lugar fundamental, constituindo-se como a identidade principal da mulher, impulsionada por interesses de Estado” (BIRMAN, 2001, p. 11).

Segundo Ariès (1981), até o século XVIII, as crianças não recebiam atenção diferenciada daquela que era dada aos adultos e, por isso, as condições para seu desenvolvimento eram precárias, havendo um alto índice de mortalidade infantil. Na medida em que os Estados passaram então a visar o crescimento econômico de suas nações com base no crescimento da indústria, tornou-se importante a sobrevivência dessas crianças para sua posterior entrada no mercado como mão-de-obra.

Dessa forma, articulado aos interesses econômicos do Estado, foi criado outro discurso produzido por médicos, moralistas, administradores e chefes de polícia, que reforçavam a necessidade de a mulher dedicar-se aos filhos. Segundo Badinter (1985), ao produzir um discurso de que o amor de mãe era natural e sagrado, incumbiam a ela a posição central na família: “responsável pela casa, por seus bens e suas almas, a mãe é sagrada a ‘rainha do lar’” (p. 222). Iniciou-se uma era das provas de amor, através das práticas de amamentação, cuidado, higiene e da presença materna constante.

É também durante o século XIX, conforme destaca Birman (2001), que a chamada medicina moderna constituiu dispositivos para evitar desvios orgânicos e funcionais. Por meio dessa nova ordem, produziu-se um discurso no qual a sexualidade tinha como única função a reprodução, fazendo incidir sobre a mulher a necessidade de controle da reprodução humana. Neste contexto, segundo o autor, “o erotismo feminino era concebido como essencialmente perigoso, pela ameaça da desordem que representava” e a maternidade constituía-se como o ideal da mulher. Todas as figuras anômalas do feminismo remetiam sempre à recusa da maternidade, sendo este discurso reforçado e meticulosamente

tecido pela tradição do cristianismo, em que os preceitos da moral cristã foram transformados em argumentos supostamente científicos sobre a sexualidade humana (BIRMAN, 2001, p. 64).

Além destas declarações atribuindo às mulheres a naturalização da “função reprodutiva” da maternidade, no campo da filosofia e dos pensadores sociais, ao feminino foi destinado o lugar de “estranho” e do “outro”, ocupando um lugar de inferioridade em hierarquias que distinguem o homem e a mulher e os relacionam a conceitos opostos, sendo a mulher o “outro complementar” ao homem. Para Duby e Perrot (1993a), a proliferação de discursos em diferentes épocas, enunciados por pensadores, como filósofos, teólogos, juristas, médicos, moralistas e pedagogos, dizem incansavelmente quem são as mulheres e, sobretudo, o que elas devem fazer, posto que elas definem-se por seu lugar e seus deveres. Os mesmos deveres descritos por Rousseau para as mulheres são encontrados nos discursos da Idade Média e também em Aristóteles, fazendo com que estes discursos se repitam, embora seus conteúdos se modifiquem ao longo dos séculos.

Para as autoras, na identificação do corpo feminino, de Galeno a Rousseau, as considerações sobre o físico e a moral da mulher se prolongam e se repetem e, passará muito tempo até que os médicos extraiam todas as conseqüências de seus descobrimentos. Esses argumentos decorrem de uma matriz epistêmica: provém de homens que dizem “nós” e que falam sobre as mulheres, visto que a história, a medicina e a biologia, entre outras ciências, foram predominantemente desenvolvidas por eles. É possível considerar que os homens imaginam a mulher à distância e constroem o temor, a atração e medo deste Outro, ao mesmo tempo indispensável e ingovernável.

A tradição conservada nos discursos que permanecem até os dias de hoje pode ser localizada, de acordo com Duby e Perrot (1993a), já em Platão, pois, nesse autor a figura feminina aparece como “menos forte” do que a figura masculina, sendo a primeira sinônimo de sofrimentos, dependência e resistência à auto-revelação da verdade. É esta concepção que justifica a exclusão das mulheres da participação na vida política e na educação, visto que elas eram consideradas incapazes de atividades intelectuais. Em Aristóteles, esta inferioridade é corolária de uma passividade metafísica e aparece de forma sistemática em todos os planos, desde o anatômico, fisiológico até o ético. Ao examinar os corpos femininos, esse filósofo identifica suas características por analogia e pela inferioridade em relação aos corpos masculinos. A natureza do corpo feminino, em oposição ao masculino, é defeituosa, fraca e incompleta, sendo as fêmeas mais débeis e frias, havendo-se que considerar sua natureza como um defeito natural.

No século XIX, antropólogos e médicos passam a ensinar às mulheres que a sensibilidade, as emoções e os impulsos, considerados tão comuns entre as mulheres, são as qualidades indispensáveis para o bom funcionamento da sociedade. Assim, os progressos da higiene começam a precisar da imagem do corpo, até então negligenciado pelos efeitos do discurso religioso: multiplicam-se os cuidados que se tem a seu respeito e a queda nas taxas de natalidade modifica suas funções. Valoriza-se, assim, tudo o que traduz a sensibilidade e a delicadeza: uma pele fina em que afloram as terminações nervosas, carnes macias para acolher ao filho e ao enfermo, um esqueleto pequeno, mãos e pés pequenos.

Este corpo que deve manter-se demasiado frágil é, no século XIX, atingido por muitas doenças. Para Duby e Perrot (1993b), a opinião corrente e a de muitos médicos é a de que a “debilidade feminina” advém de uma causa biológica que se supõe eterna e universal e que acaba por alimentar um fatalismo insuperável. Contudo, destacam as autoras que as mulheres e meninas adoecem tendo em vista as condições de vida a elas impostas, sendo estes fatores sociais pouco considerados pelos médicos da época. Pela grande quantidade de enfermidades desconhecidas e/ou negligenciadas, as mulheres eram consideradas “nervosas” e a histeria era então de “natureza feminina”.

Ao longo da história do pensamento ocidental, portanto, é possível reconhecer um esquema narrativo: as mulheres são um complemento, uma peça agregada a um grupo social; elas formam um gênero à parte; o feminino é a falta, o ininteligível (DUBY; PERROT, 1993b). Sendo assim, a mulher só encontra lugar enquanto aquela que demarca o que o homem não é e sobre a qual o desconhecido, o disruptivo, o desviante e a desordem adquirem função de comparação para reforçar a regra e a norma, em um processo em que a “diferenciação em relação ao outro funciona como organizador e garantia para o sentimento de identidade” (SOUZA, 1999, p. 130).

Como exemplo, temos a discussão de Todorov (1988) acerca da relação estabelecida por conquistadores e conquistados na América, em que os índios, como o “outro”, ou não eram reconhecidos enquanto sujeitos, pelos espanhóis, mas apreendidos como objetos, ou eram conhecidos para serem dominados. Descreve o autor que

restam duas sérias de oposições, as que giram em torno do par corpo/alma e as que opõem partes da

população do globo cuja diferença é evidente, mas a superioridade ou inferioridade problemática: índios/espanhóis, mulheres/homens. É sem dúvida revelador encontrar os índios assimilados às mulheres, o que prova a passagem fácil do outro interior ao outro exterior (...). É inútil especular para saber se foi projetada no estrangeiro a imagem de mulher ou, antes, na mulher os traços do estrangeiro: os dois sempre estiveram presentes, e o que importa é sua solidariedade, e não a anterioridade de um ou de outro (TODOROV, 1998, p. 151).

Nesta mesma perspectiva, Rodrigues (2009, p. 23) destaca que Olympe de Gouges, já no século XIX, “se deparava com um ambiente de pensamento em que, na hierarquia de gênero, o feminino ocupa o lugar inferior e se define por oposição ao masculino”. Retomando autores como Rousseau e Kant, a autora destaca como esses pensadores, no século XVIII e XIX, relacionavam a mulher à natureza e o homem à cultura e a outros pares binários em que à mulher cabe ocupar o lugar menos valorizado. Sobre a personagem Sophie, de Rousseau, Badinter (1985) descreve que

tendo definido longamente o homem como uma criatura ativa, forte, corajosa, inteligente e pensando na diferença sexual apenas sob a forma de ‘complemento’, Rousseau estabelece logicamente como postulado que a mulher é naturalmente fraca e passiva. Mas, contra toda prudência metodológica, não fala de postulado, mas de ‘princípio estabelecido’ (...). ‘Complemento’ do homem, a mulher é uma criatura essencialmente relativa. Ela é o que o homem não é, para formar com ele, e sob suas ordens, o todo da humanidade. Émile é forte e imperioso, Sophie será fraca, tímida e submissa. Émile tem uma inteligência abstrata, Sophie terá uma inteligência prática; Émile não poderia

suportar a injustiça, Sophie a suportará. E assim por diante. Mas como Émile tem o melhor papel, Sophie deverá contentar-se com o mais modesto (...). Poderíamos acrescentar que ele é também a finalidade absoluta da mulher. A natureza feminina é, propriamente falando, ‘alienada’ pelo e para o homem. Sua essência, sua finalidade, sua função são relativas ao homem. A mulher é feita não para si mesma, mas ‘para agradar ao homem... para ser subjugada por ele... para lhe ser agradável... para ceder e para suportar até mesmo a injustiça (p. 242).

Sobre os binarismos, Birman (2001) aponta que, desde a Antiguidade, com filósofos como Galeno e Aristóteles, as mulheres foram relacionadas a adjetivos como “passivo”, “frio”, “ausência”, “escuridão”, “imperfeição”, “interioridade”, enquanto os homens eram caracterizados pelo adjetivo oposto a estes considerados “femininos” (ação, quente, presença, luminosidade, perfeição, exterioridade), formando os pares binários que denotam relações hierárquicas e de poder, estando o adjetivo convencionalizado como “positivo” sempre relacionado ao masculino.

Esta noção binária de masculino/feminino, de acordo com Butler (2008), foi constituída a partir de um sistema de heterossexualidade compulsória, em que

a coerência ou a unidade internas de qualquer dos gêneros, homem ou mulher, exigem assim uma heterossexualidade estável e oposicional. Essa heterossexualidade institucional exige e produz, a um só tempo, a univocidade de cada um dos termos marcados pelo gênero que constituem o limite das possibilidades de gênero no interior do sistema de gênero binário oposicional. Essa concepção de gênero não só pressupõe uma relação causal entre sexo, gênero e desejo, mas

sugere igualmente que o desejo reflete ou exprime o gênero, e que o gênero reflete ou exprime o desejo (p. 45).

Os binarismos configuram referências que operam como disjunção, ou seja, como dissociação, e implicam em “lugares”, pares de oposições (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004) ocupados em relações hierárquicas e de poder – do outro, do estranho. Segundo Vasconcelos (2003, p. 74)

para Derrida, o pensamento metafísico tradicional, por ele chamado de *logocêntrico*, jamais se desvinculou de uma abordagem que identifica pares de oposições – razão e sensação, espírito e matéria, identidade e diferença, lógica e retórica, masculino e feminino etc., mas, sobretudo, fala e escrita –, estabelecendo a primazia do primeiro sobre o segundo termo da oposição. Esta hierarquização das relações opositivas nos remete a uma categoria fundamental, a *presença*, a partir da qual podemos explicar a realidade em geral.

Compreender esta lógica binária e hierárquica do pensamento ocidental possibilita entender a produção histórica do feminino e do masculino em que a este par de opostos foram destinadas atribuições e características que procuram definir e essencializar “a mulher” e “o homem”.

2.3 DESCONSTRUIR PARA PROBLEMATIZAR O PAR FEMININO/MASCULINO

Os binarismos, segundo Derrida (2001), se constituem a partir da matriz filosófica ocidental calcada no *fono-logo-centrismo* que envolve e é envolvido pela metafísica da presença. Nela, a lógica do pensamento se desenvolve sob a determinação do *logos*, da *voz* e do *falo* que comandam toda a sua produção de conhecimento. Neste nexos, esses três eixos remetem a um princípio sob o qual repousaria tudo aquilo que a partir desta determinação se põe como pensamento. Ainda, para o autor (2001, p. 231),

a história da metafísica, como a história do Ocidente, seria a história dessas metáforas e dessas metonímias [os diferentes nomes que utilizamos para nos referir a um centro ou fundamento estável a partir do qual possamos pensar a totalidade de uma estrutura ou mesmo da realidade em geral]. A sua forma matricial seria (...) a determinação do ser como *presença* em todos os sentidos desta palavra. Poder-se-ia mostrar que todos os nomes do fundamento, do princípio, ou do centro, sempre designaram o invariante de uma presença (*eidós*, *arquê*, *telos*, *energeia*, *ousia* (essência, existência, substância, sujeito) *aletheia*, transcendentalidade, consciência, Deus, homem, etc.).

Derrida (2008) descreve, assim, o *logocentrismo* como um sistema de pensamento “solidário com a determinação do ser do ente como presença” (p. 15). Para o autor, “a história da metafísica (...), apesar de todas as diferenças e não apenas de Platão a Hegel (...),

sempre atribuiu ao *logos* a origem da verdade em geral” (p. 4). Ao destacar que o *fonocentrismo* é também um *logocentrismo*, o autor aponta que estes sistemas de pensamento consideram a noção de “proximidade absoluta da voz e do ser, da voz e do sentido de ser, da voz e da idealidade do sentido” (p. 14). Considera, também, que a ciência e a cultura mundial estão inseridas nesta época *logocêntrica*, em que

o privilégio da *phoné* não depende de uma escolha que teria sido possível evitar. Responde a um momento da *economia* (digamos, da ‘vida’ da ‘história’ ou do ‘ser como relação a si’). O sistema de ‘ouvir-se-falar’ através da substância fônica (...) teve de dominar durante toda uma época a história do mundo, até mesmo produziu a idéia do mundo, a idéia de origem do mundo a partir da diferença entre o mundano e o não-mundano, o fora e o dentro, a idealidade e a não-idealidade, o universal e o não-universal, o transcendental e o empírico, etc. (DERRIDA, 2008, p. 9).

Ao longo do livro *Gramatologia*, Derrida (2008) aponta que a ciência da linguagem sempre esteve a serviço do *logocentrismo*, relegando a escrita uma função “segunda e instrumental: tradutora de uma fala plena e plenamente *presente* (presente a si, a seu significado, ao outro, condição mesma do tema da presença em geral), técnica a serviço da linguagem, *porta-voz* (porte-parole), intérprete de uma fala originária que nela mesma se subtrairia à interpretação” (p. 19).

Para sustentar seus argumentos, inicialmente demonstra que, no estudo da linguística proposto por Saussure, é possível reconhecer que o autor delega à escrita uma função derivada. “Derivada porque *representativa*: significante do significante primeiro, representação da

voz presente a si, da significação imediata, natural e direta do sentido (do significado, do conceito, do objeto ideal ou como se queira)” (DERRIDA, 2008, p. 37). Aponta que os estudos de Saussure estão calcados na lógica metafísica, retomando “a definição tradicional da escritura que já em Platão e Aristóteles se estreitava ao redor do modelo da escritura fonética e da linguagem de palavras” (p. 37).

Ao propor que língua e escrita⁸ sejam pertencentes a sistemas de signos diferentes, Saussure destaca que a única razão deste segundo sistema existir é pela sua determinação representativa do primeiro. Por esta função de representação, o linguista exclui a escrita da “interioridade do sistema da língua”, e delega a ela “a exterioridade atribuída aos utensílios” (p. 41). Esta filosofia da linguagem proposta por Saussure, segundo Derrida, apóia-se na metafísica da presença, herdando dela os pares de opostos como externo/interno, imagem/realidade, representação/sistema, “reencontrando relações naturais, isto é, simples e originais, entre a fala e a escritura, isto é, entre um dentro e um fora” (DERRIDA, 2008, p. 43). Este primeiro par de opostos, fala e escrita, engendrado pela metafísica, cria ainda todo um sistema de oposições, ou seja, organiza o pensamento e a compreensão da realidade a partir de binarismos e, além disso, os coloca em posição hierárquica.

⁸ Por vezes, a utilização dos termos “escrita” e “escritura” podem parecer confusas no texto. Isto porque algumas traduções dos livros de Jacques Derrida no Brasil utilizam o termo “escritura” para referir-se ao “sistema de linguagem” que na filosofia tradicional é posta em oposição à fala. Consideramos que estes termos, assim, não receberam a devida atenção nas traduções, não tendo sido problematizados de forma suficiente. Entendemos, contudo, que Derrida propõe falar em *escritura* a partir da teoria da desconstrução. Neste sentido, o termo escrita deveria ser utilizado em oposição ao termo fala, e o termo escritura quando se deseja falar em um conceito que compreende e excede o de linguagem. Na medida do possível, foi dessa forma que tentamos organizar a utilização destes termos neste trabalho.

A proposta de Derrida (2001) é então não mais buscar um centro, uma origem de onde tudo partiria e a ele retornaria. O autor critica o centramento na linguagem falada e aponta que a primazia da fala sobre a escrita considera que a fala guardaria relação natural com o sentido e com a razão, o que designaria um sentido original em nome do qual a escrita foi rebaixada. É importante ressaltar que não se trata de inverter a ordem hierárquica, de dar primazia à escrita e promover uma inferiorização da voz: a proposta de Derrida (2008) é especificamente a de problematizar a hierarquia presente neste par binário voz-escrita.

Ao retomar a importância da escrita, Derrida (2008) propõe uma ruptura que visa despojar o pensamento de toda orientação de garantia, expondo-o a uma alteridade que não pode ser apreendida ou definida. Para Rodrigues (2009, p. 45) “está em jogo a idéia de (...) essa alteridade radical, não representar a decretação, pelo pensamento da desconstrução, do fim de um ‘si’ que alguma vez esteve lá, mas apenas reconhecer que este ‘si’ nunca pôde se representar, se fazer presente”.

Com a intenção de problematizar os binarismos, buscando explicitar e criticar a estrutura hierárquica, Derrida (2001) propõe movimentos de espaçamento em que há a impossibilidade de reduzir “a cadeia a um de seus elos ou de aí privilegiar absolutamente um – ou outro” (p. 106). Ele problematiza não somente o significado como elemento que carregaria uma dimensão transcendental do signo, mas também desconsidera o signo como portador de uma pretensa “unidade natural”. Questiona, assim, o logos do signo, do significado vinculado de forma linear e direta ao significante, explicitando que os significantes só são compreensíveis a partir de uma cadeia que os une e estabiliza,

num jogo de referências em que um significante depende do seu anterior e do seu posterior, numa sucessão infinita de remessas.

Nesse movimento de deslocamento contínuo, nesse jogo de diferimento, espaçamento e remetimento, há a produção de diferenças que escapam à oposição binária da metafísica, na medida em que não institui novas oposições, mas propõe um permanente deslocar-se, uma produção de diferir que se denominará como a própria *différance*⁹. Se a *différance* implica, então, o deslocamento da diferença para um pensamento que não se refere a uma origem, “desconstituir é de certo modo resistir à tirania do Um, do *logos*, da metafísica (ocidental) na própria língua em que é enunciada, com a ajuda do próprio material deslocado, movido com fins de reconstruções cambiantes” (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 9).

Nas palavras de Continentino (2006, p. 16)

a *desconstrução* fala, então, do funcionamento mesmo do pensamento, de uma estranha lógica que o determina como deslocamento incessante e inarredável, impossível de ser domesticado, aplacado. Temos acesso a esta lógica estranha e ao movimento que lhe é peculiar (movimento desconstrutor) quando não partimos do desejo de profundidade, solidez ou autenticidade, e nos permitimos colocar em questão este desejo de controle que se impôs tão completamente à

⁹ Neste trabalho, optamos pela utilização do termo “*différance*”, conforme aparece no livro “*De que amanhã... Diálogo*” (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004). Concordamos, pois, com a escolha do tradutor pelos motivos apresentados em nota de rodapé deste livro, na página 32, que diz: “pareceu-nos mais sensato manter o termo *différance* em francês, e não optar entre as dispares traduções brasileiras já tentadas (p.ex., diferencia, diferância, diferensa ou diferença). Como o texto é introduzido aqui com Elisabeth Roudinesco logo chamando a atenção para essa diferença entre *différence*, com *e*, e *différance*, com *a* – a distinção perceptível unicamente na escrita e não na fala –, consideramos desnecessário e inoportuna a tradução do termo”.

filosofia, e que marca toda a história do pensamento ocidental.

A perspectiva da desconstrução pode, portanto, ancorar a proposta de problematizar os binarismos e a lógica *falocêntrica* que sustentam os atributos designados às mulheres e aos homens (natureza e cultura; razão e afeto; ativo e passivo; dentre outros), bem como, problematizar binarismos que sustentam o par feminino e masculino conforme vivenciado por mulheres-mães. Para tanto, procuro pensar no discurso e nas práticas que o sujeito constrói e experimenta em seu cotidiano e que, pela sua repetição, lhe “possibilita a constituição e o reconhecimento de uma trajetória sexuada, a qual adquire uma estabilidade em função da repetição e da reiteração de normas” (ARÁN, 2006, p. 73).

Orientada pelos referidos pressupostos teóricos, ao utilizar as expressões “feminino” e “masculino” pretendo enunciar as experiências dos sujeitos com relação ao seu corpo, seu desejo e sua sexualidade, como algo construído na medida mesmo em que é vivido. Considero que nesta experiência está implicado um sujeito que “se acredita e se enuncia” de alguma maneira com relação à experiência deste seu corpo, que possui marcadores sociais e culturais de feminino e de masculino e, que, portanto, é nomeado por ele e por outros como homem/mulher/homossexual/heterossexual/gay/lésbica, entre outras possibilidades.

Ressalto que, apesar da tentativa intensa realizada pelas pessoas em “dar nome às coisas”, não é possível abarcar a experiência como um todo, ou seja, não temos a possibilidade de, com a palavra, “recobrir” a vida dos sujeitos. Portanto, sempre que falar em “feminino e

masculino”, quero me referir à experiência dos sujeitos, que é sempre singular e coletiva, na medida em que é uma apropriação única que os sujeitos fazem, da maneira que podem, com as possibilidades que encontram.

Além disso, não adoto nesta pesquisa “generalizações” acerca dos “conceitos de gênero”, tendo em vista que nem mesmo se acrescentarmos os “ss” (esses) a “mulheresS” e “homensS” podemos acreditar ter a garantia de estar falando sobre experiências compartilhadas de sujeitos e, ainda, dar espaço à pluralidade de possibilidades experimentadas por eles. Isto se aplica, inclusive, à categoria “mulheres-mães” que são os sujeitos desta pesquisa. Ou seja, não há garantia de que estes sujeitos, por se enunciarem enquanto mulheres e também mães, partilhem as mesmas experiências. Assim, conforme aponta Calligaris (2004), é necessário pensar em construções subjetivas de forma que categorias como sexo/corpo biológico/desejo sexual/identidade de gênero/orientação sexual/prática sexual não se sobreponham e não coincidam de acordo com a lógica formal e linear hegemonicamente estruturada para pensar as experiências das pessoas.

Quero, assim, poder me referir a sujeitos, na amplitude de suas experiências subjetivas, que incluem a relação que constroem e vivenciam com o masculino e com o feminino e para as quais ainda preciso recorrer à linguagem corrente sobre estes aspectos da vida humana para que me faça compreender. Sendo este também o aspecto dos modos de subjetivação dos sujeitos nesta pesquisa, não poderei me furtar em usar de um discurso que torne inserida na rede social a mensagem e que seja condizente também com aquilo que as mulheres entrevistadas enunciaram.

Neste ponto é interessante que também seja explicitada a concepção de experiência que estou a utilizar e como penso a sua relação com a pesquisa que realizo. Conforme destaca Rocha (2008, p. 3), “na qualidade de formas integrantes e integradoras da subjetividade, as experiências nos marcam profundamente e, de alguma forma, nos constituem. Já se disse que somos o resultado dessas experiências, pois são elas que traçam a trajetória da história de nossas vidas”. Para o autor, experienciar é mais do que vivenciar, tendo em vista que vivenciar significa estar presente frente a um fato que não necessariamente implica alterações em nossa subjetividade e nos quais, muitas vezes, permanecemos na superfície dos acontecimentos. Ao contrário, a experiência traz em si a possibilidade de elaboração e de conhecimento acerca da situação experienciada que passa então a fazer parte da vida e a marcar a singularidade do sujeito.

Um aspecto inseparável da experiência é, ainda, a linguagem. Conforme destaca Rocha (2008), em seguida ao ato experienciado, é pela mediação da linguagem que o sujeito traduz e comunica aos outros a riqueza da experiência. Além disso, Scott (1999, p. 42), aponta que os “sujeitos são constituídos discursivamente, a experiência é um evento linguístico (não acontece fora de significados estabelecidos)”, sendo intercedida por pressupostos linguísticos e culturais. Mais ainda, destaca a autora que a experiência

não está confinada a uma ordem fixa de significados. Já que o discurso é, por definição, compartilhado, a experiência é coletiva assim como individual. Experiência é uma história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada. A explicação histórica não pode, portanto, separar as duas (SCOTT, 1999, p. 42).

Problematizando o conceito de experiência, Costa (2006) argumenta ser importante evitar a posição de um determinismo lingüístico, bem como, descartar as disposições que consideram a experiência como gozando de certa anterioridade ao pensamento. Neste sentido, a autora propõe usar esse conceito “para explorar como a esfera do vivencial é estabelecida e opera no posicionamento e na materialização do sujeito”, considerando a experiência como “processo em curso pelo qual os sujeitos assimilam como subjetivas aquelas relações (materiais, econômicas e assim por diante)” que são sociais e históricas (COSTA, 2006, p. 80).

Isso implica em que seja imprescindível compreender a realidade psíquica como constituída no solo coletivo, pois, necessariamente, ela encontra-se atravessada pela concretude e pelo simbólico do econômico, social e do político que produzem práticas e discursos associados a uma rede representacional e material compartilhada por todos e singularizada por cada um (SOUZA, 2007). A experiência se dá na interseção entre o singular e o coletivo, entre a materialidade e o simbólico, pois, cada sujeito singular se constitui e se sustenta no outro coletivo da linguagem e da história. A narrativa que o sujeito produz sobre si, o outro e o mundo está relacionada à construção da identidade que ele elabora, ou seja, está relacionada ao sentimento por ele experimentado de que sua vida apresenta uma constância e uma linearidade no tempo e no espaço. É a crença no linear e no constante da subjetividade constituída como identidade que “liga” o conjunto das experiências e possibilita ao sujeito se acreditar como constituído por uma representação identitária única e plena, sendo esta representação passível de ser enunciada em uma narrativa.

A concepção de narrativa aqui utilizada, portanto, considera que, a experiência se articula à narrativa, o coletivo ao singular, pois a narrativa permite o intercâmbio de experiências, a passagem do conhecimento produzido e, por meio da memória, pode transmitir o passado, auxiliando a compreender o tempo presente (BENJAMIN, 1994). Conforme aponta Souza (2007), este ponto de vista diz respeito ao discurso como narrativa não ficcional, visto que se encontra imbricado ao concreto do mundo. Descreve a autora que, “nesse contexto, está em pauta a concepção sobre as fronteiras demarcadas pelo real e pela narrativa no seu entrelace com o coletivo, o singular, o simbólico e o concreto” (p. 144).

Partindo de uma compreensão de constituição subjetiva que considera os aspectos históricos, econômicos e culturais hegemônicos em determinado espaço-tempo, conforme aponta Souza (1999; 2007), tem-se que

o sujeito se caracteriza pela sua historicidade, pela história demarcada por suas experiências imediatas e pela história inserida na tradição da sua cultura. Inferimos a constituição do sujeito ancorada em narrativas, aquelas construídas por ele sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca e aquelas a ele legadas pela tradição cultural da qual faz parte. A memória construída pelo sujeito acompanha essas narrativas, para ir constituindo sua representação identitária por meio da qual ele vai se reconhecer e reconhecer o outro (SOUZA, 1999, p. 132).

O discurso proferido pelo sujeito acerca de sua experiência está, neste sentido, imbricado neste emaranhado de relações, inserido ainda nas possibilidades colocadas pela linguagem, pela memória. Assim, a

compreensão de experiência e de narrativa que se utiliza nesta pesquisa não entende o texto, a linguagem, como ficção no sentido da literatura, ou ainda, como realidade individual, estando ambas separadas da materialidade da vida e da história. Também a concepção de experiência adotada não entende que a realidade se resume ao simbólico e, tampouco, ao empírico.

Entender que a experiência atravessa e é atravessada pela narrativa e pelo concreto significa utilizar o realismo e utilizar a história e o concreto. Também significa entender o corpo como biológico que faz parte da constituição psíquica do gênero, assim como a narrativa histórica e cultural sobre o sexo faz parte da construção do corpo biológico. Da mesma forma, Butler ressalta que não abandona o corpo biológico na sua relação com as narrativas e que sua ênfase no corpo discursivo afirma esse encontro entre sexo e gênero. Também Derrida não afirma que o texto, no sentido da narrativa, exclui o contexto. Na presente pesquisa os conceitos de Butler e de Derrida empregados quando se fala de texto, binarismo, *différance*, *heteronormatividade*, podem sustentar as leituras sobre experiência que, também, se utiliza aqui.

O que se pretendeu por meio desta pesquisa, portanto, foi problematizar a experiência das mulheres-mães pesquisadas, por meio de suas narrativas, compreendendo que seu discurso não recobre, contudo, suas práticas. Além disso, no momento em que foram solicitadas a falar sobre suas experiências, estas mulheres, como estamos sujeitos todos nós, recorreram a uma linguagem que é sempre contextualizada e marcada pela história coletiva do seu grupo social e

cultural, bem como pela história singular que cada uma elaborou sobre si e seu entorno.

3 ESTRATÉGIAS PARA PRODUZIR CONHECIMENTO

Fazer pesquisa e produzir conhecimento pressupõe uma questão a ser trabalhada e envolve determinada concepção ou suposição de realidade, ainda que provisória (FURLAN, 2008). Dessa forma, ao delinear o caminho percorrido na pesquisa, faz-se necessário compreender, ainda que brevemente, os pressupostos teóricos que orientaram a escolha das estratégias utilizadas na produção do conhecimento sobre o tema pesquisado. Destaca-se, assim, que foi utilizada a estratégia da desconstrução *derridiana*, visto que ela busca problematizar um sistema de pensamento dominante, questionando os binarismos hierárquicos que ganharam hegemonia na sociedade ocidental, entre eles os de masculino/feminino.

Segundo Derrida (2001), na estratégia da desconstrução, é importante fazer um gesto duplo, uma escrita redobrada. Isto demanda que, em um primeiro momento, deve ser realizada a inversão das hierarquias produzidas pela tradição filosófica e histórica ocidental com o intuito de inverter as posições entre os termos. Neste movimento, é possível visualizar que o termo considerado como derivado ou inferior – o outro – “é essencial à compreensão de Si Mesmo, e, em função disso, não pode ser considerado como algo meramente acidental e secundário” (VASCONCELOS, 2003, p. 75). Para o autor,

a prática da desconstrução, portanto, consiste em inverter a hierarquia tradicionalmente estabelecida entre um conceito e seu oposto correlato, para em seguida estabelecer, não a redução de um conceito a outro (...) mas sim o *jogo*, a incessante

alternância de primazia de um termo sobre o outro, produzindo, assim, uma situação de constante indecisão (p. 75).

Em um segundo momento da estratégia da desconstrução, após a inversão das posições, é necessário então realizar um deslocamento, enquanto movimento que possibilita a emergência de um “conceito” que não se deixa mais compreender no regime anterior. Neste momento, há o deslizamento de sentidos, em que os “conceitos” escapam e não podem mais ser fixados. De acordo com Derrida (2001), por esta escrita dupla, estratificada, deslocada e deslocante, há um primeiro movimento de inversão que coloca na posição inferior aquilo que estava na posição superior e, em seguida, por meio de um processo de deslocamento que torna impossível fixar identidades, surge um conceito que “não pode mais se marcar senão em um campo textual (...): no limite, é impossível localizá-lo, situá-lo” (p. 49).

Não há nesta estratégia de produção de conhecimento, portanto, um fim almejado, em que se chegaria à solução de um conflito, de uma contradição ou de um impasse. Segundo Vasconcelos (2003, p. 76), “na prática da desconstrução, portanto, não se trata de reduzir o exterior ao interior, nem de celebrar anarquicamente o predomínio do conceito de *fora* sobre o de *dentro*, mas, a partir dessa oposição, procurar pensar o *jogo* que a antecede e a torna possível”.

Na busca pelo deslocamento dos sentidos, da desconstrução de sínteses e das unidades e identidades ditas naturais, a estratégia de produção do conhecimento, nesta pesquisa, esteve baseada em aportes da proposta de Derrida. Este último apresenta aspectos que rompem com um enquadramento normativo de produção do conhecimento, entre eles

apontando à ênfase na historicidade dos conceitos; à dissimetria posta entre a palavra e a “coisa”; à quebra no paradigma da neutralidade na relação entre sujeito-objeto de pesquisa. Enfim, temos a afirmação de que o caminho se constrói ao caminhar, na interação que a pesquisadora realiza com aqueles que concordam em participar dessa caminhada conjunta que é a pesquisa.

Nesta perspectiva, como procedimentos de produção de conhecimento, foram utilizadas entrevistas individuais, em virtude do reconhecimento, nestas estratégias, da dimensão interativa da produção de conhecimento. Tendo sido realizadas com cinco mulheres-mães, que têm pelo menos um filho e uma filha, com idades entre 5 e 17 anos, as entrevistas foram caracterizadas como textos conforme a perspectiva *derridiana* e foram deflagradas a partir de algumas questões apresentadas pela pesquisadora (Apêndice A).

Ressalta-se que se entende como textos as narrativas construídas pelas pessoas sobre si, sobre o outro e o contexto que as envolve. Utiliza-se, assim, a perspectiva *derridiana* de que a linguagem falada não corresponde e não absorve a verdade única de um sentido encarnado no conceito, bem como, de que o texto envolve o contexto social, cultural e temporal. Nesta pesquisa as entrevistas acompanharam o movimento produzido pelas entrevistadas e entrevistadora e seguiram um roteiro mínimo com base em algumas questões, trabalhando como disparadores na relação pesquisadora e pesquisadas e na produção das narrativas. Para o registro das informações, as entrevistas-textos foram

gravadas e posteriormente transcritas, com o consentimento das participantes¹⁰.

Para Derrida (2008), o texto não se limita à escrita, mas se refere a um tecido, uma cadeia de signos na qual as diferenças aparecem entre seus elementos, sendo expresso nas diferentes formas de linguagem. A fala das entrevistadas, portanto, foi compreendida como texto, na medida em que se constituiu numa trama de diferenças, estando sempre inserida em um contexto, ou seja, implicada nas interseções que faz com os aspectos sociais, econômicos, históricos e culturais em que é produzida. Nesta perspectiva os textos são apropriações singulares deste “universal” no qual são constituídos, o que possibilita serem compartilhados.

Para Continentino (2006, p. 23),

ler um texto é, deste modo, seguir o sentido que ele pretende oferecer, mas também se expor ao que nele escapa ao seu controle, adiando ao infinito sua possibilidade de significação. O retorno aos textos, para o desconstrutor, tem a intenção de surpreender neles, nos próprios textos, os momentos de *autocontestação*, de quebra de sentido, que os projetam *para além* de um horizonte que tenta delimitá-los, controlá-los.

¹⁰ Visando observar os preceitos éticos em pesquisa, a participação nas entrevistas foi antecedida da explicitação dos objetivos do estudo e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O Anexo I deste trabalho reproduz o Certificado concedido pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Pró-Reitoria em Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina às pesquisadoras, assegurando que os procedimentos que envolveram seres humanos nesta pesquisa estão de acordo com os princípios éticos estabelecidos pelo Comitê Nacional de Ética em Pesquisa. Em etapa posterior, será ainda organizada com as pesquisadas a forma como as informações serão devolvidas e o momento em que isto deverá ocorrer.

Interessa, portanto, na estratégia da desconstrução, não a busca pela “interpretação verdadeira” do texto, mas, antes, explicitar como ele adquiriu sentidos e de forma principal, como adquiriu sentidos que se agregam a específicos conceitos que ganham hegemonia e adquirem uma suposta verdade. Esta atitude frente ao texto abandona a intenção da tradição histórica e filosófica ocidental da busca por uma *origem* ou *uma presença* que seriam capazes de explicitar o fundamento ou a determinação primordial de todo o sentido e do conceito que supostamente o traduziria. Trata-se do esforço de permanecer em um jogo em que nenhum dos pólos opositivos do binarismo é valorizado e subjugado o outro, porém, de manter-se em um constante remetimento a ambos, em um jogo de *nem/nem*.

Nas palavras de Rodrigues (2009, p. 52), a leitura desconstrutiva serve a dois propósitos: “1) mostrar que a desconstrução é algo que acontece no interior dos textos; 2) discutir como, mesmo na tradição, aparece essa oscilação – a dupla exclusão, que seria esse jogo do *nem/nem* e a participação, ou seja, a possibilidade de ser isto e aquilo ao mesmo tempo”. Para Continentino (2006, p. 17), “tais são os *indecidíveis*, ou seja, *nem* palavras *nem* conceitos, mas o que Derrida chama de *quase-conceitos*, pois eles não obedecem à lógica opositiva dos universais, na medida em que eles *se voltam para uma alteridade radical, sem pólo de oposição*”.

Os *indecidíveis* possibilitam problematizar as suposições de oposição que percorrem o texto, a narrativa, articulando-se com a desconstrução na medida em que esta se inicia pela evidência das contradições e paradoxos do texto. A prática do *nem/nem* da *indecidibilidade* remete à noção de alteridade, “de um outro que sempre

se faz demonstrar nesse espaçamento, nesses intervalos, nessa distância que se abre *entre*” (RODRIGUES, 2009, p. 51).

Ainda, para Continentino (2006, p. 17),

com a lógica dos indecidíveis, a suspensão da barreira entre as oposições permite mostrar o jogar de um termo contra o outro, a sua mútua contaminação, provocando a suspeição de todo pensamento até então familiar. A desconstrução (...) lança um olhar oblíquo sobre as coisas e não pretende desfazer a estranheza que as habita. Seu pensamento, é preciso enfatizar, ao questionar a presença, e ao desconstruir a idéia de origem, não o faz com nenhum sentimento de nostalgia por uma origem que se mostre mais autêntica ou mais “originária” do que todas as outras, ou mesmo com um sentimento de esperança por uma “verdadeira” presença para além de todas as ilusões de presença.

Segundo a perspectiva da desconstrução *derridiana*, o trabalho de problematizar as narrativas produzidas pelas mulheres-mães acerca da sua relação com seus filhos/filhas parte da compreensão de que não existe princípio, fundamento ou conceito que seja anterior ou esteja fora do jogo de diferenças que operam em qualquer texto. Além disso, a estratégia da desconstrução busca problematizar as oposições e os binarismos conforme estes emergem nos textos das entrevistadas (feminino/masculino; homem/mulher; natureza/cultura; razão/afeto; presença/ausência; discurso/prática). Partindo deste referencial, a leitura das entrevistas-textos implicou na “qualidade de diferir, adiar, prorrogar” os sentidos atribuídos aos conceitos, em que “a identidade fixa é substituída pelos efeitos de um processo contínuo de deslocamento” (RODRIGUES, 2009, p. 41).

A seguir, apresentam-se as entrevistas e o contexto em que foram produzidas, como forma de dar início a suas leituras.

4 AS ENTREVISTAS E SEUS CONTEXTOS

Para compor esta dissertação, foram entrevistadas cinco mulheres-mães, com idades entre 29 e 46 anos, sendo que cada uma delas têm um filho e uma filha. Para chegar até elas, pedi auxílio a uma amiga, mãe de duas meninas, uma de nove e outra de dois anos. Para uma primeira possível entrevista, esta amiga forneceu o endereço de *e-mail* de uma conhecida sua. Nas minhas primeiras trocas de mensagens com ela, esta se mostrou muito solícita e disposta em participar. Contudo, com o passar dos dias, teve dificuldade em organizar horário para um encontro. Assim, sugeri que, enquanto tentava encontrar tempo para a entrevista, eu entrasse em contato com uma colega sua – que a partir de agora chamarei Aimê¹¹. Para tanto, forneceu seu número de celular.

Já no primeiro contato telefônico que estabeleci com Aimê, ela demonstrou-se animada e disposta em participar. Não perguntou muitos detalhes da pesquisa e pediu que eu lhe telefonasse na semana seguinte, porque naquela semana estava ocupada com a organização de sua festa de aniversário. No segundo contato, na semana posterior, agendamos um encontro que foi realizado próximo à sua casa, em uma padaria de seu bairro. Assim, Aimê foi minha primeira entrevistada.

As quatro entrevistadas seguintes foram inicialmente contatadas pela mesma amiga que havia me auxiliado a chegar até a primeira entrevistada. Ela telefonou para quatro mulheres, todas elas mães de um

¹¹ Todos os nomes aqui utilizados são fictícios.

menino e de uma menina, que moravam em seu condomínio, perguntando sobre a possibilidade de participarem da pesquisa. A relação que tinha com elas era proveniente de alguns encontros ocasionais, fruto do compartilhamento do espaço onde moravam e/ou pela relação que seus filhos e filhas mantinham entre si. Diante do aceite delas em serem entrevistadas, esta amiga me forneceu os telefones das quatro mulheres, com quem conversei também pelo telefone, combinando os horários e locais dos encontros. Não encontrei dificuldades na realização de nenhum desses quatro encontros, pelo contrário, duas das entrevistadas inclusive sugeriram locais para os quais iriam se deslocar em algum momento de suas rotinas, facilitando também o meu deslocamento. As outras duas disponibilizaram tempo em seus locais de trabalho, demonstrando-se muito solícitas.

Realizadas as primeiras entrevistas, iniciei as transcrições. Terminado este trabalho, passei à sua leitura. Inicialmente, procurei realizar uma leitura “descomprometida” com questões teóricas, apenas com a intenção de familiarizar-me com o que havia sido produzido nos encontros. Contudo, foi neste primeiro movimento que pude começar a experimentar uma leitura enquanto estratégia da desconstrução: não procurando os pontos em comuns, ou seja, as regularidades dos textos, nem buscando encontrar coesões, coincidências ou a homogeneidade naquele material. Percebi que não é necessário buscar separar “teoria e prática”, sujeito e objeto, como o estabelece a metafísica da presença que sustenta as disjunções, binarismos, e hierarquias, presentes na maioria das referências do método cartesiano. Também confirmei que não é necessário localizar a frequência com que determinados conceitos se repetem no texto, pois, o número de vezes em que um assunto é

abordado não configura uma identidade e nem se sobrepõe à suposta verdade do sujeito.

Tentando sair destes binarismos, disjunções e busca pela identidade, que predominam no “exercício acadêmico”, me deparei com as entrevistas configuradas como textos, conforme descreve Derrida (2008): como um conjunto de elementos que se deslocam em um jogo de remetimentos, excedendo o conceito de linguagem. O autor entende o texto como um tecido constituído em um movimento de diferimento, desprovido de uma origem, de um nascimento e, que não se deixa capturar por análises marcadas pela lógica binária do sujeito/objeto, pesquisadora/pesquisadas, teoria/prática, na medida em que se constituiu a partir da heterogeneidade e da interseção de diferentes textos.

A linguagem, segundo Derrida (2008), deve ser entendida como “ação, movimento, pensamento, reflexão, consciência, inconsciente, experiência, afetividade etc.” (p. 10). Propondo que o texto seja compreendido a partir do movimento da diferença, ele se inscreve como possibilidade de escritura, na medida em que ela compreende todos os elementos da linguagem, mas, acrescenta:

não apenas os gestos físicos da inscrição literal, pictográfica, ou ideográfica, mas também a totalidade do que a possibilita; e a seguir, além da face significante, até mesmo a face significada; e, a partir daí, tudo o que pode dar lugar a uma inscrição em geral, literal ou não, e mesmo que o que ela distribui no espaço não pertença à ordem da voz: cinematográfica, coreografia, sem dúvida, mas também ‘escritura’ pictural, musical, escultural etc. Também se poderia falar em escritura atlética e, com segurança ainda maior, se pensarmos nas técnicas que hoje governam estes

domínios, em escritura militar ou política [...] (p. 11).

Foi assim que pude ler, por exemplo, as minhas próprias falas, vendo nelas a intenção de criar um ambiente de acolhimento e de aceitação daquilo que as entrevistadas me diziam. Minhas palavras constituíram, portanto, também estes textos, na medida em que fizeram parte da totalidade que possibilitou a eles ser produzidos. Os textos, destarte, ultrapassam a lógica binária e hierárquica do dentro/fora, do interior/exterior, do mesmo/outro. Nas palavras de Derrida (1991a, p. 203)

o conceito de texto que eu proponho não se limita nem à grafia, nem ao livro, nem mesmo ao discurso, menos ainda à esfera semântica, representativa, simbólica, ideal ou ideológica. O que eu chamo de ‘texto’ implica todas as estruturas ditas ‘reais’, ‘econômicas’, ‘históricas’, socioinstitucionais, em suma, todos os referenciais possíveis.

Pensar as entrevistas nessa perspectiva implica pensá-las a partir da lógica da complementaridade, entendendo que todo texto remete sempre a outros, é composto por estes outros, reenvia-se a eles, a seus fragmentos, constituindo-se em um tecido que advém no devir do movimento incessante que adia o significado. Tendo sido deflagradas a partir de algumas questões disparadoras propostas pela pesquisadora, as entrevistas foram se constituindo no e pelo contexto em que foram produzidas, sendo compostas por elementos que faziam parte de outros textos, em suas imprevisíveis possibilidades de interseções.

Assim, Derrida (2001, 2008) aponta como fundamental para a compreensão do texto aquilo que se refere ao seu contexto, com todas suas implicações históricas, sociais, simbólicas e concretas. Ou seja, a desconstrução *derridiana* não pensa o texto a partir da concepção binária que separa o simbólico do concreto, mas antes entende a realidade na totalidade que envolve a constituição concomitante e conjunta dos denominados simbólico e concreto. Neste sentido, propõe que

tal como o entendo (...) o texto (...) não suspende à referência à história, ao mundo, à realidade, ao ser, principalmente não suspende a referência ao outro, porque dizer da história, do mundo, da realidade que surgem sempre numa experiência, logo num movimento de interpretação que os contextualiza segundo um feixe de diferenças, e pois de remessa ao outro (...) (DERRIDA, 1991a, p. 187).

O autor destaca ainda que nenhum contexto pode ser completamente descrito, recoberto, determinável. Isto porque não há origem do texto e, como consequência, nenhum contexto a ser “reconstituído”. Portanto, tendo em vista o abandono da busca por uma origem ou de uma presença plena valorizada pela filosofia da metafísica e criticada por Derrida, não se trata de buscar no contexto uma pretensa identidade ou unidade para o texto, mas sim de esboçar e problematizar as condições gerais que possibilitaram sua emergência.

Em seu livro *Posições* (2001, p. 16), Derrida aponta que um texto nunca é “homogêneo, contínuo, igual, em cada uma de suas partes, à força global e a todas as consequências de suas questões”. Tendo explorado aquilo que compreende como texto em seu livro

Gramatologia, o filósofo o contrapõe à idéia de “livro”, tendo em vista que, conforme destaca,

a idéia do livro é a idéia de uma totalidade, finita ou infinita, do significante; essa totalidade do significante somente pode ser o que ela é, uma totalidade, se uma totalidade constituída do significante preexistir a ela, vigiando sua inscrição e seus signos, independentemente dela na sua idealidade. A idéia do livro, que remete sempre a uma totalidade natural, é profundamente estranha ao sentido da escritura (DERRIDA, 2008, p. 21-22).

A idéia de livro contrapõe-se, assim, a de texto, na medida em que o primeiro é compreendido enquanto uma unidade fechada, natural e que se encerra sobre um sentido. Já o segundo apresenta-se aberto a um sentido que está sempre por vir, é ainda promessa de um significado futuro que, contudo, não se fará presente. Está, portanto, exposto a uma alteridade radical, mostrando-se ao outro permanentemente e deixando-se afetar por ele.

Ler o texto implica, então, em uma atitude de abertura às lacunas, às discontinuidades e instabilidades. Significa não buscar uma interpretação, no sentido de que interpretar se liga à busca pela verdade e pela identidade do interpretado e do conceito, à busca pelo autor e pela origem, aproximando-se da “implicação de uma subjetividade de onde emanam os significantes que se acrescentam aos significantes dos textos interpretados” (CONTINENTINO, 2006, p. 52), gesto do qual Derrida quer afastar-se.

Esta atitude de entrada no jogo da *différance* “faz com que nenhuma palavra, nenhum conceito, nenhum enunciado primordial

venha sintetizar e comandar, a partir da presença teológica de um centro, o movimento e o espaçamento textual das diferenças” (DERRIDA, 2001, p. 21). Trata-se de buscar situar os textos para além da oposição binária – para além, contudo não fora dela, visto que só é possível resistir a esta lógica habitando o espaço mesmo da metafísica. Ler os textos em um gesto desconstrutor implica em

cercar os conceitos críticos por um discurso prudente e minucioso, marcar as condições, o meio e os limites da eficácia de tais conceitos, designar rigorosamente a sua pertença à máquina que eles permitem desconstituir; e, simultaneamente, a brecha por onde se deixa entrever, ainda inomeável, o brilho do além-clausura (DERRIDA, 2008, p. 17).

O trabalho realizado com os textos produzidos por entrevistadora e entrevistadas envolve descrições arriscadas. Arriscadas porque, por um lado, não se pretende que algumas palavras escritas neste papel possam recobrir qualquer sentido de verdade ou de realidade. São, assim, impressões, gestos, acontecimentos, relatos de encontros. Por outro lado, como afirma Derrida, habitamos o contexto do sujeito e do conceito marcados pelas demandas das subjetividades sujeitadas e da metafísica da presença. Assim, espera-se delinear alguns dos fragmentos que, retardando-se, adiando-se, reenviando-se, desviando-se, compuseram os textos das entrevistas. Espera-se, ainda, explicitar os pontos de aderência, de engate entre determinados sentidos e seus signos, concomitante à problematização dos contextos que sustentam a manutenção dessas aderências entre sentidos e signos,

simultaneamente ao trabalho de explicitar outros sentidos que deslizam nos textos das entrevistadas.

4.1 EU ELAS

No segundo capítulo do livro *Gramatologia* (2008), Derrida subdivide o texto em três partes, sendo a primeira delas “O fora e o dentro” e a segunda “O fora × o dentro”, em que este símbolo ‘×’ aparece “apagando” a letra “e”. Com este gesto, procura evidenciar as brisuras que percorrem o texto composto a partir da estratégia da *différance*, num sinal de apagamento mesmo dos binarismos, em que o fora é o dentro, e nunca fora e/ou dentro. Por este motivo, escolhi como subtítulo *eu elas*, entendendo que não há separação binária entre os elementos que compuseram o texto que segue.

Ao apresentar ao leitor as mulheres-mães participantes desta pesquisa, primeiramente e de maneira muito breve, falarei sobre minha experiência como pesquisadora. Embora tenha ainda uma curta trajetória profissional¹², quando estava na metade da graduação iniciei atividades de estágio coordenando um grupo em que experimentei pela primeira vez a relação com pessoas que buscavam atendimento psicológico.

Desde então, pude construir na profissão a perspectiva de não me manter distante nem indiferente às pessoas com quem me relaciono nos encontros que ocorrem como fruto de minhas atividades

¹² Finalizei o curso de Psicologia no ano de 2008.

profissionais (e, portanto, acadêmicas). Esta decisão está intimamente ligada às minhas experiências de vida de modo geral, visto que me acompanha a demanda de estar próxima ao outro, de ouvi-lo com disponibilidade, de abrir-me para o universo ímpar que circunda cada ser.

Por este motivo, não me furtei a trocar sorrisos, risadas e gestos com Aimê, Vitória, Ana, Luiza e Paula. Em muitos momentos, expressei atitudes de compreensão, de partilha de pensamentos ou sentimentos. Estive, ao longo de todas as entrevistas, entregue ao momento de ouvi-las. E, diante dos insistentes questionamentos de todas sobre “se era isso que você queria, se era isso que você precisava, se faltou alguma coisa você me diz ou me liga depois e marcamos outro encontro, manda um e-mail que eu respondo, se você lembrar alguma coisa mais você me diz”, não hesitei em dizer-lhes “que era isso mesmo, que não se preocupassem”.

Conforme minha leitura, as entrevistas ocorreram de maneira descontraída e fluida. E foi neste contexto, então, neste jogo de remetimentos e de alternâncias que o texto se fez.

Aimê

A entrevistada que chamei de Aimê tem 36 anos, é estilista, solteira e estudou até completar o ensino médio. Relatou não estar trabalhando, estando mais envolvida em seu cotidiano com os cuidados com a casa. Na ocasião da entrevista, seu filho – aqui chamado Pedro – tinha quinze anos de idade e sua filha – aqui chamada Amanda – doze anos. Sobre ele e ela, Aimê contou que têm pais diferentes, com quem manteve relacionamentos de alguns anos, não tendo, contudo casado

com nenhum deles. Quando o filho e a filha eram ainda pequenos, Aimê morava em outro estado do Sul do Brasil, trabalhava em uma fábrica de confecção de roupas, passando o dia todo fora de casa. Relatou que, naquela época, sentia culpa por “*trabalhar fora*”¹³, pedindo auxílio ao filho para cuidar da filha, dando-lhe mamadeira e fazendo companhia, até que uma babá pudesse assumir os cuidados.

Desde que Pedro e Amanda eram crianças, o encontro com os pais é esporádico, ocorrendo principalmente durante as férias escolares. No momento de nosso encontro, o pai de seu filho morava em outro estado do Brasil e, da sua filha, em outro país da América. Há quatro anos, diante da constante expressão de vontade de Aimê de morar em Florianópolis, o filho e a filha concordaram com a mudança, dizendo que “*então você quer tanto ir, a gente vai; se não for bom a gente volta. Se não você vai ficar o resto da vida enchendo o saco que queria ir morar lá, então vamos embora*”.

Morando em Florianópolis, Aimê construiu uma casa “*bem moderna*”. Projetou a construção para que cada um tenha o seu quarto, dispostos em “*três casinhas ligadas por um deck*”. Conforme sua descrição, uma casa é “*sala e cozinha, a do meio é duas suítes, uma pra cada um, uma em cima e outra embaixo, e a outra é minha*”. Um aspecto bastante recorrente no cotidiano da casa e da rotina de mãe, filha e filho é a busca e o envolvimento com a espiritualidade, o que, segundo ela, “*criou uma imagem de que a vida é mais do que isso muito forte*”.

¹³ As expressões dispostas entre aspas e em itálico ao longo de todo o texto referem-se às falas das entrevistadas.

Vitória

Vitória graduou-se em Serviço Social, mas não chegou a atuar na área. Na ocasião da entrevista, não trabalhava, sendo casada com o pai de seu filho e de sua filha, que trabalha como professor universitário. Segundo seu relato, “*sempre se dedicou ao filho e à filha*”. No momento da primeira gravidez, estava morando “*no exterior*”, para acompanhar o marido. Três meses após o retorno ao Brasil e a Florianópolis, nasceu seu filho – aqui chamado Luiz. Entre idas e vindas de viagens e permanência em outros países, conseguiu finalizar a graduação e, em sua formatura, estava grávida de dois meses de sua filha, aqui chamada Daniela. Contudo, optou por não trabalhar para cuidar de Luiz, que na ocasião da entrevista tinha dezessete anos, e Daniela, naquele momento com nove anos. Apesar disso, relatou estudar idiomas e pintura. Disse ainda que sua família de origem mora em outro estado do país, onde nasceu, e que por não ter outros familiares na cidade, a convivência familiar restringe-se ao contato com a filha, o filho e o marido, estando sua rotina bastante envolvida na relação com os três.

Ana

A terceira entrevistada tem 45 anos e curso superior em desenho industrial. É casada e mãe de Juliana, onze anos, e Gabriel, nove anos de idade. Apesar de sua graduação, não atuou na área, tendo trabalhado por vinte anos em um banco, mesmo trabalho ainda realizado por seu marido na ocasião da entrevista. Há quase três anos, Ana é dona e gerente de uma loja em um *shopping* da cidade. Sua mãe, avó de Juliana e Gabriel, reside junto com a família, no mesmo apartamento. Ela, o

marido, o filho e a filha mudaram de outro estado do país para Florianópolis.

Luiza

Formada em publicidade, Luiza, de 29 anos, não atua na área, tendo em vista que parou de trabalhar após o nascimento de Lucas, de cinco anos de idade, irmão de Letícia, oito anos. Na ocasião da entrevista, relatou trabalhar com o marido, Antônio, na empresa dele, no período da tarde. A família mora em Florianópolis há aproximadamente três anos. Luiza relatou ser a filha mais velha, tendo mais dois irmãos e uma irmã, e manter relacionamento próximo e constante com seus irmãos, irmãs, pai e mãe. Com relação a Letícia, relatou ter engravidado quando ela e o marido ainda estavam na faculdade, e que a gravidez de Lucas foi planejada, estando ela *“preparada para ser mãe”*.

Paula

Paula, de 39 anos, é formada em administração, em comunicação e marketing de moda. Segundo seu relato, saiu da casa de seus pais com quinze anos para estudar: *“primeiro eu fiz psicologia, não terminei, fiz três anos [...] Depois eu fiz administração de empresas, fiz quatro anos também, aí depois eu me encontrei na área de comunicação e marketing em moda, eu trabalho com isso há vinte anos, e aí eu me graduei e me especializei em comunicação e marketing de moda”*. Na ocasião da entrevista, trabalhava com produção de eventos, assim como o marido. Ambos dividiam, além da rotina familiar, o cotidiano de trabalho, embora com alguma flexibilidade, tendo em vista que podem assumir diferentes tarefas ou diferentes trabalhos. São pai e mãe de

Carolina, de dez anos, e de Felipe, seis anos. A família mora em Florianópolis há aproximadamente sete anos.

Aimê, Vitória, Ana, Luiza e Paula. As entrevistas duraram, em média, uma hora. Suas gravações em aparelho digital puderam ser ouvidas e transcritas sem dificuldades, salvo em uma delas, realizada em um local com influência de sons de passantes e música ambiente, ao que se somou a voz suave e baixa de uma das entrevistadas.

O tempo das gravações, contudo, não foi o tempo de suas transcrições, nem o tempo de suas leituras – nem da pesquisadora, nem dos possíveis leitores desta dissertação.

Tempo. Na metafísica da presença, há a ilusão de que o tempo é “linear, contínuo, unidirecional, recuperável e previsível. O tempo seria, assim, o desdobramento homogêneo de um sempre-mesmo processo e, nesta medida, poderia ser vasculhado e resgatado a qualquer momento deste processo.” (FIGUEIREDO, 2002). Alertados por Figueiredo (2002) de que, inserida na filosofia da metafísica da presença, caberia à ciência “tornar as ‘presenças-ausentes acessíveis e atuais mediante as representações”, destaco que esta é uma pretensão filosófica tradicional da qual desejo afastar-me nesta pesquisa. Assim, nas páginas que seguem, não há esforço, por meio de operações representacionais, rememorativas ou antecipadoras, “de colocação de todas as coisas ‘passadas’, ‘presentes’ ou ‘futuras’ à disposição do sujeito, ou seja, na sua presença”.

Sobre esta atitude, diante do tempo e da pesquisa sobre processos de singularização, descreve Figueiredo (2002) que é preciso garantir neste trabalho espaço

para acasos e imprevisíveis, lugares para rupturas, lugares para saltos adiante, para retornos e ressignificações e também lugares para lacunas insuperáveis. É preciso evitar a tentação de fazer da existência de alguém um processo meramente aditivo ou subtrativo de atributos que se agregariam ou descartariam de uma substância permanente e, no fundo, impermeável: o si-mesmo do biografado entendido como identidade. É preciso, enfim, de-substancializar completamente a subjetividade (...).

Neste sentido, a leitura da desconstrução solicita uma abertura à descontinuidade, a um tempo não linear, um devir-tempo, enquanto possibilidade de deslizamento e de adiamento de qualquer significado possível. Dessa forma, toda inscrição de sentido, em uma perspectiva *derridiana*, ocorre como rastro, instaurando o jogo da escritura “como lugar e força de produção das diferenças, um jogo ao mesmo tempo de adiamento e de possibilidade de conceitualização (...). Uma lógica que abre a chance de apreensão de uma inscrição (...) que não se subordina à concepção clássica e permite anunciar a diferença” (CONTINENTINO, 2006, p. 39).

Conforme descreve Derrida (2001, p. 32),

Por que rastros? (...) Trata-se de produzir um novo conceito de escrita. Pode-se chamá-lo *grama* ou *différance*. O jogo das diferenças supõe, de fato, síntese e remessas que impedem que, em algum momento, em algum sentido, um elemento simples esteja *presente* em si mesmo e remeta apenas a si mesmo. (...) Esse encadeamento faz com que cada ‘elemento’ – fonema ou grafema – constitua-se a partir do rastro, que existe nele, dos outros elementos da cadeia ou do sistema.

Esta escritura do rastro marca, assim, os espaçamentos do texto que anunciam a *indecidibilidade* que caracteriza o devir e a *différance*. Para Derrida (1991b, p. 39), o diferir coloca

a ação de remeter para mais tarde, de ter em conta o tempo e as forças numa operação que implica um cálculo econômico, um desvio, uma demora, um retardamento (...) Diferir, nesse sentido, é temporizar, é recorrer, consciente ou inconscientemente, à mediação temporal e temporizada de um desvio que suspende a consumação e a satisfação do ‘desejo’ ou da ‘vontade’ (...). E veremos (...) em que essa temporização é também, temporalização e espaçamento, devir-tempo do espaço e devir-espaço do tempo.

Assim, na desconstrução, o tempo não responde mais pela sustentação de uma presença, mas abre caminho para o adiamento dos sentidos, colocando em cena o *indecidível* e a possibilidade de habitar o “entre”.

E esta é a leitura que pretendemos empreender nas entrevistas textos, que será apresentada a seguir: nela, não há procura por origens, nem por verdades, nem por essências que possam ser acessadas e/ou revisitadas por um processo de presentificação. Há, antes, a busca por um movimento de deslocamento que tenta manter os sentidos em um jogo permanente de nem/nem, em que não é possível adotar um ou outro significado, mas, antes, permitir o deslizamento no espaço que se coloca entre os binarismos metafísicos.

Assim, embora em alguns momentos seja necessário construir argumentos, temporariamente propor e expressar idéias e hipóteses, visa-se com eles marcar uma relação impossível com uma presença,

com uma origem ou fundamento. Tal é a escritura da diferença, pois “enquanto adiamento, o diferir consiste na produção de um tempo como operação postergada ao infinito (...) e, enquanto distinção, o diferir consiste no processo de separação, constituindo o *espaçamento*” (CONTINENTINO, 2006, p. 35).

5 UMA LEITURA DESCONSTRUTORA DAS ENTREVISTAS TEXTOS

Se um texto é sempre heterogêneo, aberto, inacabado, não há necessidade de buscar nele conceitos que se repetem para realizar a sua leitura, nem uma interpretação que evidenciaria a origem e o sentido final e único dos mesmos. Isto porque Derrida (2001, 2008) questiona os limites da interpretação proposta pela filosofia apoiada na metafísica da presença, que supõe, em seu modo de fazer ciência, ser capaz de apropriar-se de uma verdade existente de maneira intrínseca ao seu objeto de estudo. Nesta lógica de pensamento tradicional, caberia então uma apropriação do sentido, sempre único, do texto, enquanto verdade sobre a realidade. Criticando esta matriz filosófica, que separa sujeito e objeto e pressupõe que o primeiro seja capaz de ler uma verdade que estivesse presente no segundo, Derrida (2001) propõe uma atitude de alteridade radical com o texto, em que não há sentidos finais e únicos a serem revelados e assimilados, tendo em vista que qualquer significação está sempre por vir.

Além disso, os diversos pontos e assuntos abordados ao longo das entrevistas se entrelaçaram, remeteram-se freqüentemente uns aos outros e, por esse motivo, também não poderiam ser abordados de forma sistematicamente afastada. A estratégia da desconstrução, enquanto possibilidade de leitura dos textos desconfia de qualquer sistematicidade centrada na verdade do conceito. Contudo, esta mesma estratégia não é “um *vale-tudo* ou uma destruição niilista da metafísica. (...) A desconstrução acontece dentro da linguagem; ela busca flagrar o *logos*

(o sentido, a presença, a razão) em atuação, ou seja, fazendo metafísica, estabelecendo a lei, trazendo à presença” (NIGRO, 2004, p. 94).

Ao rejeitar a possibilidade de um sentido estável ao texto, a estratégia da desconstrução busca encontrar nele as incoerências, inconstâncias e aberturas, denunciando seus elementos silenciosos, aquilo que o texto reprimiu “naquele instante fugaz em que o argumento filosófico deixa revelar sua infra-estrutura, seu jogo de oposições e dicotomias, sua hierarquia violenta” (NIGRO, 2004, p. 94). Assim, a divisão aqui utilizada visa tão somente a uma organização – sempre provisória, entre as muitas possíveis - da leitura do texto.

5.1 MARCAS – OU FORA OU DENTRO

Algumas perguntas dirigidas às mulheres entrevistadas tinham como objetivo conhecer o cotidiano de suas relações com os filhos e filhas, a partir do entendimento inicialmente discutido neste trabalho de que muitas vezes observa-se uma lacuna entre aquilo que os sujeitos desejariam experienciar e aquilo que efetivamente conseguem concretizar em suas relações. Experiência compreendida aqui não como uma possível origem do conhecimento que é elaborado pelas pessoas acerca da realidade, pois essa idéia levaria a entender a experiência como reduzida ao empírico que poderia explicar essa mesma realidade. Ainda, experiência não como “evidência autorizada (por que vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos

explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento” (SCOTT, 1999, p. 27).

Enquanto “prática dos sujeitos”, a experiência pode ser pensada como uma forma tanto da sua constituição quanto da elaboração do seu saber, tendo aqui a relação entre a prática e o discurso. As experiências se configuram, assim, no jogo de remetimentos, nas interseções e engates entre a materialidade e o simbólico. Deste modo, quando falamos em experiência, impreterivelmente nos lançamos nas discussões propostas por Butler (1999) acerca da materialidade dos corpos e de seu entrelaçamento com as práticas discursivas.

Para a autora, a diferença sexual – a existência de corpos “possuidores de um sexo”, compreendido na lógica da *heteronormatividade* como estando em oposição a outro sexo, diferente dele – não é simplesmente “uma função de diferenças materiais que não seja, de alguma forma, simultaneamente marcadas e formadas por práticas discursivas” (BUTLER, 1999, p. 153). Afirma que as diferenças sexuais são indissociáveis de uma demarcação discursiva – embora não afirme que o discurso¹⁴ cause a diferença sexual; antes, o sexo, enquanto categoria, configura-se como uma norma, um ideal e uma prática regulatória, que produz os corpos que governa.

Quando uma futura mãe, ao realizar um exame de ultrassonografia durante a gravidez, ouve do médico ou médica a sentença “é

¹⁴ Butler (1999) utiliza o termo discurso a partir da compreensão proposta de Michel Foucault. Este autor (2004, p. 8) define que “entre — o que se diz ‘e — o discurso’ eu estabeleço uma diferença. — O que se diz ‘é todo um conjunto de enunciados pronunciados absolutamente não importa onde, no mercado, na rua, na prisão, num leito, etc. — O ‘discurso’, entre tudo o que se diz, é o conjunto dos enunciados que podem entrar no interior de uma certa sistematicidade e trazer consigo um certo número de efeitos de poder regulares”. Destaco, assim, que utilizo esta perspectiva de discurso de Foucault conforme a leitura de Butler.

menino” ou “é menina”, esta nomeação adquire caráter interpelativo, na medida em que aciona mecanismos de poder e normas regulatórias que imporão à materialidade o “sexo”, chamando desde já o sujeito a ocupar este lugar. Assim, nas palavras de Butler (1999, p. 154),

o ‘sexo’ é um construto ideal que é forçosamente materializado através do tempo. Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o ‘sexo’ e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas.

Ao buscar conhecer as experiências das mulheres-mães em suas relações com seus filhos e filhas, deste modo, é necessário considerar que suas práticas e discursos produzem a materialidade dos corpos, trabalhando de forma performativa para materializar aquilo que se denomina sexo. Neste sentido, a performatividade, enquanto “prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (BUTLER, 1999, p. 154), imprime aos corpos não só uma definição sobre “ser menino” ou “ser menina”, mas também, junto com ela, as demais qualificações e sentidos atribuídos ao masculino e ao feminino. Assim, por exemplo, Vitória relata que

“sonhava em ter uma menina, desde quando eu estava grávida [do menino], eu queria uma menina. (...) eu queria muito uma menina. Não que eu ia escolher... a gente sempre fala assim ‘ah, Deus é que sabe, a gente quer que nasce perfeito, né’. Toda mãe fala assim, a gente quer mesmo. Mas a gente, querendo ou não, a gente tem uma

preferência. Principalmente no segundo filho, a gente às vezes quer um do sexo oposto, né. No meu caso eu queria muito uma menina”.

Ao ser questionada sobre qual era a sua expectativa, sobre o que imaginava que pudesse advir da relação com a menina, relatou:

“É, uma companheira. Uma companheira. Porque eu pensava assim, aí, quando eu estivesse mais velha, assim, eu vou ter aquela... eu vejo assim pelas minhas irmãs que têm, que já tinham filhos adolescentes, assim, ela mais, ela fica mais junto da mãe. E o menino já fica mais solto, assim, o menino já não quer muito ficar andando com a mãe. (...) Então eu já crio essa expectativa de que a menina já vai ser mais amiga minha, mais amiga assim de querer sair junto, de viajar junto, e o menino eu acho que ele vai querer sempre, ter preferência assim de querer sair com os amigos, depois tem a namorada, né. Então eu acho que a menina fica mais ligada à família. É claro que existem exceções, né. Mas eu acho que a menina sempre, a filha, sempre fica mais presa assim aos pais”.

A expectativa de que a filha se tornasse sua companheira, expressa na fala da mãe, contribui para a moldagem do corpo e das experiências de ambas para que esse ideal seja concretizado. Não se trata, aqui, de negar o aspecto concreto do corpo; pelo contrário, interessa ressaltar que simbólico e concreto se entrelaçam e se constituem mutuamente, emaranhando-se de forma a não ser possível sua bipartição, ou seja, sua separação em um par binário, em que um termo ou aspecto seria oposto ao outro. Assim, Vitória, ao ser

questionada se esta forma de a filha comportar-se, idealizada por ela antes mesmo do nascimento de Daniela, efetiva-se no cotidiano das relações familiares, responde que sim, “*que tem sido assim*”. Contudo, ressalta:

“agora eu não sei quando ela for mais velha, né. Por enquanto tem sido assim porque ela é criança ainda. Então ela vai aonde nós achamos que ela deve ir. Se ela... se nós vamos sair, mesmo ela não querendo, eu tento convencê-la a ir, porque eu não vou deixá-la sozinha em casa. Às vezes eu tenho uma festa pra ir e ela não quer ir de jeito nenhum e eu não tenho com quem deixá-la, porque já que eu não tenho família, aí eu uso todas as armas pra convencê-la de que vai ser muito bom pra ela, que ela tem que ir”.

Nestas falas de Vitória, lembramos que, entre os sentidos atribuídos historicamente ao feminino está, conforme destaca Birman (2001), o de que a mulher deve permanecer no espaço privado, espaço da reprodução e da manutenção dos costumes. De acordo com o autor,

a família foi assim esboçada como o espaço feminino por excelência, sobre o qual a mulher exercia seu poder legítimo, isto é, sua governabilidade. Em contrapartida, o espaço social ampliado, fora das fronteiras da família, seria o lugar para o exercício masculino da governabilidade. Esse conjunto de oposições sociais entre os sexos era considerado legítimo, dado que caucionado não apenas pelas diferenças sexuais, mas pelos desdobramentos diretos destas sobre as faculdades morais (BIRMAN, 2001, p. 57).

Do discurso sobre a diferença sexual, construído no Ocidente principalmente a partir do final do século XVIII e início do século XIX, desdobraram-se, assim, conseqüências não somente sobre as referências binárias e hierárquicas entre masculino e feminino, mas também “para as práticas das relações sociais entre os sexos” (BIRMAN, 2001, p. 34). Sendo as diferenças sexuais essencial e naturalmente diferentes,

essas essências diferentes esboçariam os horizontes possíveis e diversificados para a inserção do macho e da fêmea não apenas nas relações entre si, mas também nas suas inscrições no espaço social. Seriam, então, as essências naturais diferentes que delineariam as possibilidades e as finalidades sociais diversas para os sexos (BIRMAN, 2001, p. 35).

De forma semelhante, discutindo questões relacionadas à mulher e à família burguesa no Brasil do início do século XIX, D’Incao (2008) relata que as mudanças econômicas e sociais desse período resultaram em mudanças sobre os padrões e expectativas referentes aos diferentes membros da família. Assim, das mulheres passou-se a esperar que se ocupassem das atividades relacionadas ao espaço da casa. De acordo com a autora

percebe-se o endosso desse papel por parte dos meios médicos, educativos, e da imprensa na formulação de uma série de propostas que visavam ‘educar’ a mulher para o seu papel de guardiã do lar e da família – a medicina, por exemplo, combatia severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos (D’INCAO, 2008, p. 230).

Também Ana acredita que a filha, diferente do filho, seja mais ligada à família e, em especial, à mãe.

Fabiola: “E você acha que tem diferença entre criar meninos e criar uma menina?”

Ana: Tem, tem bastante diferença, eu acho.

Fabiola: Que diferenças?”

Ana: Eu acho assim que menina ela é bem parceira da mãe, né. É uma coisa que você pode tá com ela junto, você vai fazer compra, ela vai junto, vai isso, ela vai junto, vai escolher as coisas... aquela, como se fosse uma amiga, mesmo. Já o menino é diferente, é aquela relação mais de carinho, aquela coisa... ele na dele, eu não sou, né, de falar muito, abrir muito, é bem diferente”.

A partir disto, destaca-se que na problematização realizada por Derrida (2008) sobre o projeto da filosofia metafísica está incluída a crítica à compreensão de que os sentidos estariam incrustados aos signos. Nesta lógica de pensamento ocidental tradicional, o signo seria composto pelo significante e pelo significado, em que o significante equivaleria à camada sonora do signo linguístico e o significado, à camada abstrata, o que implica que significante e significado seriam elementos opostos, sendo o significante exterior e o significado, interior ao signo. A partir disto, poder-se-ia inferir que a cada significante caberia um único significado, exterior e contingencial, derivado e representativo do significante.

Este significado do signo, por sua vez, guardaria proximidade ao *logos* como *phoné*, ou seja, preservaria relação direta e privilegiada à

presença plena. Como consequência, segundo destaca Nascimento (1999),

toda a representação escrita e seus correlatos em algum momento da história devem ser dispensados em proveito do significado – ou, em linguagem husserliana, do querer-dizer transcendental. Toda a época metafísica teria representado um longo desvio, conduzindo de uma *arché* primordial a um *télos* como "fim final", na bela expressão de Guimarães Rosa, da história. Essa teoria lingüística elementar se apoiaria, portanto, no movimento de auto-afecção, como expressão de uma pureza original a ser finalmente recuperada.

Seria, portanto, “congenita a esta filosofia” (DERRIDA, 2009, p. 413), a organização do pensamento a partir de sistema de oposições, em que opera a idéia de que pares binários encontram-se separados e hierarquicamente colocados, estabelecendo todos os demais sentidos a partir da lógica de compreensão do signo enquanto significante + significado. Segundo Derrida (2009, p. 413), “desde a oposição *physis/nomos*, *physis/techné*, chega até nós graças a toda uma cadeia histórica que opõe a ‘natureza’ à lei, à instituição, à arte, à técnica, mas também à liberdade, ao arbitrário, à história, à sociedade, ao espírito etc”.

Assim, a “grande época abrangida pela história da metafísica” (DERRIDA, 2008, p.15) está marcada pelo privilégio da razão e da fala, enquanto meios possíveis de atingir o ser como presença e substância. E foi em nome desta primazia da fala como possuidora de uma relação natural com o sentido e com a razão - designando um sentido original -, que a escrita foi rebaixada. Descreve Derrida (2008, p. 53) que

é no sistema de língua associado à escritura fonético-alfabética que se produziu a metafísica logocêntrica determinando o sentido do ser como presença. Este logocentrismo, esta época da plena fala sempre colocou entre parênteses, suspendeu, reprimiu, por razões essenciais, toda reflexão livre sobre a origem e o estatuto da escritura (...).

A idéia de que há, assim, um sentido original a ser buscado enquanto essência ou fundamento implica que este sentido assumira um caráter de universalidade, ou seja, de verdade que é transparente em si mesma, mantendo sempre relação ao que seria “natural no homem” e que poderia ser acessado pela fala. Nas palavras de Continentino (2006, p. 58), “o desejo de verdade comanda o ocidente, desejo da palavra plena, que só se manifesta através do discurso falado, quando o sentido e a voz, o pensamento e a voz, se dão numa relação supostamente sem resto”. E é a partir das relações que se estabeleceram e se fixaram entre os pares natureza/cultura, por exemplo, em que se preservam as características ditas universais dos sentidos que compõe a realidade, que pode ser compreendido o sentido de maternidade e da maternagem vinculado ao feminino.

É pelo discurso possível no âmbito da metafísica, da crença no ser como presença e como substância que ao feminino pôde ser fixamente associada a idéia da ligação “da mulher” com a maternidade, a família e o doméstico, tendo em vista a necessidade de cuidados especiais com seu corpo frágil e seu espírito imperfeito (DEL PRIORE, 2008). Como exemplo, conforme relata Del Priore (2008), há relatos sobre o discurso médico predominante no Brasil, entre os séculos XVI e XVIII, destacando o corpo feminino como um “palco obscuro e nebuloso”, alimentando a crença de que a natureza feminina,

incompreendida, deveria ser controlada e vigiada, e que o corpo da mulher não passaria de um “mecanismo criado por Deus exclusivamente para servir à reprodução” (p. 83).

Segundo relatos da autora,

nos tempos da colonização, o médico era um criador de conceitos, e cada conceito elaborado tinha uma função no interior de um sistema que ultrapassava o domínio da medicina propriamente dito. Ao estatuto biológico da mulher, estava sempre associado outro, moral e metafísico. Como explicava o médico mineiro Francisco de Melo Franco em 1974, se as mulheres tinham ossos ‘mais pequenos e mais redondos’, era porque a mulher era ‘mais fraca do que o homem’. Suas carnes, ‘mais moles [...] contendo mais líquidos, seu tecido celular mais esponjoso e cheio de gordura’, em contraste com o aspecto musculoso que se exigia do corpo masculino, expressava igualmente a sua natureza amolengada e frágil, os seus sentimentos ‘mais suaves e ternos’ (DEL PRIORE, 2008, p. 79).

A maternidade seria, assim, o ápice da vida da mulher, sendo também a sua salvação, tendo em vista sua “natureza desviante”. Ao ser mãe, a mulher aproximava-se do exemplo de Maria, “a mulher que pariu virgem o salvador do mundo” (ARAÚJO, 2008, p.52). Como exemplo deste discurso de contenção e domínio necessários à mulher, Araújo (2008, p. 46) destaca um relato de Paulo de Tarso:

quanto às mulheres, que elas tenham roupas decentes, se enfeitem com pudor e modéstia; nem tranças, nem objetos de ouro, pérolas ou vestuário suntuoso; mas que se ornem, ao contrário, com boas obras, como convém a mulheres que se professam piedosas. Durante a instrução, a mulher

consERVE o silêncio, com toda submissão. E não permito que a mulher ensine ou doutrine o homem. Que ela conserve, pois, o silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão. Entretanto, ela será salva pela sua maternidade, desde que, com modéstia, permaneça na fé, no amor e na santidade.

Na história da metafísica da presença, portanto, o feminino foi amplamente associado a definições transcendentais, pertencentes principalmente ao corpo físico e, de forma marcada, em oposição ao masculino. Masculino que, na filosofia clássica, por sua vez, esteve continuamente relacionado à verdade, à universalidade e neutralidade. Sobre este aspecto, Silva (2004, p. 27-28) destaca que

a questão abordada pelos filósofos que não viram a mulher foi: a verdade parte do falo. Sem saber muito bem o que a mulher tem como possibilidade de verdade, o masculino decidiu impor, via uma ordem falocêntrica (que poderíamos pensar também a ordem da lei), um sentido único e final para algumas coisas. A lei, por exemplo, seria um dos momentos sublimes da imposição masculina que regeria nossa condição. A escrita, segundo Derrida, também estaria incluída nessa ordem do falo, pois seria, a princípio, a inscrição que carregaria o sentido unívoco, do verdadeiro, do correto, do leal e do superior sobre o que é o homem e o que é a mulher. Carregaria inclusive a lei dentro de si.

A constante referência ao corpo da mulher, à biologia como marca irrefutável de sua “natureza frágil” e diferenciadora em oposição à força masculina e à cultura, foi também atribuída por uma das

entrevistadas como constitutivas das marcas que “caracterizam homens e mulheres”. Assim, Aimê relata:

*“A mulher é muito mais, assim, feminina, né, muito mais... atenciosa, eu acho. Por mais que existem homens assim, quando é adolescente eu acho que eles não descobriram ainda. Eu acho que os meninos são mais... Eu acho que a característica... essa questão da... não sei... De gerar filhos, né, dessa questão da menstruação, eu vejo isso em casa que isso é uma coisa bem... **bem de verdade, mesmo, né, é a característica mais forte, é você sangrar**, você ser a mulher e você ter um homem, ali, também. Eu acho que é o sexo, a parte sexual, mesmo, é a que mais diferencia. (risos). Né? É simples, mas é muito real. Porque em questão de pensamento e atitude em casa, assim, é... um poderia ser... né, assim como eles tem essa característica cada um, elas podiam ser inversas, em questão de [...], de agitados... Mas a sexual, mesmo, o sexo, ali, eu acho que, de ela ser a menininha, tá agora os peitinhos, as coisinhas. Acho que essa coisa crescendo que é a diferença. Né? Ele com... ela ainda tira sarro dele, ‘ó a barbinha nascendo’. (risos). Sabe? Essa coisa dessa mudança, mesmo, do corpo”.*

E, ainda:

“Depois que eu fiquei com a Amanda sozinha, a gente parecia duas princesas, de alegria, assim. Juro. A gente... a menina te traz uma cumplicidade, assim, uma, um ambiente muito mais harmônico dentro da estrutura familiar. Enquanto ela é pequena você até não sente tanto, mas o quanto ela vai crescendo e você vai descansando, o seu corpo. A

diferença é assim, o quanto eu era mais, era mais difícil, assim, pra mim. Agora a menina, ela já vai ajudando naturalmente. Sabe? Por mais que ela é bagunceira, a Amanda, ela me dá um alívio. Ela consegue saber o que eu preciso, mais do que o Pedro. Ele já... agora a casa com menino, é uma... no meu caso gera sempre uma competitividade, assim de... 'eu sou o dono da casa'. Sabe? Ele... A menina não, ela sabe o lugar dela, que a mãe é a rainha, tudo. O menino ele me traz mais conflito, assim, ele tem mais esse negócio de... do querer, do mandar. Eu acho, que é mais... a casa fica mais pesada. Sabe? Até a roupa agora, quando vai lavar, de menino crescendo, é mais pesado. Vai... te dá uma... a energia”.

Por outro lado, para Aimê, além do corpo, há também um significado místico que justifica tanto os “atributos da mulher” quanto aqueles referidos aos homens. Segundo ela,

“tudo tem o lado masculino e feminino, e que tudo tem que ter uma conexão, assim, dos dois, das duas energias. Eu acredito que... que realmente são energias diferentes. Eu acredito que o masculino... tanto que no xamanismo a maioria dos trabalhos é feito pela conexão do feminino com o masculino. E essa união que traz o poder. Então, assim, o cachimbo, a pedra é o feminino e a madeira é o masculino. E você conecta e coloca o fogo e acende essa energia. Então a maioria das coisas é essa... são duas energias, bem diferentes, assim. Eu coloco como energia, mesmo, diferentes.[...] O homem é... traz essa energia masculina”.

Questionada sobre como descreveria essa “energia feminina” e essa “energia masculina” a que fez menção, Aimê diz que a identificação do feminino está “na leveza”. E prossegue:

“na leveza, mesmo. Nessa questão de gerar filho, mesmo. O feminino ele tem essa questão de poder dar a vida. Esse é o objetivo mais característico, assim. E o masculino não tem como gerar uma vida. Então... não tem como esse masculino, homem, colocar, gerar, sangrar. Isso desde todos os tempos, assim... até tem rituais que os homens fazem pra terra, porque como ele não consegue dar a vida, na forma que a mulher dá, ele tem que compensar com outros sacrifícios. Entendeu? Porque isso, tipo, só o feminino e a mulher faz. E essa é a energia da natureza, também, que é das [...] que a gente separa do feminino e do masculino. Igual o sol, o sol é homem, porque ele gera o feminino da terra. Então são duas energias que realmente não vivem uma sem a outra, mas que são realmente separadas. Né? Porque não tem como o sol dar um brotinho lá, esse homem, e não tem como essa mãe, também, né, não gerar essa vida. Acho que é bem claro, assim, essa questão. O gerar é o feminino. O nascer. (risos)”

Assim, seus relatos apontam para identificações do feminino à biologia e ao misticismo. Neste sentido, Del Priore (2008) aponta como no período colonial, no Brasil, o escasso conhecimento médico sobre o corpo e, em especial, sobre o corpo feminino, contribuía para a mistificação das mulheres. Segundo a autora, “todo conhecimento médico existente sobre o corpo feminino dizia respeito à reprodução” e,

mais especificamente, ao útero, então chamado *madre* (p. 82). Relata Del Priore (2008, p. 82-83) que

o esforço da medicina em estudar o útero era proporcional ao mistério que a mulher representava como receptáculo de um depósito sagrado, que precisava frutificar. Tal mistério era refutado por uma crença geral: a fêmea não devia ser mais do que terra fértil a ser fecundada pelo macho. [...] No entender de muitos médicos da época, a mulher não passava de um mecanismo criado por Deus exclusivamente para servir à reprodução. [...] Os médicos reforçavam tão-somente a idéia de que o estatuto biológico da mulher (parir e procriar) estaria ligado a um outro, moral e metafísico: ser mãe, frágil e submissa, ter bons sentimentos etc.

A menstruação também aparece como uma marca feminina que, desde os tempos do Brasil Colônia, distinguem as mulheres como conhecedoras da natureza e de seus domínios, sendo capazes de usá-los a seu favor, oferecendo perigos àqueles que desconhecem seus mistérios, principalmente os homens. Assim, descrevendo o olhar e a compreensão sobre as mulheres no final do século XVIII, del Priore (2008, p. 91) relata que “as regras apontavam o momento de fecundidade, de maternidade; sua ausência, a menopausa e a esterilidade. Reflexo das fases da lua, o calendário menstrual inscrevia a mulher no calendário da natureza”. E, ainda,

não apenas sangramentos e sangrias decorrentes de problemas com a madre foram alvo do interesse da ciência médica; também o ‘sangue secreto’ da menstruação inspirou cuidados, teses e superstições. O empenho em normatizar o funcionamento da madre significava, além de

adestrá-la na via da maternidade, esvaziá-la de qualquer significado mágico, diabólico e enfeitiçador. Nessa época, acreditava-se que o útero, oco de semente, tornava-se encantado e sedutor, capaz de criar com seus poderosos excretos todo tipo de feitiço. Dos excretos da madre, o considerado mais perigoso era, sem dúvida alguma, o sangue catamenial.

A menstruação como marca feminina aparece nas falas de Aimê como algo que seria pertencente à natureza da mulher, dificilmente superada por ela, como uma ameaça que em algum momento se tornará impossível de ultrapassar, impedir que apareça ou à qual não cabe um “apagamento”.

*[Aimê] “Então assim, eles falam muito da questão da TPM [tensão pré-menstrual], é o assunto mais falado, né, na casa. Porque eles veem a mudança de humor, e acho que toda mãe tem, e o menino fica com muito medo da irmã entrar na TPM, que ele fala... Assim, porque eu tinha uma sobrinha bem problemática, de estresse, de TPM, tudo. Daí ele fala ‘mãe, imagina essa menina na TPM, nós vamos enlouquecer!’. E às vezes ela já tem umas crisesinhas, assim, sai, bate a porta, e você vê que não é dela. **Que sai do corpinho.** Porque ela [barulho de gritos/resmungo]. Você brinca com uma coisa e ela tem uma crise. Igual ela não tinha antigamente, quando era criança. Então você já vê essa mudança, dessa batidinha na porta. Sabe? Vai, bate a porta, daí... Então a gente tá esperando a TPM da Amanda pra ver essa... como é que vai ser”.*

A expressão “sair do corpo” aparece ainda em outro trecho da entrevista com Aimê, quando ela relaciona este “gesto” ao que considera a natureza da filha, que é de falar muito, em oposição à natureza do filho, que é de calar-se.

*[Aimê] “E ele ficou quieto, igual o pai dele, ficou uma.... e por opção, por natureza, mesmo. Porque ele é um menino que gosta de falar, sabe tudo. Mas é quieto, é tímido, até com os amigos, ele não é... gosta de estudar, gosta de ficar na dele, assim. E a Amanda fala bastante. A Amanda daí, nossa, **ela sai do corpo**. (risos). Se empolga e... até a gente faz todo um trabalho, eu falo ‘Amanda, pára, vai, se concentra, foca no que você tá sentindo’. Porque se não ela ‘aaaaaaa’ [som de quem fala muito]”.*

Poder-se-ia pensar que, estando inseridas em um tempo histórico atravessado pela crença no feminino como “frágil, imprevisível, submisso, delicado, desconhecido e passivo”, os textos das entrevistadas produzem os corpos e participam nos processos de subjetivação de suas filhas meninas a partir da associação destes significados ao signo do feminino? Considerando que a matriz binária, heterossexual e calcada na essência rege a diferença sexual e se converteu no modelo regulador da sexualidade e da subjetividade, é esta matriz que possibilita aos sujeitos se reconhecerem em referência às suas práticas de sexualidade com base na oposição masculino/feminino, heterossexual/homossexual, e na hierarquia entre esses pares. É ela também que possibilita aos sujeitos compreenderem a si mesmos e a outros sob a perspectiva de “referenciais ou representações identitárias”.

Sobre este aspecto, Butler (1999, p. 155-156) sugere que um dado sexo “diz respeito, centralmente, à regulação de práticas identificatórias”, adquirindo seu efeito naturalizado a partir de práticas repetidas/reiteradas produtoras de alguma sedimentação, em que as camadas insistentemente inseridas neste aspecto do humano criam uma aparência de concretude e coerência. Assim, Butler questiona (1999, p. 163): “a questão não é mais ‘como o gênero é constituído como – e através de – uma certa interpretação do sexo’ (...), mas, ao invés disso, ‘através de que normas regulatórias é o próprio sexo materializado?’”

A partir disso, como pensar essas práticas reiterativas no texto a seguir, em que Luiza fala sobre “se há diferenças entre criar um menino e criar uma menina?” Para ela,

“tem, tem. Total. Começa já pelo vestir, a menina sempre, eu, né, no caso, eu não vou dizer pelas outras mães que tem os dois. Mas assim, a Letícia, eu sempre quero comprar o tan tan tan, o bam bam bam, botar um vestido legal, um sapatinho legal, uma botinha legal, o cabelo legal. O Lucas também, só que o menino às vezes limita muito, né. Então muitas vezes eu invisto um pouco mais no dela, um pouco menos no dele, porque no dele não vai fazer muita diferença, e pra ela eu sei que vai fazer diferença. A questão da, a disputa do pai, né, a Letícia, na verdade, ela disputa o Antônio comigo direto. Se eu tô no sofá com ele, ela disputa o Antônio comigo, o lugar da... ela disputa o pai comigo, né. Isso é nítido. Às vezes eu tô abraçada com ele no sofá, ela dá um jeito de chegar e ela abraçar o pai. Sabe? E o menino, a minha coisa com menino é que eu falo ‘Antônio, o Lucas não vai namorar sem eu escolher a namorada dele’. A Letícia eu já falo ‘ah, vai

namorar, não sei o que', é tranquilo, assim. O que eu já não sei, do lado do Antônio eu acho que não é assim, né. Mas eu já sou assim com ela, assim, de achar, de tratar ela mais como mocinha, como amiga, às vezes ela tem alguma dúvida eu pergunto, ela me pergunta, eu converso com ela, não sei o que. O Lucas eu já trato assim, 'é meu, ninguém toca, ninguém vai mexer, eu vou escolher a namorada, é meu neném [...]' Sabe? Então eu acho que é bem diferente até assim porque eu acho que o menino, pelo menos lá em casa, ele encara as coisas com uma naturalidade maior. Sabe? Ela, a Letícia é, tudo é um drama. Por exemplo, se acontece alguma discussão com alguma coleguinha, meu Deus, ela chora, ou se ela recebe um não lá em casa, ela chora, ela vai pro quarto, 'porque ninguém gosta de mim, porque não sei o que, não sei o que'. Ele não, é não e acabou. Às vezes ele faz um bico lá, mas passa em dois minutos. A Letícia, assim... e eu acho que pra menina, até, eu não sei, explicar as coisas é mais, **ter mais tato, ter mais cuidado do que com o menino. O menino é tudo mais na base do, da porrada**, 'ah é, vai ser assim, então bota o tênis, piá, não sei o que'. **Eu não vou falar 'Letícia bota o tênis, pô'**. **Eu não vou falar isso pra ela, né. Então assim, eu acho que a menina é uma coisa mais delicada, mais do tato, o cuidado. O menino eu acho mais fácil, eu que [...] os dois, eu acho mais fácil ter um filho homem. Eu acho mais fácil ter o Lucas...** A questão da educação eu acho mais fácil do que ter uma menina. Mas é gostoso ter os dois porque ela é mais companheira do que ele, né, ele é mais companheiro do pai. Mas eu acho totalmente diferente. Bem, bem... Eu não acho nada igual. E não é nem tanto a questão de menino ser mais levado, porque o Lucas é levadíssimo, mas ela também é. É a questão de como você conduzir um ou outro. Lá em

casa, a personalidade dela é muito forte, então... ela tá entrando numa pré-adolescência, é... começa a ficar complicado o negócio. Tem que chegar junto dela, mas é isso”.

As experiências relatadas de Luiza e de Antônio vivenciadas na relação com Letícia e Lucas apontam para demarcações dos binarismos e das hierarquias produzidas pelo sistema de pensamento *falocêntrico* criticado por Derrida. Evidencia-se que suas práticas apontam para uma apropriação da universalidade dos sentidos atribuídos ao feminino e ao masculino e que atravessam seus processos de subjetivação. As características que Luiza atribui ao seu filho e à sua filha, nesta acepção, aparecem como “naturais”, como algo dado e essencial, apontando para a existência de uma sedimentação daquilo que, em seu possível aspecto de fixidez, na tradição filosófica da metafísica da presença seria denominada “identidade de gênero”.

Recentemente foram divulgadas na mídia notícias concernentes a dúvidas e preocupações de pais e mães sobre o “comportamento sexual/de gênero” de seus filhos e filhas (Anexo II). Em uma delas, intitulada “*Criança pode escolher ser menino ou menina? Veja o que os especialistas dizem*” (Jornal Zero Hora, 16/08/2010), aparece uma explicação biológica e genética sobre “os sexos”, em que especialistas afirmam, entre outros aspectos, que “*distinção entre homem e mulher é básica para a compreensão de nós mesmos enquanto seres humanos. Ela regula o modo como os indivíduos são tratados, os papéis que desempenham na sociedade e as expectativas sobre o modo de se comportar e se sentir*”, e ainda “*os pais participam mais ou menos ativamente na produção do transtorno. O comportamento compulsivo*

deve ser bem observado, e o incentivo leva à construção de um problema maior, ligado ao lado social e ao desenvolvimento da criança. Se os padrões puderem ser analisados precocemente, é possível corrigi-los”.

Neste texto, os possíveis deslocamentos de sentidos com relação às práticas relacionadas aos atributos do feminino e do masculino são encarados como “transtorno de identidade de gênero”, uma “desordem” que consta ainda em manuais médicos de muitos países do ocidente. Como se constroem os argumentos que justificam estes discursos? E que alternativas há para escapar a estes determinismos e prisões da norma – da *heteronorma*?

5.2 BRECHAS – FORA E DENTRO

Com relação a acontecimentos do dia-a-dia, sobre brincadeiras do filho e da filha de Luiza, quando questionada se já havia experienciado situações em que algum deles quisesse realizar atividades ou brincadeiras consideradas “do sexo oposto”, novamente aparecem demarcações fixas e opostas, enquanto lugares a serem ocupados por ele ou por ela. Caso algo pareça escapar à ordem imposta, há um chamado para que masculino e feminino voltem a ocupar seus espaços tradicionalmente estabelecidos. E, ainda, fica explícito o trabalho realizado pelas hierarquias: de um lado, o masculino está atrelado ao que é natural/belo/bom/ ativo/positivo/completo/substância/perfeito; do

outro, feminino se associa à cultura/feio/mau/passivo/negativo/incompleto/vazio/imperfeito. Ao feminino cabe a possibilidade de aproximação ao masculino, como possibilidade de ascender a uma posição elevada e de prestígio. Contudo, se há aproximações do masculino ao que é considerado como do âmbito do feminino, isto será encarado como ameaça.

Nesta mesma direção, Derrida (2008) aponta a periculosidade que Rousseau atribui à escrita devido ao seu caráter de suplementariedade da fala, ou seja, como sendo necessária somente quando houvesse o fracasso da fala, indo então acrescentar-se ao verbo. Assim,

a fala, sendo natural ou ao menos a expressão natural do pensamento, a forma de instituição ou de convenção mais natural para significar o pensamento, a escritura a ela se acrescenta, a ela se junta como uma imagem ou uma representação. Neste sentido, ela não é natural. Faz derivar na representação e na imaginação uma presença imediata do pensamento à fala. Este recurso não é somente ‘esquisito’, ele é perigoso. É a adição de uma técnica, é uma espécie de artil artificial e artificioso para tornar a fala presente quando ela está, na verdade, ausente (DERRIDA, 2008, p. 177).

Deste modo, o principal perigo da escrita, para Rousseau, estaria na ameaça desta tomar o lugar da fala, ou seja, de que esta perca sua função de representação e “se faça passar pela plenitude de uma fala cuja carência e enfermidade ela, no entanto, só faz suprir” (DERRIDA, 2008, p. 177). Partindo desta idéia de suplemento, Rousseau designa à escrita o lugar do mal-estar, da incoerência e da catástrofe, o que lhe

permite afirmar uma série de outros binarismos em posições hierárquicas, entre eles norte/sul, inverno/verão, necessidade/paixão, descrevendo com eles o “nascimento da sociedade” - limite puro, fictício e instável como ponto em que a cultura subverteria a natureza. Para Rousseau, enquanto não havia sistemas de escrita, apenas de fala, os homens viviam mais próximos a Deus, ao seu coração, à pureza e à natureza. Seria aquela uma época de maior presença a si da vida, de maior liberdade, sendo a escrita a origem da desigualdade.

Desvelam-se na metafísica da presença as atribuições impressas aos signos da escrita e do feminino, ambos desvalorizados em referência aos seus opostos binários. Na experiência de Luiza, as hierarquias compõem a trama em que ocorrem os processos de subjetivação de seu filho e de sua filha:

Fabiola: “Você já conversou com ele ou com ela, sobre essa questão de ser menino, de ser menina, por exemplo, isso é de menino, isso é de menina? Ou não?”

Luiza: Já.

Fabiola: Já teve alguma experiência...

Luiza: A gente se policia bastante, mas acontece, né. Por exemplo, às vezes ele pega a Barbie dela e a gente ‘ah, Lucas, pára com isso, Barbie... isso é coisa de menina’. Sabe? ‘Não, não vai ficar falando disso, isso é coisa de menina’. [...] Barbie, Polly, essas coisas, eu falo ‘isso é coisa de bichinha, o que você quer com isso?’

Fabiola: Ele pega as [bonecas] dela?

Luiza: Ele pega as dela. Isso acontece mais em relação a ele, ele em relação a ela. Ela a gente fala ‘não, Leticia, você não vai [...]

disso porque isso é coisa de menino’, acho que nunca, não me lembro de uma situação, assim, de falar ‘ah, Letícia, pára com isso que é coisa de menino’, isso eu acho que é uma coisa que não aconteceu. Mas ‘Lucas, pára porque isso é coisa de menina’, milhares de vezes. Milhares de vezes, várias situações, ou de repente ela tá penteando o cabelo e ele quer passar um gel com glitter no cabelo, porque ela tá passando. Sabe, isso é coisa de, o Antônio fala ‘isso é coisa de bicha, pára com isso, não sei o que’. E, acho que é mais o pai, também, não querer que o filho... e daí a mãe acaba pegando isso do pai. E, por exemplo, o Antônio tem uma coisa, a gente acaba de lanchar e eu tô tirando a mesa, ‘Letícia, ajuda a sua mãe’. O Lucas nem pensar!

Fabíola: O Antônio?

Letícia: O Antônio fala. ‘Letícia, ajude a mãe’. E eu também puxo, assim, ‘ah, Letícia vem ajudar a mãe’. Algumas coisas, lógico, ela não tem idade pra fazer nada de serviço da casa ainda, mas às vezes eu falo ‘ah, Letícia, ajuda a tirar a louça da máquina’. Só que ela ainda tá na fase que ela ainda tá curtindo. Porque como é novo, é novidade, ‘ah, Letícia, seca a louça pra mãe’, é legal. Agora, com o Lucas nunca rolou isso e acho que não vai rolar. ‘Lucas seca a louça pra mim’ eu acho que lá em casa, do jeito que as coisas acontecem eu acho que não vai rolar, até porque na minha casa são duas meninas e dois meninos, e sempre foi assim. Eu e minha irmã ajudando minha mãe e os meus irmãos sentados na TV com meu pai depois do almoço, depois do churrasco. Então eu já vim dessa educação meio machista e o Antônio às vezes fala ‘na sua casa foi assim’. Porque ele não tem irmã, ele tem irmão. Ele fala ‘ah, na sua casa sempre era assim’. Eu falo ‘é, mas na tua não, né, na tua são dois homens então vocês sempre ajudaram tua

mãe'. Mas lá em casa tem essa coisa do, 'isso é coisa de menina', 'isso é coisa de menino'. Na Letícia foi mais difícil, assim, porque ela nunca fez alguma coisa assim que eu falasse 'pare, isso é coisa de menino'. Mas o Lucas várias situações, já”.

Em seguida, quando questionada sobre o que caracterizaria “ser uma mulher, ser uma menina”, Luiza novamente aponta para os lugares reservados pela tradição ocidental ao feminino:

“Lá em casa a vaidade, a questão, a deli... a fragilidade, eu acho. Eu vejo a... a fragilidade dela, a fragilidade, do jeito que você fala com ela. Por exemplo, que nem eu te falei, se eu falar pra ela [...] 'Letícia, pega isso aí já do chão', 'ai, mãe, por que você falou assim comigo?', daí já vai chorar, 'porque só brigam comigo, porque só gostam do Lucas, porque ninguém gosta de...'. A fragilidade emocional. Já com ele é 'pega isso aí', ele olha pra você, te encara, assim 'ah, tá bom, então, vou pegar e não enche o saco'. Sabe assim? Então eu acho que é uma coisa que define muito, assim, da minha situação lá em casa, é a questão, a vaidade, o Lucas também é muito vaidoso, mas é uma vaidade diferente, né, aquela coisa vaidade de querer ser mulher, e tá sempre se olhando no espelho, a Letícia é duas horas antes de ir pro colégio ela tá no espelho, e o brinco, o cabelo, a fivelinha, o negócio, o colar... E a questão da fragilidade emocional, assim, precisa ter, o tato que você precisa, tem que ter pra falar, pra conversar, pra abordar, eu acho que isso é bem marcante, assim, eu acho que isso pode ser meio que uma definição.

Fabíola: E o menino?

Luiza: [...] no caso dele, essa coisa do... de ele encarar tudo com mais naturalidade, ele encara tudo mais fácil, ele aceita as coisas mais fácil. É uma diferença bem grande dos dois, assim, né, ele tem uma facilidade de lidar com as situações. Sabe? Ele não, ele é mais razão, [...] ele é mais razão e ela emoção”.

Em contrapartida, o relato seguinte de Luiza aponta um movimento de possíveis deslocamentos dos sentidos tradicionalmente atribuídos ao feminino e que é realizado pela sua filha, quando esta não aceita realizar atividades ditas femininas que sua mãe gostaria que ela praticasse.

Fabiola: “Bom, você já enfrentou alguma dificuldade na educação deles com relação a, assim, por exemplo, de eles de repente quererem fazer alguma coisa que é considerado mais do sexo oposto ou brincar de alguma coisa, vestir alguma coisa...”

Luiza: Não, pegaram um pouco no pé da Letícia no começo, porque eu sou bailarina clássica, eu tenho [...] anos de balé. E ela odeia balé. E eu tentei, quando ela era pequenininha, colocar no balé, porque era, né, e minha mãe bailarina, então todo mundo queria que ela fizesse balé, então ‘ah, essa menina não faz balé, essa menina não faz balé...’. E um dia ela mesma botou um ponto final nessa história, ‘eu não gosto de balé, eu não faço balé, eu adoro capoeira e natação’. Então, matou a minha conversa, mas não foi um problema que eu tive que trabalhar com ela, que ela não tava nem aí”.

Sobre este aspecto, Derrida (2008) aponta que as contradições existentes em um texto denunciam sua heterogeneidade e, por conseguinte, o fato de que ele é composto não só por elementos produzidos no/pelo trabalho da metafísica, mas ainda pelas/nas possibilidades do devir, contidas nos espaços e linhas de escape que as incoerências comportam.

O trabalho da desconstrução que possibilita esta leitura deslizante implica, nesta perspectiva, em evidenciar as contradições e paradoxos do texto e, ainda, decompor binarismos e hierarquias enquanto tentativa de problematizar o sistema de pensamento dominante no qual e a partir do qual o texto foi produzido. A partir da tese do arbitrário do signo de Saussure, Derrida (2008) propõe pensar os sistemas de significação em termos de *rastro instituído*, ou rastro imotivado. Nesta proposta, os signos, enquanto inscrição gráfica, supõem um sistema diferencial de remissões, não podendo ser pensados senão a partir da “retenção da diferença numa estrutura de remessa onde a diferença aparece como tal e permite dessa forma uma certa liberdade de variação entre os termos plenos” (DERRIDA, 2008, p. 57). Assim,

sem remeter a uma ‘natureza’ a imotivação do rastro sempre veio-a-ser. Para dizer a verdade, não existe rastro imotivado: o rastro é indefinidamente seu próprio vir-a-ser-imotivado. Em linguagem saussuriana, seria necessário dizer, o que Saussure não faz: não há símbolo e signo e sim um vir-a-ser-signo do símbolo (DERRIDA, 2008, p. 58).

Este vir-a-ser-imotivado do rastro implica que não há significado transcendental do signo e, por conseguinte, que “a escritura é o jogo na linguagem” (p. 61), em que a significação é sempre um *devir*

– enquanto possibilidade de inscrição -, e não mais *presença*, como o queria a metafísica. Este *jogo* de remissões permite pensar os conceitos sob *rasura*, como a própria marca do apagamento da oposição, abrindo espaço ao movimento da diferença. Esta *arquiescritura*, ou escritura do rastro, é descrita por Derrida como “movimento da diferença, arquissíntese irreduzível abrindo ao mesmo tempo uma única e mesma possibilidade a temporalização, a relação ao outro e a linguagem” (DERRIDA, 2008, p. 73). É por meio dela que se pode afirmar que não há origem absoluta do sentido, tendo em vista que “o rastro não é somente a desaparecimento da origem, ela quer dizer aqui (...) que a origem não desapareceu sequer, que ela jamais foi retroconstituída a não ser por uma não-origem (...)” (p. 75).

Advém, portanto, do conceito de *arquiescritura*, a afirmação de que o significado do signo nunca está dado, mantendo-se aberto ao devir, implicando sempre em um movimento de deslocamento contínuo, em um jogo de diferimento. Isto implica que a significação de um elemento nunca é possível imediatamente, em um momento presente. Para adquirir significado, este elemento terá que avançar e recuar no tempo, diferindo e articulando-se com outros elementos, em um movimento no qual serão impressos *traços* de outros elementos.

Esta escritura marcada pela resistência à substância, à constância e à essência é uma escritura de *brisuras*, na medida em que há “a impossibilidade para um signo, para a unidade de um significante e de um significado, de produzir-se na plenitude de uma presença e de uma presença absoluta” (DERRIDA, 2008, p. 85). O deslocamento e o diferimento, enquanto adiamento de possíveis significados aos signos, implicam que haja um espaçamento, em que a significação ocorrerá em

meio à descontinuidade do tempo e nas fendas, nas brechas, fragmentos e fraturas de um espaço que não se deixa mais compreender na lógica do dentro e do fora.

A possibilidade do deslocamento dos sentidos e do adiamento de uma significação estável e fixa aparece quando, ao ser chamada a ocupar o espaço “reservado ao feminino” na lógica social e familiar, Letícia recusa este lugar, insistindo em ocupar/construir outros. Esta abertura aparece enquanto possibilidades de devir para a filha, que coloca os atributos destinados ao feminino sob rasura, não podendo mais ser pensado a partir da lógica do sentido único.

Porém, seria sua aparição no texto suficiente para romper com a força dos conceitos produzidos pela metafísica? Ou ainda, como encarar e suportar a tensão existente nos textos produzidos por Luiza, que se enuncia e se reconhece como mulher, em que aparecem as possibilidades abertas ao feminino, de escapar à atribuição de sentidos verdadeiros/universais, em contrapartida às dificuldades postas ao feminino pela mesma lógica ocidental tradicional? É, assim, a mulher-mãe que suporta o devir dos atributos do feminino, porém, preserva o falo e os atributos do masculino?

[Luiza] “E ele, na verdade, as coisas que ele gosta de fazer todo mundo acha o máximo, porque ele surfa, ele anda de skate, e ele... e isso que ele surfa desde que ele tem três anos. (...) Então não, esse tipo de situação, a família (...) não em relação à sex... às coisas femininas e masculinas, coisas de menino e de menina.

Fabiola: Tá. E bom, assim, se tivesse, se algum deles quisesse fazer alguma atividade, por exemplo, se o Lucas quisesse fazer balé...

(Luíza cortou a pergunta): Não ia fazer.

Fabíola: Não?

Luíza: Não. (risos). Não ia fazer (risos), não porque eu não fosse deixar, mas o, na verdade, é até feio eu falar isso, né, mas é porque a gente ia tentar de todas as maneiras com que ele não fizesse, até porque eu conheço o marido que eu tenho. Entendeu? Então eu acho que de todas as maneiras a gente ia, não ia falar ‘não, você não vai fazer o balé’, a gente ia tentar ‘olha, Lucas, o judô é mais legal, olha, Lucas, o futebol, você joga tão bem futebol’, entendeu? Eu acho que não ia rolar, não.

Fabíola: Tá.

Luíza: Não ia.

Fabíola: E...

Luíza: E a Letícia?

Fabíola: É, se ela quisesse, por exemplo, sei lá, fazer futebol...

Luíza: Não, daí já, ela faz na educação física, no colégio, numa boa. Eu acho que o problema maior é quando ele quer fazer uma coisa de menina. Ela faz porque assim, ela faz o futebol dela, mas ela vai de shortinho, com faixa na cabeça, bem feminina, sabe? Não tem aquela coisa mulher macho, assim. Então, ela joga, ela adora jogar futebol, a Letícia adora fazer todos os esportes, daí ela faz futebol no colégio, ela, tem a nataçõa que ela adora, faz capoeira que é um esporte que a maioria da turminha dela são meninos, e ela ama a capoeira, de paixão, e a gente estimula, também. Eu acho que ia pegar pesado só se o Lucas fosse querer... lógico, eu não desejo, por exemplo, assim, skate, é uma coisa que eu não gostaria que a Letícia fizesse nunca, porque eles usam aquelas calças lá embaixo, entendeu?

Mas se fosse a opção dela, eu não ia... lógico, eu ia também falar ‘ah, filha, não é legal, né, não combina [...]’. Mas acho que o problema ia ser o oposto. Lá em casa eu acho que o estresse ia ser, a gente ia surtar (risos)”.

Estes últimos trechos das falas-textos de Luiza indicariam que, por um lado, o deslocamento e o deslizamento de sentidos e significações parecem possíveis mais ao feminino do que ao masculino? Por outro, poderíamos pensar, conforme mencionado anteriormente, que a partir da lógica binária e hierárquica, em que se um conceito ou signo ocupa um dos pólos do par, seu deslocamento seria sempre em direção ao seu extremo oposto? Caso o feminino aproxime-se da posição contrária, a ele imediatamente agregar-se-iam os sentidos e qualificações deste oposto? Ou seja, ao aproximar-se do masculino, estaria o feminino aproximando-se de atributos como ativo, positivo, essência, cultura, preenchimento, substância? Em contrapartida, a aproximação do masculino ao feminino traria consigo a justaposição ao passivo, ao vazio, ao negativo, frio, natural e, portanto, desqualificado?

Seguindo a hipótese de uma possível ameaça que rondaria o masculino ao aproximar-se do feminino e, em contraposição, uma provável ascensão do feminino na hierarquia binária quando este se aproxima do masculino, de que forma este movimento pode ser pensado a partir de sua inserção na matriz de pensamento engendrada pela metafísica da substância?

Um primeiro pensamento nos levaria a supor que é justamente porque o deslocamento do feminino se dá em direção ao masculino – a partir da lógica opositiva da metafísica da presença – que a ele é

possibilitado mover-se, deslizar e afrouxar a fixidez que o prende ao lado desvalorizado da hierarquia. Aproximando-se ao seu oposto, aproximar-se-ia ao *falo*, à razão, ao princípio e à solidez. De modo semelhante, poderíamos sugerir que, sendo já os atributos destinados ao feminino na filosofia clássica pertencentes à ordem da instabilidade, da inconstância e da maleabilidade, de alguma maneira seria admissível a este feminino escapar, esquivar-se, evadir-se.

Pois não é com atributos de volubilidade que a mulher e o feminino são tidos desde a antiguidade até a modernidade, como nos mostraram Duby e Perrot (1993a; 1993b) e Priore (2008)? Por vezes entendido como perigo, diante da impossibilidade de fixar, apreender, segurar, demarcar este ser; por vezes apresentado como um predicado, visto que é a mulher-mãe-esposa que tão bem deve administrar seus tantos afazeres, garantindo o sucesso do lar e apresentando-se bela aos convidados do jantar, o atributo da flexibilidade permeia o discurso ocidental sobre a mulher e o feminino. Questionada sobre o que caracteriza o “ser mulher” e o “ser menina”, Paula relata:

“Então eu costumo relacionar muito ser mulher com ser flexível. Eu acho que você tem que ser muito flexível e tem que tá pronta pras várias etapas que você tem, assim, de vida, né, e de situações de cotidiano, pra você ter sempre esse equilíbrio, porque se não você se frustra, ou fica chateada, ou fica uma pessoa rancorosa, enfim. Tenho várias amigas que o ser mulher pra elas é ser uma profissional extremamente competente e que família está em terceiro plano. Pra mim não, eu comecei, né, e pra mim era importante, família pra mim era importante, então o trabalho depois acabou ficando, por um certo

período, em segundo plano. Hoje eu retomo isso em função de eles estarem mais velhos, mas eu acho que flexibilidade é a palavra certa pra mim, quando você pergunta o que é ser mulher, eu acho que é ser flexível, é saber se adaptar a todas as situações pra conseguir viver com equilíbrio”.

Também Vitória relaciona o “ser mulher” a uma capacidade de equilibrar situações, sendo maleável e enxergando “para além” do que está posto imediatamente. Por sua natureza mais tranquila, passiva e comedida, a mulher seria capaz de garantir o “bem comum”, principalmente no âmbito familiar. Esta índole de bondade, de caridade, de cuidados e de compreensão estaria relacionada ao fato de que a mulher é aquela que gera os filhos e filhas e que, portanto, teria o “dom natural” de doar-se e de abdicar do que é seu para o bem do outro. Este foi um discurso médico muito utilizado principalmente no século XVIII, como forma de chamado às mulheres para que passassem a responsabilizar-se pelos cuidados e educação dos filhos e filhas (ARIÈS, 1981).

Assim, relata Vitória:

“(...) o homem é mais agressivo, na forma assim de agir e de falar. E a mulher já é mais tranquila, ela pensa mais, ela raciocina, mais, assim, em termos de educação dos filhos, ela tenta às vezes até convencer o marido que a melhor forma, né, pro filho é essa, né. E agora, em termos de afazeres eu acho que os dois caminham juntos. (...) Eu acho que a mulher, ela vê mais um todo, assim, né. Ela consegue ver entrelinhas, assim. Às vezes até na educação dos filhos, às vezes eu falo

assim com meu marido 'não, mas você tem que ver que o Luiz tá na idade, mesmo'. Que às vezes o pai fica reclamando porque ele não quer sair com a gente, eu já penso, não, é a fase que ele tá, a fase de às vezes agressivo, que às vezes ele é agressivo, dá umas respostas assim, de arranco, assim, mas ele é um menino tranquilo. Eu falo, isso aí às vezes é dos hormônios, ele também tem que soltar, algo, às vezes, né, alguma coisa, às vezes ele tá com raiva, às vezes porque a gente não deixou ele sair, e ele fica assim bravo, porque ele queria mesmo. Aí eu já tenho mais paciência pra falar com ele".

Apartada do *falo* e do *logos*, seria então aceitável – e até compreensível pelo “bom homem” ocidental - que a mulher buscasse adquirir os predicados tão admiráveis e desejáveis do masculino? Por seus atributos de instabilidade, seria a ela possibilitado esse movimento? Por outro lado, deveria o homem, para dar garantias de seu poder e indiscutível soberania, manter-se afastado de qualquer característica que remeta ao feminino? Adviria daí a fala de algumas mães entrevistadas sobre uma proteção direcionada aos filhos meninos?

[Luíza] “É, é, é engraçado, é complicado, porque tem, eu não sei, mas eu acho que a grande maioria das mães de filho homem tem essa coisa da, pelo menos as que eu converso, da proteção com o filho homem”.

[Aimê] “(...) todo mundo falava que eu protegia demais ele. Todo mundo falava que ‘tudo é o Pedro, você nem olha pra Amanda, você só gosta do Pedro’.

Haveria um temor por uma possível “perda do falo e do falo do outro”? Por que o masculino deve ser protegido, e protegido pela mãe? Por que é ela, desqualificada e desprovida do falo, da razão e do poder na lógica da tradição filosófica ocidental, quem teme pelo filho? Por que é ela quem deseja protegê-lo? E protegê-lo de que? Que temor e que perigos podem rondá-lo? Teriam os perigos da escrita (secundária e meramente representativa) de tomar o lugar da fala, conforme descreveu Rousseau, relação com uma possível tomada de lugar do masculino pelo feminino?

Vale ressaltar que os aspectos aqui discutidos relacionados ao medo da “perda do pênis¹⁵” e também às possibilidades de deslocamento dos atributos femininos – mais do que dos masculinos – foram discutidas por Freud (1933) em sua conferência sobre a Feminilidade. Nela, o autor discorre sobre a hipótese de que o homem seria atormentado pela ameaça da castração, enquanto a mulher desejaria o pênis, sendo então acometida por uma inveja do pênis, que “deixará marcas indeléveis em seu desenvolvimento e na formação de seu caráter, não sendo superada, sequer nos casos mais favoráveis, sem um extremo dispêndio de energia psíquica”.

Sobre a leitura freudiana acerca da problemática do feminino, Birman (2001, p. 194-195) descreve que o percurso teórico de Freud demonstrou que os diferentes destinos psíquicos do homem e da mulher ocorrem

¹⁵ Em suas propostas teóricas, Freud faz enunciados acerca do pênis e do temor de sua perda. Já o conceito de falo foi posteriormente desenvolvido por Lacan. Neste texto, de maneira geral, optamos por utilizar o termo falo, tendo em vista que é o utilizado também por Derrida em seus escritos.

em face da presença, no primeiro, de uma **ameaça** de castração e da inexistência, na mulher, da dita ameaça. Vale dizer, no caso da figura masculina, a dita ameaça se transformaria em **angústia de castração**, pelo terror do menino em perder esse órgão corporal narcisicamente tão valorizado, já que era uma fonte infinita de gozo e prazer, o que não seria o caso da figura feminina. Com efeito, na mulher, não existiria nem a ameaça nem angústia de castração, na medida em que inexistiria o pênis a ser cortado. Não poderia, por isso mesmo, existir nenhuma ameaça efetiva [grifos do autor].

Birman (2001) também nos lembra que, desde a Antiguidade até o século XVIII, a histeria era considerada, pela medicina, como essencialmente feminina, estando relacionada a um desejo de geração (maternidade) e à sexualidade. Assim, caso uma mulher não fosse capaz de gerar filhos/filhas, “poderia enlouquecer de maneira convulsionária, pela histeria” (p. 88). Já no século XIX, a histeria passou a ser compreendida não mais como de ordem sexual, mas nervosa, o que permitiu reconhecer que esta patologia poderia ocorrer também em homens. Contudo, ainda no século XIX, a psicanálise freudiana articulou estes dois discursos médicos, realizando um “retorno a um modelo antigo de histeria, mas reinterpretado agora a partir da hipótese teórica da existência do psiquismo permeado pela sexualidade e regulado pelos fantasmas” (p. 96).

Naquele mesmo século, foram muitas as teorias, além da psicanálise, que tentavam explicar porque a histeria ocorreria mais em mulheres, já que se admitia a possibilidade de sua ocorrência entre os homens. Todas elas de alguma maneira contribuíram para a construção do cenário em que a mulher e o feminino foram vistos como frágeis,

deficientes, suscetíveis à histerização e a outras patologias, em oposição à força e à vitalidade dos homens.

Entre os importantes teóricos do século XIX que procuraram definir as causas da histeria esteve Briquet que “construiu um paradigma sólido para a interpretação nervosa da histeria que permaneceu na história posterior da psicopatologia, isto é, construiu um argumento poderoso na tradição da medicina e da psiquiatria” (p. 103). Sobre suas explicações, Birman (2001, p. 104-105) descreve:

(...) Briquet supunha que as mulheres teriam uma debilidade primária do sistema nervoso central, advinda de um cérebro imaturo e menor que o dos homens, como se acreditava então e por muito tempo até as primeiras décadas do século XX. Essa característica cerebral das mulheres, comparada à dos homens, seria uma marca eloquente de sua diferença sexual. Os homens teriam então um cérebro maior e mais desenvolvido do que as mulheres, marca de sua diferença sexual em relação a elas. A concepção da diferença sexual, então em franca construção, formulava as coisas dessa maneira. Com isso, as mulheres teriam menor capacidade de coordenação nervosa, não podendo regular devidamente as excitações periféricas do corpo somático, estando sujeitas então aos ataques histéricos. Ainda por causa disso as mulheres teriam um menor desenvolvimento das faculdades intelectivas, na medida em que estas seriam derivadas do funcionamento cerebral. Consequentemente, as mulheres seriam mais propensas aos impulsos, aos afetos e aos sentimentos do que os homens. Estes seriam articulados pelo trabalho da razão e do entendimento, que regulariam, pois, os impulsos, os afetos e os sentimentos.

Para Birman (2001), este discurso médico, psiquiátrico e também psicológico acerca de “marcas” provenientes de uma diferença sexual que confere ao feminino (no pensamento ocidental comumente sobreposto à figura da mulher) estes atributos considerados de “qualificação negativa e inferior” está presente ainda na cultura ocidental, na contemporaneidade. Ele continua tornando espesso o terreno obscuro reservado ao feminino e do qual o masculino, para proteger-se, deve demarcar-se como oposto e distante.

Sobre a experiência com seu filho e com sua filha, Vitória relata:

“O Luiz agora ele preocupa muito se a roupa é afeminada ou não. Se a roupa é mais voltada pra mulher. Hoje mesmo ele tá usando uma calça nova que eu comprei, e ele olhou e falou ‘mãe, mas essa calça aqui não é de mulher?’. Eu falei ‘não, Luiz, vê que os bolsos é até abaixo, assim, né’. Ele já fica preocupado. Por exemplo, camisa rosa nem pensar. Então tem umas coisas assim que ele até fala assim ‘ai, isso aqui tá muito pra mulher, eu não quero usar isso’. Ele é bem assim preocupado com isso. Ele quer firmar uma coisa assim que é masculina. Às vezes o cabelo, ‘ó, esse cabelo meu aqui não é muito de mulher, não?’. Então, ele, não sei se é por causa da adolescência, ele quer firmar a masculinidade dele, né, não pode ter nada parecido que é de mulher. Se eu vou comprar uma coisa, assim, sei lá, um boné, um tênis, tem que ser uma coisa assim bem demonstrada que é pra homem. Né. A Daniela já não liga muito, não. A Daniela põe do jeito que ela achar, assim, que ela se sente bem. Ela não preocupa muito, não. Não sei se é por causa da idade dela, ou da personalidade dela. Que ela tem assim,

*ela gosta daquilo, ela usa aquilo, né, nada convence ela a mudar, assim. É argumento e argumento pra eu fazer ela não querer, não usar aquilo. Mas também não posso, uma vez uma pessoa até me corrigiu ‘mas você também não pode, a sua vontade’. Porque às vezes eu quero pôr ela mais de bonequinha, com uma roupinha mais feminina, um vestidinho rodadinho, ela não gosta. Não gosta mesmo. Isso é porque eu, eu crio essa expectativa de ela mais, né... Por exemplo, ela detesta balé. Meu sonho era... **Não é que é meu sonho, mas eu tinha vontade dela, podia ser mais delicada, assim. Mas ela não é.** Ela falou ‘mãe, eu não gosto de balé, não gosto’. Ela falou ‘ai, é muito fru fru’... (...) ela gosta de jazz, ela gosta de dança, assim, que mexe mais com o corpo. Então eu até parei de querer comprar roupinha assim que eu vejo que é mais, mais de bonequinha. Que ela não gosta”.*

Novamente, seria aquilo que se atribui como feminino que aparece deslizando e escapando em direção ao devir, evidenciando que a promessa de um conceito ou sentido universal não é capaz de recobrir o real e dar conta de sua complexidade? Mesmo com reiteradas tentativas de conservar as normas e *heteronormas*, inclusive aquelas que produzem a separação entre o simbólico e a materialidade dos corpos, as práticas acabam por escapar, por entre fissuras, aos esquemas regulatórios (BUTLER, 1999). Para Butler (1999, p. 164), é esta mesma instabilidade que abre espaço para “a possibilidade de colocar a consolidação das normas do ‘sexo’ em crise potencialmente produtiva”.

A possibilidade de deslocamento dos sentidos e atributos conferidos ao feminino e ao masculino poderia ser pensada, deste modo, como relacionada às possibilidades de devir das práticas subjetivas (e

não mais do sujeito-substância), dando espaço às instabilidades e aberturas incessantes. Pensar o “sujeito” a partir do movimento da *differánce* e, portanto, da escritura ou *arqui-escritura*, permite pensar em modos de subjetivação que comportam práticas que resistem e transgridem a norma. Conforme destaca Derrida (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 68),

o que resiste, e deve resistir a esse determinismo, ou a esse imperialismo do discurso determinista, eu não chamaria nem sujeito, nem eu, nem consciência, nem mesmo inconsciência, mas faria disso um dos lugares do outro, do incalculável, do acontecimento. A singularidade é exposta de fato a este que advém como outro e como incalculável.

E segue:

‘(Este) que advém’ excede um determinismo mas excede também os cálculos e as estratégias de meu domínio, minha soberania ou minha autonomia. Eis por quê, mesmo que ninguém seja um ‘sujeito-livre’, nesse lugar, existe o ‘livre’, um certo espaço de liberdade se abre, ou em todo caso é suposto aberto por (este) que advém, um espaçamento liberado (...) Ali de onde outro pode chegar, existe ‘por vir’, ou por-vir (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 69).

A permanente abertura para o devir dos sentidos que se instaura a partir da *indecidibilidade* e do incalculável não implica, contudo, na busca de uma polissemia dos conceitos. Não se trata das muitas variações de um mesmo tema, algo semelhante a considerar, por exemplo, a possibilidade de existência de “várias identidades” assumidas por um sujeito. Romper com a lógica das identidades, com a

lógica do sujeito-substância, do fundamento e da origem é romper também com a ilusão da plenitude e da síntese.

Inserida no pensamento da metafísica da presença, a idéia de polissemia está relacionada ao desdobramento do conceito em seus múltiplos sentidos provenientes de um sentido original. Havendo uma origem de sentido, haveria também uma promessa de retorno a ela, na forma de uma síntese que pudesse recobrir a totalidade do texto. “A polissemia enquanto tal organiza-se no horizonte implícito de uma retomada unitária do sentido (...) que deve permitir a um momento dado (...) voltar a reunir a totalidade de um texto na verdade de seu sentido” (DERRIDA, 2001, p. 52).

A disseminação, por sua vez, porque inserida na *differánce*, faz “explodir o horizonte semântico” (DERRIDA, 2001, p. 51). Para o autor, a disseminação “por produzir um número não-finito de efeitos semânticos, não se deixa reconduzir a um presente de origem simples (...) Ela marca uma multiplicidade irreduzível e *gerativa*” (p.52). Neste movimento de disseminação da escritura não há mais conceitos, mas quase-conceitos, chamados também *indecidíveis*, enquanto

unidades de simulacro, ‘falsas’ propriedades verbais; nominais ou semânticas, que não se deixam mais compreender na oposição filosófica (binária) e que, entretanto, habitam-na, opõe-lhe resistência, desorganizam-na, mas, sem nunca, constituir um terceiro termo, sem nunca dar lugar a uma solução na forma da dialética especulativa (DERRIDA, 2001, p. 49).

Assim, na *diffrance*, o movimento de significação só pode ser compreendido a partir dos constantes reenvios e remetimentos dos

conceitos a outros tantos que fazem parte do texto em que nenhum está plenamente presente, mas somente deixa rastros. Neste movimento, surgem intervalos que se constituem dinamicamente e que cindem, “como o presente, tudo o que a partir dele se pode pensar, ou seja, todo o ente, na nossa língua metafísica, particularmente a substância e o sujeito” (DERRIDA, 1991b, p. 45).

Deste modo, estas lacunas existem já no pensamento da metafísica da presença, tendo em vista que nenhum sistema filosófico, assim como a linguagem e o texto, são unidades fechadas. É nestas brechas então que se realiza o movimento de uma certa liberdade. É por entre elas que o outro chega, afetando-nos, expondo-nos à alteridade e a uma “exterioridade” que nos constitui.

A idéia deste outro que nos constitui é parte importante do pensamento de Derrida. Ele pode ser compreendido a partir da lógica da suplementaridade. Diferente do que seja um complemento, que viria de um fora e de uma exterioridade juntar-se a algo do dentro, um suplemento embaralha esta relação dentro/fora, não sendo nem presença nem ausência. É com a idéia de suplemento que Derrida (2008, p. 383) pensa a escrita em sua relação com a fala: “assim se explica que a *alteridade* absoluta da escritura possa, contudo, afetar, do fora em seu dentro, a fala viva: *alterá-la*”.

Esta forma de pensar a relação entre fala e escrita permite pensar a relação “eu-outro”. Para Rodrigues (2009, p. 63), “o outro, o diferente, o estranho a si – e não o próprio de si – insere uma ferida que impediria a formação de uma identidade estável pela qual o sujeito possa responder (...) este outro que está sempre lá antes mesmo que haja um outro externo a si a quem se deva responder”. Assim, o outro

também constitui aquilo que se denomina feminino ou masculino: ambos se alteram e afetam o que seria o terreno constituído pelo “próprio”; cada um só poderá, a partir disso, ser pensado na medida em que se pensar o outro, em um terreno embaralhado, marcado por constantes remetimentos e afetações.

Na relação com as crianças, seus pais e mães são este outro que também as constituem. Além disso, nas entrevistas realizadas, aparecem relatos de outras relações consideradas pelas entrevistadas como pertencentes ao contexto em que os processos de subjetivação vão ocorrer. Entre eles, citam os espaços de sociabilidade freqüentados pelos filhos e filhas. Assim, Paula descreve:

“E necessariamente nem sempre você pode dizer que você, apesar de pensar diferente, você vai fugir do padrão. Porque daí ele vai pra escola, ou ele convive com os amigos, ou ele convive no mesmo ambiente dos outros, tipo, do condomínio, e lá existe um padrão, né. Então você não tem muita chance, é, até que eles cresçam, que eles internalizem que eles também podem, é, efetivamente ser o que eles realmente são, né, que eles sempre vão ter que ter esse cuidado, a gente procura passar isso, de ter esse bom senso, né, de administrar cada situação ao longo do tempo”.

Estes espaços de sociabilidade, na medida em que se constituem como lugares também de “afetação” do outro, podem ou não suportar o devir dos sentidos. Na fala de Paula exposta acima, há indícios de sedimentações de práticas que reafirmam padrões hegemônicos, como ela mesma sugere. Seu relato aponta para possíveis dificuldades a serem

enfrentadas pelo filho e pela filha caso suas práticas não se conformem às normas. Assim, a relação com o outro marca a experiência e os processos de subjetivação em sua articulação com um suposto sentido universal.

Em matéria publicada na Revista Crescer (2009), intitulada “*Discriminação no jardim de infância*” (Anexo II), o pai e a mãe de uma menina de dois anos relatam que sua filha foi impedida de jogar futebol na escola conforme gostaria, tendo como base a justificativa da Escola de que “*meninos fazem futebol e meninas fazem balé*”. A reportagem descreve que “*esta mesma frase é uma das mais repetidas por Isa desde então. ‘Ela sempre diz que ‘menina não pode’. Que a ‘tia’ da escola falou’, diz a mãe. A atitude teve um efeito. Desde aquele dia, Isa afirma não querer ser mais uma menina, e passou a checar o que menino pode e não pode fazer, como usar batom. Também faz parte das dúvidas da menina se ela continuaria sendo uma princesa caso usasse somente short.*”

Em contrapartida, os relatos de Vitória, quando questionada se já havia enfrentado alguma dificuldade com relação a Luiz e Daniela, referente a atividades que são mais comumente oferecidas a meninos e meninas especificamente, ela diz:

Vitória: “Que eu fiquei sabendo, você fala dentro da escola?

Fabiola: É, ou com eles, com os teus filhos, se você já teve alguma questão, né, já?

Vitória: Não, que eu lembre não.

Fabiola: E na escola, alguma coisa assim também, nunca chegou a ver?

Vitória: Não, não, não. Porque, por exemplo, a Daniela na escola, as crianças jogam futebol junto com os meninos.

Fabiola: As meninas jogam?

Vitória: Jogam, jogam. Então brincam de bola, assim, como geralmente as meninas que brincam, os meninos também brincam. Eu acho que não tem diferença.

Fabiola: Nunca teve, você nunca viu uma separação rígida com relação a isso?

Vitória: Não, não. Na escola nunca vi. E eles também nunca vieram falando assim que foram obrigados a participar de alguma coisa que eles não gostassem, por exemplo, eles poderiam falar 'ai, aquela brincadeira é de menina'. Né? E o Luiz não quisesse. Não, nunca falou nada. Que eu saiba, eu acho que a escola não tenta diferenciar, assim. Pelo menos o que eu saiba, não. Eu às vezes vou [na escola] na hora do intervalo, no ano passado quando ela estudava à tarde, eu via que as meninas e os meninos são bem ligados, assim. Tanto no futebol, que às vezes geralmente é só pra meninos, né, as meninas tão empolgadas quanto eles. E o Luiz nunca fui na hora do intervalo, assim, na escola".

Sobre este mesmo aspecto, segue trecho da entrevista com Ana:

Fabiola: "Bom, você já enfrentou alguma dificuldade com os teus filhos, né, e a tua filha, no caso, em relação à atribuição cultural, por exemplo, assim, que eles quissem fazer alguma atividade, ele quisesse fazer alguma atividade, ou comprar alguma coisa, que é

considerada mais de menina, né, e ela quisesse fazer alguma coisa que é mais considerado como de menino? Já teve alguma situação assim?

Ana: Não. Que eles tenham pedido alguma coisa...

Fabíola: Por exemplo, em relação à roupa, à cor ou a material, a livro, brinquedo, ou mesmo atividade na escola, assim?

Ana: Não, antigamente a Juliana gostava daqueles fichários, que colocava folhinha e tudo, né? Daí ela fazia coleção, trocava as folhas com as amiguinhas, e ele quis também um fichário, mas aí assim, tem de menino também. Tem uns de menino [...]. Mas aí assim, ele só quis ter o que ela tinha, mas não...

Fabíola: Mas aí ele quis, por exemplo, um que era de menino, não um igual ao dela, necessariamente?

*Ana: Não, não. **Nunca teve esse problema.** Nunca pediu, nunca quis brincar de boneca. Ele brincava de boneco, **mas eram aqueles masculinos.** Alguns meninos falam que aquilo não é coisa de, meus sobrinhos falavam que aquilo lá era coisa de gay. Mas ele sempre brincou numa boa, não se importava com isso, não.*

Fabíola: E por que você acha que eles falavam isso? Eram os teus sobrinhos, é isso?

*Ana: [...] Ah, era brincadeira, porque os bonecos eram articulados, então mexiam o corpo... mas assim, tirando um sarro, mas ele nunca se importou, não. Sempre brincou. Agora não brinca mais, aí ele deu pra Juliana um, a Juliana tinha as barbies, mas não tinha nenhum boneco [...] **mas nunca tive problema**".*

Que “problema” é este que poderia advir dos deslizamentos dos sentidos? Tendo em vista que os deslocamentos não mais obedecem à

ordem binária e hierárquica, surgiria o temor diante de algo que seria, então, compreendido como desordem? A disseminação dos sentidos que não mais seguem a *heteronormatividade* apontaria com a própria ameaça de dissolução do sujeito, tendo em vista que nos constituímos a partir da lógica da metafísica da presença?

Se compreendermos os sujeitos como “sujeitos-substância”, talvez pudéssemos afirmar que sim. Contudo, nos lembra Derrida que justamente não há possibilidade de negação do sujeito, tendo em vista que o sujeito – como essência, constância, unidade – nunca existiu. Conforme descreve Rodrigues (2009, p. 62-63), “a colocação da questão do sujeito faria parte de um pensamento que insiste em afirmar a existência de um ser-presente. Derrida parte dessa impossibilidade da presença para apontar uma fenda, uma abertura inexorável à alteridade”. Pensando em uma escritura como linguagem que tenta desconstruir a lógica da metafísica da presença, pensar o sujeito a partir desta mesma escritura implica que

o ‘sujeito’ (...) não existe se entendermos por isso alguma solidão soberana do escritor. O sujeito da escritura é um sistema de relações entre as camadas: o bloco mágico, do psíquico, da sociedade, do mundo. No interior desta cena, é impossível encontrar a simplicidade pontual do sujeito clássico (DERRIDA, 2009, p. 332).

A partir do conceito de escritura e de *indecidibilidade*, portanto, é possível pensar que a ficção identitária opera produzindo o sujeito como forma de configuração subjetiva, ou seja, as pessoas se representam e se acreditam constituídas como um sujeito. Inclusive, em

termos da própria escrita, acabamos por escrever “o sujeito” como referência a essa modalidade de constituição subjetiva.

Em um trecho seguinte, Ana apresenta outros elementos que poderiam ser pensados como estando relacionados a um temor ou rejeição por aquilo que foge à norma e aos binarismos.

*Ana: “Meu irmão tem dois filhos, a menina é mais velha que o menino, dois anos, igualzinho. E minha sobrinha tinha um daqueles bichos de pelúcia grande... E esse meu sobrinho pediu que ele queria um também, ele pediu pra mim um urso de pelúcia grande. Aí eu falei ‘meu Deus, mas não combina’. E a mãe deles é psicóloga, e ela disse ‘eu vou deixar’. Ela deixava ele brincar com as bonecas da irmã, aí do urso eu fui enrolando, eu enrolei mesmo, dizia ‘depois eu te dou’. E eu sei que passou e ele não se importou. Mas a minha cunhada deixou bem à vontade, **e realmente não teve problema nenhum**. E essa situação nunca aconteceu comigo, nunca tive...*

Fabíola: E esse seu sobrinho tinha que idade, mais ou menos?

Ana: Ah, ele devia ter uns cinco anos...

Fabíola: E aí depois ele se desinteressou?

*Ana: É, nunca mais. [...] **Hoje só namorada, tem umas trinta namoradas...** (risos). Mas ela deixou, assim, realmente ele teve interesse de brincar com as bonecas e ela deixou. Mas comigo nunca aconteceu, não. Ele nunca pediu nada pra ele, assim, não. Eles brincam muito no computador, às vezes é o mesmo jogo que eles usam, não tem nada específico, assim, **acho que os dois são bem definidos**, assim [...].*

Neste trecho, como em outros, a “definição” sobre ocupar um ou outro lugar, um dos pólos na oposição feminino/masculino engendrados pela/na metafísica da presença, aparece como essencial para que o sujeito não encontre “problemas”, não se dissolva, não desmorone. Demarcar seu lugar seria então definir uma identidade, implicando, assim, na negação de qualquer instabilidade ou indefinição. Em um momento posterior, questiono Ana:

Fabiola: “E você já conversou com eles, em algum momento, ou já aconteceu, né, já teve alguma experiência em que você conversou com eles sobre o que é ser menino, o que é ser menina? Isso já apareceu?”

Ana: Ah, já, já tive que conversar bem mais cedo do que eu imaginava.

Fabiola: É? Em que situação?”

*Ana: A Juliana assim, começou cedo a despertar interesse, a conhecer as diferenças, aquela coisa toda, tudo, né. Até comprei uns livrinhos. Aí ela começava a fazer perguntas. [...] **Aí expliquei, já, agora a gente, eu falo mais, falo assim, mais, converso com os dois, eles já sabem o que é homossexualismo, sabem tudo, né, já sabem sobre drogas, crime... aquela coisa assim de bandido, aquela coisa toda, já converso com eles sobre isso. Então não é tão espantoso pra eles, né. Como algumas crianças, assim... evitar que a criança conheça o mundo, assim, eu acho que já não dá. Porque hoje em dia a gente já depara com essas coisas na rua, assim. Então como é que vai explicar depois, então eles já sabem direitinho. Quando ela tinha uns cinco anos, acho que ele tinha cinco e ela tinha sete.***

Fabiola: Ela sete e ele cinco? O que ela veio perguntar? Que tipo de coisa?

Ana: Assim, eu não lembro muito como é que foi, eu sei que começou a despertar essas curiosidades, né. De porque ele é diferente, porque ela tá acostumada, o Gabriel troca de roupa na frente dela assim com tranquilidade, na frente dela. Mas quando vai uma amiguinha não. Aí ele já tranca a porta, essas coisas. Mas eu não lembro exatamente qual que era a questão...

Fabiola: E aí você comprou livrinho? Você lembra que livrinho?

Ana: Era uma coleção, pequenininha, que tinha várias partes, desde a descoberta da criança, né, até a gravidez, a concepção, como é que nasce o bebê, como é que fica o bebê lá dentro do corpo. Essas dúvidas também, né, como é que fica, né, como é que gera o bebê. Aí alguns livrinhos eu até tirei, deixei pra mais tarde, porque eu achei que eram muito fortes... (risos). Eu acho que até agora é época de voltar a conversar sobre isso. Até conversei com meu marido pra ele conversar mais com o Gabriel sobre isso, porque às vezes a gente... a gente desenvolveu como mulher, né, não sabe o que é o desenvolvimento de um homem, né. Então é uma coisa que ele tem que conversar. Eu já percebi que já tá na hora de conversar. Já a Juliana eu comecei, né, a falar sobre menstruação, às vezes ela fala 'não, eu não quero', 'mas eu vou falar', (risos), eu falo pra ela, 'eu vou falar, porque se não depois chega na hora, daqui a pouco tá acontecendo e eu não quero que chegue aquilo lá como se fosse uma surpresa, assim'. Então eu vou contando pra ela, quando a gente tá sozinha. Mas eu acho que agora já

demanda ela uma conversa e ele outra conversa. Só que essa conversa com ele quem vai ter é o meu marido.

Fabíola: Tá, e essa questão da homossexualidade, como é que surgiu, por que você chegou a conversar com eles, assim?

*Ana: Porque eles veem novelas, assistem novela, às vezes, na rua, e, **antes que se assustem**, eu explico que tem pessoas que tem outros interesses, [...] não tem os mesmos interesses que as outras pessoas. E eles são bem compreensivos, não falam pejorativamente, eu não deixo, sabe assim, esse negócio de preconceito a gente trabalha bastante em casa. Então, tipo, homossexualismo, cor da pele, ou japonês, né, tipo ... então desde pequeninhos eles convivem numa boa. E eles não se preocupam. Aparentemente no dia-a-dia você vê que eles não se preocupam com isso.*

Fabíola: E já teve alguma situação, assim, de eles entrarem em contato com, não sei, com pessoas diferentes, que chamassem atenção, que causassem alguma...

Ana: Uma vez a gente tava no aeroporto aqui em Florianópolis, a gente foi pegar avião pra São Paulo... Era época de Natal, eu acho.

Fabíola: Há pouco tempo?

*Ana: Faz uns dois anos, eu acho. Tinha duas moças, estavam se despedindo, assim, mas ela estavam bem no meio do saguão, e começaram a se abraçar e se beijar bem ali, e a gente tava sentado bem na frente. E a hora que eu olhei, eu vi, **mas não tinha como tirar**, ou, eu também não sei o que eu ia fazer, seu tirava eles dali, ou se eu deixava, né... uma situação que eu não... mas eles agiram com muita naturalidade, nem comentaram. Eles estavam brincando, eles acharam mais interessante brincar do que se preocupar”.*

Nos trechos acima, em destaque, aparece o temor diante da homossexualidade – referido pela entrevistada como *homossexualismo* –, algo sobre o qual Ana conversou com sua filha e com seu filho, assim como conversou sobre “crimes, drogas, bandidos”, e desejou tirá-los da cena em que “duas moças se beijam”. Seria a impossibilidade de fixar sentidos ao feminino e ao masculino e de perceber que, de alguma forma, seus atributos escapam à normatização hegemônica, geradora da angústia? Que implicações há em habitar o entre opostos, o transitar pelos sentidos, em compreender conceitos por meio da idéia de rastros e rasuras?

Na entrevista de Luiza, questiono:

Fabíola: “Você acha que os termos homem e mulher, ou menino e menina, e feminino e masculino são a mesma coisa? Ou você acha que são coisas diferentes?”

Luiza: Se ser homem e mulher, feminino e masculino é a mesma coisa?

Fabíola: É.

Luiza: No geral... Acho que não. Porque tem muitas coisas que são acho que características femininas que homens fazem. Até a vaidade, é uma, de um tempo pra cá vem sido usada, né, de fazer pé, de fazer mão, a questão da vaidade, é, na verdade, uma característica feminina. E até a questão da, de um tempo atrás, a coisa masculina de trazer o dinheiro pra casa, hoje em dia as mulheres também trabalham. Então eu acho que as características femininas e masculinas estão se misturando entre homens e mulheres, independente do sexo. Até porque agora tem a questão da homossexualidade, também, então acho que

isso tá bem misturado, assim, **bem bagunçado**. Eu acho que tem homens que tem características femininas e tem mulheres que tem características masculinas. Porque tem mulher que não é frágil, tem mulher que se posiciona em relação às coisas como se fosse um homem, né, como se fosse um... então... **mas eu tento em casa deixar bem separado entre os dois, assim**. Até não sei se... é medo, acho que também, de... sei lá, de como as coisas são hoje em dia. Mas eu tento puxar, às vezes, assim, eu estimulo na Letícia essa coisa frágil, essa coisa de ser vaidosa e nele essa coisa de que tem que ser o fortão porque eu acho que se eu não estimular isso neles em casa, já tá perdido fora de casa, né, a gente vê várias coisas que eu não concordo, que muitas pessoas acham normal, julgam normal e eu não acho, eu não acho. Eu não sou preconceituosa, mas eu não acho, por exemplo, a homossexualidade uma coisa normal. Né, é normal nos dias de hoje porque várias pessoas são, assumem e tudo mais. Agora, eu não acho numa família você, normal você abordar com seus filhos esse assunto ‘olha, não, se você preferir ter uma namorada que ótimo pra você, Letícia’ e ‘Lucas, se você quiser casar com um homem, que bom’, eu não acho isso normal. Eu nunca vou levantar isso na minha casa. Então, mas, enfim, tem mulheres que tem características de homem e homens que tem características... né. Mulheres com características masculinas e homens com características femininas. Eu penso assim”.

Se pensarmos os processos de subjetivação a partir da *différance*, podemos compreender que, uma vez que não há sentido em si mesmo, uma vez que nenhum conceito – e aqui podemos pensar também em experiências subjetivas – existe de forma isolada, separada

de outros, este outro/estranho/estrangeiro que nos causa temor e angústia não é senão um “si mesmo” diferido. Conforme descreve Derrida (1991b, p. 50)

o mesmo é, precisamente, a diferença¹⁶ (com um a) como passagem desviada e equívoca de um diferente para outro, de um termo da oposição para o outro. Poder-se-ia assim retomar todos os pares de oposição sobre os quais está construída a filosofia e dos quais vive o nosso discurso para aí termos, não apenas a oposição, mas anunciar-se uma necessidade tal que um dos termos apareça aí como diferença do outro, como o outro diferido na economia do mesmo (...).

Portanto, quer cogitemos que o temor apareça quando há indícios da aproximação do masculino e seus atributos ao feminino e suas qualificações, quer conjeturemos que a ameaça esteja no deslocamento que comporta o habitar o entre lugares e consideremos que o perigo está no *indecidível* e em sua imprevisibilidade, o risco existe desde que prossigamos sedimentando nosso pensamento nas lógicas e compreensões do real decorrentes da metafísica da presença, dos binarismos e hierarquias.

Não que seja possível permanecer fora deste sistema de pensamento, conforme nos apontou Derrida (2009). O que neste momento já nos é viável, contudo, é questionar os limites desta filosofia hegemônica, suas falhas, contradições e aberturas. É no/por estas brechas que podemos problematizar o sujeito constituído como substância e presença e relevar as possibilidades do devir, bem como,

¹⁶ Neste texto de Derrida (1991b), aparece a palavra “diferença” como a tradução de “différance”, que vem sendo utilizada neste trabalho.

questionar os binarismos, sem abandonar a questão de que a constituição psíquica acontece nessa situação, ou seja, o fato de que somos constituídos e nos constituímos no tempo social e histórico que produz tanto a possibilidade do devir quanto da subjetividade sujeitada.

Arquitetando, porém, como seria a relação com o outro para além dos códigos das marcas sexuais que separam gênero e sexo, biológico e cultural, Derrida conjectura que esta seria

não a-sexuada, mas sexuada de outra forma, para além da diferença binária que governa o decoro de todos os códigos, para além da oposição feminino/masculino, para além igualmente da bissexualidade, da homossexualidade ou da heterossexualidade que dão no mesmo? É sonhando com salvar pelo menos a oportunidade dessa questão que gostaria de acreditar na multiplicidade de vozes sexualmente marcadas, nesse número indeterminável de vozes emaranhadas, nesse móbil de marcas sexuais não identificadas cuja coreografia pode arrastar o corpo de cada ‘indivíduo, atravessá-lo, dividi-lo, multiplicá-lo, seja ele classificado como ‘homem’ ou ‘mulher’, segundo os critérios em uso (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 54).

Figueiredo (2002) nos lembra que “aonde quer que se trate de focalizar estes processos - ou seja, os processos de constituição e destituição dos campos singulares da experiência humana - a velha ‘metafísica da presença’ é o principal obstáculo a ser demolido”. Neste trabalho de desconstrução, Derrida coloca o feminino em evidência, apontando que seu caráter de *indecidibilidade* aponta para um “mais além” do aprisionamento na diferença opositiva.

5.3 BRISURAS – NEM FORA NEM DENTRO

A palavra brisura é uma tradução da palavra francesa *brisure* que aparece no livro Gramatologia. Com ela, Derrida propõe pensar em algo que possa indicar, ao mesmo tempo, o movimento da diferença e também uma articulação, ou seja, uma parte já fragmentada, fraturada, e o ponto onde duas partes se articulam, como a dobradiça de uma veneziana. É assim que “as palavras e os conceitos só adquirem sentido nos encadeamentos de diferenças” (DERRIDA, 2008, p. 86).

Estes espaços de diferença e articulação possibilitados pela brisura implicam pensar os conceitos sob rasura. Enquanto conceitos inacabados, incompletos, os quase-conceitos são lançados em lugares em que não há origem nem ponto de chegada, mas movimento, jogo e remetimentos. Com eles, é proposto pensar não mais em termos de “ou isso ou aquilo”, conforme a metafísica da presença exige, mas a partir dos *indecidíveis* e de seu jogo do “nem/nem”, “nem isto nem aquilo”. As brisuras abrem, portanto, espaço ao que é não um novo lugar, mas precisamente um não-lugar. Segundo Rodrigues (2009, p. 50),

nem preto nem branco – matizado. Nem dia nem noite – crepúsculo. Nem fora nem dentro – entre. Nem seco nem molhado – úmido (...). Os *indecidíveis* de Derrida parecem fazer questão de nos lançar não no cinza – o que seria apenas um novo lugar -, mas nos inúmeros matizes que existem entre o preto e o branco, em um deslocamento permanente que obriga a cada vez a nova tomada de posições, que interpela a cada outro.

Este entre, como não-lugar, é também a possibilidade de não-verdade, como contraponto à busca da verdade imposta pelo pensamento calcado na metafísica da presença. Referindo-se à leitura que Heidegger faz de Nietzsche, Derrida (1981) expõe o quanto a busca pela verdade na filosofia ocidental excluiu dela seus elementos considerados opostos, entre eles a mulher e o feminino.

Em contrapartida, Derrida (1981) aponta, com a leitura que realiza dos estilos de Nietzsche, como este filósofo subverte a lógica tradicional ao aproximar o feminino de operações capazes de romper com as cadeias de oposições binárias e hierárquicas. Partindo da idéia nietzschiana de que o elemento peculiar ao feminino é a distância, Derrida sugere que é justamente esta distância atribuída ao feminino por Nietzsche que possibilita pensar a mulher como aquela que não se deixa conquistar, desestabilizando a busca pela verdade como essência ou identidade. Conforme cita Continentino (2002, p. 74),

dentre as várias abordagens que Nietzsche oferece do feminino, uma rompe o laço que ata masculino e feminino como pólos que traduzem a diferença sexual. Esta apreensão descortina na economia sexual a possibilidade de uma outra lógica que não a da diferença enquanto oposição e tem como ressonância no âmbito do pensamento a requisição de uma abertura mais ampla e decisiva no tratamento da diferença.

Assim, Derrida “vai trabalhar a idéia da mulher como um *indecidível* – aquela que carrega a não-verdade, em oposição ao homem da verdade. Ao macho triunfante, ao que compreende, Derrida vai opor a mulher que carrega a não-verdade, o não-entender” (RODRIGUES, 2009, p. 54).

De forma semelhante à exposição de Nietzsche de que não existe “a verdade”, “o estilo”, mas verdades e estilos, Derrida (1981) diz que há mulheres. E quando se refere a mulheres, Derrida (1981, p. 31) refere-se ao que “no hay que traducir apresuradamente por la feminidad, la feminidad de la mujer, la sexualidad femenina y otros fetiches esencialistas que son precisamente lo que se cree conquistar con la necedad del filósofo dogmático, del artista impotente o del seductor inexperto”.

Assim, Derrida (1981) encontra em Nietzsche o que lhe permite pensar em uma operação feminina, que ele associa à escritura, à *différance* e ao *indecidível*. Para ele, talvez fosse possível dizer que a mulher não seja nada, visto que “quizá sea, como no-identidad, no-figura, simulacro, el abismo de la distancia, el distanciamiento de la distancia, el corte del espaciamento, la distancia misma si además pudiera decirse, lo que es imposible, la distancia ella misma” (DERRIDA, 1981, p. 27).

O feminino é posto como *indecidível* na medida em que, ao denunciar a existência de algo que se poderia pensar como uma operação masculina que busca a verdade, a essência e a identidade, não interessa à mulher (enquanto operação feminina) ocupar uma posição inversa/opositiva na hierarquia, tomando simplesmente o lugar ocupado pelo que foi definido pela tradição como mais importante ou mais exato. Conforme descreve Continentino (2002, p. 79),

a operação feminina, pois, tem uma aparência de contradição, e é esta contradição que o pensamento de Nietzsche apreende e estampa nos vários tipos femininos que apresenta. A mulher é tanto, diz Derrida, o bom modelo quanto o mau

modelo. Bom e mau como conceitos já embaralhados.

Como *indecidível*, a mulher é aquela que não acredita na verdade e que, por isso mesmo, abre espaço para um ir além das operações *falogocêntricas*. Não interessa a ela, portanto, ocupar o lado valorizado de uma hierarquia, mas, tendo em vista que não acredita na busca por uma verdade – já que “a” verdade não existe – o que se busca é, então, transformar a estrutura hierárquica. A partir dos *indecidíveis*, não seria mais possível pensar em termos de verdade ou não-verdade. Descreve Derrida (1981, p. 62-63)

desde el momento en que la cuestión de la mujer suspende la oposición decidable de lo verdadero y lo no-verdadero, instaura el régimen periódico de las comillas para todos los conceptos pertenecientes al sistema de esta decidibilidad filosófica, descalifica el proyecto hermenéutico postulando el sentido verdadero de un texto, libera la lectura del horizonte del sentido del ser o de la verdad del ser, de los valores de producción del producto o de presencia del presente, desde ese momento lo que se desencadena es la cuestión del estilo como cuestión de la escritura, la cuestión de una operación espoleante más poderosa que todo contenido, toda tesis y todo sentido.

Este ir além do pensamento metafísico da presença está, para Derrida, colocado a partir do jogo do nem/nem e da possibilidade de transitar neste “entre” espaços. A operação feminina seria, assim, como o *phármakon*, palavra grega que aparece no texto *Fedro*, de Platão.

No livro *A farmácia de Platão*, Derrida (1997a) adverte que a palavra *phármakon* utilizada no diálogo escrito por Platão entre Sócrates e Fedro, foi inicialmente traduzida do grego como “remédio”, fazendo

menção ao mito egípcio de Thoth. Este mito refere-se ao momento em que o deus Thoth apresenta ao rei Tamuz uma arte que tornaria os egípcios mais sábios, na medida em que melhoraria sua memória. A arte apresentada por Thoth era então a escrita, “um conhecimento que terá por efeito tornar os egípcios mais instruídos e mais aptos para rememorar: memória e instrução encontraram seu remédio (*phármakon*)” (DERRIDA, 1997a, p. 44). Contudo, o rei Tamuz adverte Thoth sobre os perigos e prejuízos desta sua invenção, considerando que este conhecimento tornaria os homens mais esquecidos e os faria exercitar menos a memória, tendo o efeito contrário ao que o deus havia imaginado para sua arte. A escrita seria assim um veneno (*phármakon*).

Derrida (1997a) irá apontar como esta ambivalência do *phármakon* o torna um *indecidível*. Seu argumento é de que os efeitos do *pharmakón* podem incessantemente mudar de sentido, assim como, por exemplo, o veneno dado a Sócrates e que provoca sua morte, se transforma naquilo que pode ser a libertação da alma do filósofo do corpo envenenado e do julgamento que enfrentava. Portanto

se o *phármakon* é ambivalente, é, pois, por constituir o meio no qual se opõem os opostos, o movimento e o jogo que os relaciona mutuamente, os reverte e os faz passar um no outro (alma/corpo, bem/mal, dentro/fora, memória/esquecimento, fala/escritura etc). É a partir desse jogo ou desse movimento que os opostos ou os diferentes são detidos por Platão. O *phármakon* é o movimento, o lugar e o jogo (a produção de) a diferença. Ele é a diferença¹⁷ da diferença (DERRIDA, 1997a, p. 74-75).

¹⁷ *Différance*.

Dessa forma, o *phármakon* é um suplemento que rompe e embaralha a linha que separaria o externo do interno, o dentro do fora, questionando e abalando os limites daquilo que se produz a partir do *falogocentrismo*. Ou ainda, conforme descreve Derrida (2001, p. 49) “não é nem o remédio, nem o veneno, nem o bem nem o mal, nem o dentro nem o fora, nem a fala nem a escrita”. Na farmácia de Platão, Derrida (1997a, p.14) escreve que

o *phármakon* seria uma *substância*, com tudo o que essa palavra poderá conotar, em matéria de virtudes ocultas, de profundidade críptica que recusa sua ambivalência à análise, já preparando o espaço da alquimia, se não devêssemos vir a reconhecê-la mais adiante como a própria anti-substância: o que resiste a todo filosofema, excedendo-o indefinidamente como não-identidade, não-essência, não-substância, e fornecendo-lhe desse modo a inesgotável adversidade de seus fundos e de sua ausência de fundo.

A partir destas demarcações, seria possível pensar que algumas falas descritas anteriormente apontam para uma ocorrência desta operação feminina, deste *phármakon*? Poderíamos dizer que certas práticas e discursos cotidianos das mulheres entrevistadas apontam para os *indecidíveis*? Em que momentos e como as identidades escapam ao sentido único, pretensamente universal?

Na entrevista com Paula, quando questionada sobre o que caracterizaria o “ser mulher”, inicialmente suas palavras marcam os sentidos tradicionalmente atribuídos ao feminino: a mulher como aquela que deseja ter filhos/filhas e construir uma família e que é capaz de

organizar sua vida e seus demais desejos para que este ideal se concretize:

Fabiola: “[...] É, bom, o que você acha que caracteriza o ser mulher, o ser menina, assim?

Paula: Uma pergunta pra mãe, né?

Fabiola: (risos) É, das coisas que você observa, enfim, também da sua experiência com ela [filha]...

(neste momento o marido de Paula interrompe a entrevista pela segunda vez, para pedir dinheiro para fazer um depósito referente a negócios e para perguntar se eles ainda teriam tempo de ir a algum lugar, referindo-se a fazê-lo após o término da entrevista).

Paula: Ah, é, exatamente isso que você viu, (risos), é você conseguir lidar com as crianças, você pegou bem um exemplo, como eu te disse, a gente tem uma família muito próxima, né. Então o meu dia-a-dia também... eu era uma pessoa totalmente independente até eu escolher ser mãe. Fui muito independente desde a minha adolescência, só que o meu maior sonho de consumo era ter a minha família. Então, eu acho que ser mulher é isso, é você conseguir descobrir exatamente qual que é o teu papel e de que forma esse papel vai interferir na tua vida e fazer com que você se sinta bem, né. Então por um certo período na minha vida tudo que interessava pra mim era o meu trabalho, era a minha profissão, era ser reconhecida como profissional. Depois de um certo tempo, ser mulher pra mim significava ter uma família bacana e não é nem abrir mão, não digo abrir mão, mas adaptar a minha vida profissional a essa família (...).”

Contudo, a partir deste momento, quando é então questionada sobre o que caracterizaria o “ser homem”, sua fala, diferente de como ocorreu às outras entrevistadas, que puderam falar sobre o “ser homem” de forma tão imediata e aparentemente segura de quando falaram sobre o “ser mulher”, Paula hesita. Talvez não somente por falar da experiência de “um outro” que não ela mesma, mas possivelmente porque seu relato aponta para um deslocamento dos sentidos tradicionalmente atribuídos ao masculino.

Fabiola: “Certo, legal. E o que você acha que caracteriza o ser homem?”

Paula: Ah, puxa... É bem complicado, né, falar isso, assim, de... eu venho de uma tradição de família que ser homem é o cara provedor, sabe? Aquele que mantém, aquele que cuida, é o cara que é forte, que é intocável, e tal. Mas a realidade não é essa, né. No meu relacionamento a gente vivencia muito esses conflitos, tanto de, eu como mulher, amadurecendo ao longo do tempo, como ele também, né. Com as angústias, com as ansiedades, com as frustrações, as mudanças de troca de carreira, enfim. Eu acho que ser homem.... puxa, eu acho que também é essa busca do equilíbrio, sabe? É, eu acho que tem muito dessa igualdade assim, hoje, eu consigo enxergar isso. Pode ser que na grande maioria não esteja, mas a minha realidade é muito próximo disso, é caminhar muito assim, o lado a lado e sempre procurando o melhor, né, o melhor pra cada um. Eu não sei, eu consigo, eu vejo bem essa diferença do que foi meus pais e do que eu tenho hoje, assim. Eu acho que o que eu consigo te responder é isso”.

Poderíamos pensar que, na relação que Paula estabelece com seu marido – e posteriormente veremos que possivelmente com o filho e a filha – visualizamos o deslizamento de conceitos? Apareceria em suas relações, em seu cotidiano, a *indecidibilidade*, o jogo e o movimento que permitem ao masculino e ao feminino um “ir além” da essência, da substância e da identidade?

Neste ponto, é importante esclarecer que, embora a desconstrução seja uma estratégia para produzir conhecimento, ou seja, implique em certa leitura de textos por meio de um duplo gesto desconstrutor que consiste em inverter e deslocar as oposições binárias, não se trata de uma possibilidade ou não de ocorrência dos deslizamentos, da *indecidibilidade* ou do devir dos sentidos. Para Derrida (1997b), a desconstrução – que poderia também ser aludida por diferentes palavras, como *différance*, suplemento, *phármakon*, entre outras – “tem lugar”, ou seja, ela acontece, opera continuamente, prescindindo de um desejo ou intencionalidade, sendo esta operação aquilo que torna os textos heterogêneos e incapazes de completude ou nitidez. Em suas palavras,

(...) Es preciso, así mismo, señalar que la desconstrucción no es siquiera un *acto* o una *operación*. No sólo porque, en ese caso, habría en ella algo «pasivo» o algo «paciente» (más pasivo que la pasividad, diría Blanchot, que la pasividad tal como es contrapuesta a la actividad). No sólo porque no corresponde a un *sujeto* (individual o colectivo) que tomaría la iniciativa de ella y la aplicaría a un objeto, a un texto, a un tema, etc. La desconstrucción tiene lugar; es un acontecimiento que no espera la deliberación, la conciencia o la organización del sujeto, ni siquiera de la modernidad. *Ello se desconstruye*. El *ello* no es,

aquí, una cosa impersonal que se contrapondría a alguna subjetividad egológica. *Está en desconstrucción* (Litré decía: «desconstruirse... perder su construcción»). Y en el «se» del «desconstruirse», que no es la reflexividad de un yo o de una conciencia, reside todo el enigma. (...) la desconstrucción tiene lugar en todas partes donde ello tiene lugar, donde hay algo (y eso no se limita, por lo tanto, al sentido o al texto, en el sentido corriente y libresco de esta última palabra) (...) (DERRIDA, 1997b, p. 25).

Assim, semelhante ao conteúdo inconsciente descrito pela psicanálise como aquele que realiza continuamente pressão para tornar-se consciente, mas sofre recalque, o movimento da desconstrução está em operação a todo instante. Se há dificuldades em visualizá-lo, encontrá-lo, demarcá-lo, é porque, se nos constituímos no e pelo pensamento da metafísica da presença, com seus binarismos e hierarquias, esta operação tradicional também realiza sua força para manter-se operando, visando de alguma maneira a manutenção da ficção do sujeito da substância, na esperança de oferecer garantias de uma estabilidade – promessa da norma.

Em uma das relações da desconstrução com a psicanálise de Freud, Derrida (1991b, p. 52) relata:

todas as diferenças na produção dos rastros inconscientes no processo de inscrição (...) também podem ser interpretadas como momentos da diferença, no sentido da colocação em reserva. Segundo um esquema que não cessou de guiar o pensamento de Freud, o movimento do rastro é descrito como um esforço da vida que se protege a si mesma *diferindo* o investimento perigoso, constituindo uma reserva (...). E todas as oposições de conceitos que sulcam o pensamento freudiano relacionam cada um dos conceitos com

o outro diferido, um diferindo do outro. O uno é o outro em diferença¹⁸, o uno é a diferença do outro. É assim que toda a *oposição* aparentemente rigorosa e irreduzível (...) vê-se classificada, num momento ou no outro, como ‘ficção teórica’.

Apesar, portanto, da articulação de uma operação metafísica que visa “recobrir” as brechas, escapes e movimentos da desconstrução, bem como, de algo que pode aqui ser considerado semelhante ao movimento de recalque em termos de constituição psíquica, a *différance* tem lugar no jogo de forças e nas tensões que se criam no texto. Não é presença, nem ausência, mas efeito, remetimento, desvio. A desconstrução ocorre e vaza em meio a este jogo de forças que tenta impedir seu desvelamento, que a tenta represar.

Seria então a experiência dos conflitos, a possibilidade de expor-se a contradições, de movimentar-se entre elas, de habitar as matizes e o espaço que se coloca entre os conceitos uma experiência de *différance*? Poderíamos pensar que sim, na medida em que, assim como a escritura, as construções e experiências que Paula aponta sobre o feminino e o masculino em seu cotidiano não são homogêneas, não estão acabadas nem imunes à experiência “do outro”, nem se defendem da *indecidibilidade* estando abertas e deixando aparecer os efeitos do devir.

Sobre as (des)construções do feminino e do masculino com seu filho e filha, parece haver espaço para um movimento semelhante:

¹⁸ *Différance*.

Fabiola: “Tá, certo. Bom, você compra brinquedos e livros pros seus filhos?”

Paula: Uhum, sim.

Fabiola: Que brinquedos ou livros que você compra, assim, pra ele e pra ela?

*Paula: Ah, então, tem aquela fase do Clube do Bolinha e Clube da Luluzinha, que não tem o que fazer, tipo, tem a fase, a minha filha não tá mais nessa fase, mas tem a fase das barbies, todas as princesas, e Disney, acho que toda criança passa por isso. Ela hoje já não tá mais nesse período. E o menino, tem muito de um, também do lado dos desenhos, de cartoon, assim, de álbum de figurinha, de desenho animado, que são os personagens, e tal, que são bem característicos, né. **Mas não que necessariamente a gente fala não, isso é de menino, isso é de menina. Acho que é mais natural, mesmo, até pelo convívio em sala de aula e com os outros amigos, né, assim. Mas também não proíbo, assim, tipo, a minha filha brinca com figurinhas do meu filho, tem jogos que teoricamente, né, instituídos que são de meninos, mas ela também participa, ela também joga. E ele vice-versa, assim, né, tem um joguinho que é “little petshop” que entre aspas é pra menina, mas são animais, assim, e não vejo nenhum problema em meu filho brincar com ela. E eles brincam juntos, né, eu acho que quando a gente rotula fica muito mais a dúvida e é muito mais, é... se você tá vendo que é uma atitude que é comum, de curiosidade, se você coloca uma regra, ou rotula de alguma forma, você aguça muito mais pro lado, “nossa, por quê?”, né, “é proibido?”, né, sabe aquela coisa assim, “então quero saber por que”, né, fica chamando muito mais, aguçando muito mais a***

curiosidade pra uma coisa que de repente você vai deturpar a realidade que não é bem por aí.

Fabíola: Legal. É, bom, você já enfrentou alguma dificuldade na criação deles com relação à atribuição cultural de atividades masculinas e femininas, né, aquilo que a gente tava, que eu tava te explicando um pouco, assim...

Paula: É, eu acho que a brincadeira de boneca, assim, pra mim é o mais claro de todos, né, e brincar com o carrinho. ‘Ah, mãe, por que eu não posso brincar com carrinho?’ Ou ‘por que eu não posso brincar com boneca?’ Eu acho que é o clássico, de toda mãe, assim, que tem casal, né. De, meu filho mais do que minha filha, mas a minha filha conviveu mais com os primos, então tinha muito isso, também. Ela pequenininha na idade dele hoje, chegava na casa do primo que era menino, mais ou menos a mesma idade, ela queria brincar com os dinossauros, com os carrinhos, o controle remoto, ‘ah, por que eu não posso?’, né.

Fabíola: Por que daí o primo não queria?

Paula: O primo falava ‘ah, mas isso é de menino’, né.

Fabíola: Aham.

Paula: Aí ela falava assim ‘mãe, mas por que de menino? Eu não entendo, por que eu não posso brincar?’, né. Então assim... e com ele a mesma coisa, assim, até dela, né, de ouvir isso muito quando era menor, às vezes ele ia pegar alguma boneca dela, ela falava assim ‘ai, Felipe, isso é de menina’, né, pro irmão, ela falando pro irmão. E aí ele falava assim ‘mas por que é de menina?’ Aí, aquela história, novamente, não é todo mundo, ‘olha, porque foi dito que isso é de menina’, até chegar num consenso, assim.

Fabiola: Aham. Mas e você, nesses momentos, você intervinha, assim, chegava e falava...

Paula: Ah, eu interfiro, sim. Eu acho que é bacana, sim, pra mostrar também o posicionamento do pai e da mãe. Até porque já teve, os padrinhos ou os tios falavam 'isso aqui é de menino e pronto, agora vai ficar brincando de mulher, de boneca, se não vai virar mulherzinha'. Sabe aquela coisa assim, né? Então assim, eu acho que não é legal.

Fabiola: Você chegava a falar alguma coisa pra eles?

Paula: Eu falava 'olha, o tio acha que isso, né, não é legal, mas', pra não, às vezes estava na casa do cunhado, falava 'olha, é melhor você então de repente não brincar aqui com isso porque o tio não vai achar legal, mas não tem nada a ver, né, não é que é de menina. É porque meninos gostam mais desse tipo de brinquedo, e as meninas gostam mais de outro tipo de brinquedo', né, 'mas não que você vai ser mulher quando você crescer em função do brinquedo que você tá tendo curiosidade agora'. Então assim, sempre foi muito natural, ele não ficou insistindo em querer andar com uma boneca pra cima e pra baixo ou tipo o tempo inteiro queria ficar só brincando com boneca, coisa que acontecia quando o pai proibia, né, que a gente vivenciava muito, tanto em escolinha como em casa, assim. Muita gente, família grande, então você vivencia muito isso, né.

Fabiola: Você observava, outras pessoas, você diz?

Paula: Os primos, né, em volta na família.

Fabiola: Que os pais proibiam?

Paula: Proibiam?

Fabiola: E aí?

Paula: E aí era aquela luta, né, tipo, da criança, ou o menino chorar horrores, porque queria brincar com a boneca da irmã, ou a menina fazer birra na sala com todos os adultos, né, toda família, o famoso almoço de domingo, né, famoso, ficar querendo o carrinho do primo, e tal, e aquela saia justa, 'não, não quero, já disse que não é pra deixar', entendeu? Então, a gente lidou até muito bem com isso.

Fabiola: Certo, legal. Bom, e você já deixou, né, eles de repente fazerem alguma atividade considerada assim culturalmente também de menina ou de menino, que de repente ele tivesse tido interesse de fazer alguma coisa que é considerado de menina ou ela fazer alguma coisa de menino?

Paula: Sim, por exemplo, capoeira. Capoeira, até muito tempo atrás, era uma coisa só de homem. Futebol era uma coisa só de homem, então hoje em dia até na própria escola, a criança tem liberdade de escolher, né. E a minha filha fez capoeira, meu filho fez também, mas ela fez também. Ou seja, futebol ela faz hoje, ele faz teatro, que é uma coisa que antes não tinha, e hoje também, eu acho que a própria escola também hoje já tá tirando muito desses paradigmas, assim, desses padrões, 'isso é de menina, isso é de menino', né. Então isso é legal. Então o meu filho faz teatro, uma coisa que não, apesar de ter muitos atores, ainda tem preconceito, né. A dança, tipo, a festa junina, uma coisa que, num primeiro momento o menino fala 'ai, não, não sei o que, não vou, não quero'. Ginástica olímpica, enfim, um monte de coisas que a própria escola já te permite hoje explicar pro seu filho 'olha, isso não significa que é só de mulher ou só de menino'.

Fabiola: E ele já teve interesse por alguma atividade, além do teatro, por exemplo, por alguma atividade que fosse considerada culturalmente de menina?

Paula: Olha, eu não sei se a pintura, eu acho que pintura pode ser considerada bem feminina, assim, aula de pintura, né, esse lado mais artístico, assim, que tem que ter mais tempo pra pintar, e aquele cuidado, é uma coisa mais, é mais demorado, é mais feminino, né, entre aspas. Ele já teve e eu não reprimi, ele fez, teve curiosidade, mas não se enquadrou muito, porque ele é meio agitado, assim, de, não finalizar muito, assim, e tem que ter muita atenção, ele gosta de fazer uma coisa e de passar pra outra, fazer uma coisa e passar pra outra. Então eu deixo, eu deixo experimentar sim, não tenho restrição, não”.

Observa-se que, no trecho acima, Paula utiliza por duas vezes a expressão *entre aspas*. Em ambas, diz que “*é de menina, entre aspas; é mais feminino, entre aspas*”, indicando o seu próprio movimento de pôr estes conceitos sob rasura, ou seja, de explicitar que não há um único sentido possível para o feminino. Mesmo considerando a pintura como algo “*bem feminino*”, ao dizer que o “de menina” e o “feminino” estão entre aspas, Paula abre espaço para o devir e a disseminação dos sentidos – lança o feminino ao *vir-a-ser* do signo.

Colocar os conceitos entre aspas e, portanto, sob rasura, é uma operação de *indecidíveis* e também de escritura. De forma semelhante ao “a” da *différance*, as aspas e outros elementos gráficos como a pontuação, os parênteses e os espaçamentos entre caracteres, entre outros, descritos por Derrida (2008) como “*signos mudos*”, só se oferecem à leitura, não sendo realizados na fala. Esta indicação aponta,

mais uma vez, para a impossibilidade de delegar à escrita a simples função de representação material da fala. Não há uma fala original e uma escrita secundária: a escrita opera na própria fala, como um rastro.

Também na relação com seu marido, e na relação de ambos com o filho e com a filha, o pretense sentido único dos signos masculino e feminino é questionado, tornado instável, embaralhando os supostos limites colocados para estes opostos, inaugurando situações localizadas no entre, no nem/nem dos *indecidíveis*. Assim, quando questionada sobre como ela e seu marido se organizam na educação e nas responsabilidades cotidianas relacionada ao filho e à filha, Paula descreve:

“Então, a gente tem, a agenda dele [marido] também é bem flexível, ele também é produtor de eventos, né, e a gente procura dividir bem essas tarefas, assim. Não só pra não ficar com aquela história de ‘ah, porque a mamãe falou tá falado, ou porque se não for do jeito do papai não tá certo’, né. Então a gente divide bem essas funções. Um dia ele faz lição, outro dia sou eu, um dia ele leva e busca da escola, outro dia sou eu. Reunião de pais, o dia que eu vou, tudo bem. O dia que não dá pra eu ir ele vai. Então a gente procura tá sempre presente, assim, em tudo o que eles vão fazer, né, do nosso dia-a-dia. E não tem também muito aquela coisa ‘ah, isso é de mulher, resolve com a tua mãe, isso é de homem, resolve com teu pai’. Não, não tem. Lógico, que tem sempre saía justa, porque é novidade pra eles e pra gente, né. Falar do próprio corpo, enfim, a minha filha tá entrando na fase da puberdade, então estão aparecendo os pelinhos, enfim. Ele tá, o pequeno tá vivenciando isso, ‘nossa, mãe, que não sei o que, tá diferente’, e tal. Aí ela fica

envergonhada, ao mesmo tempo, a gente tem que sentar com os dois, né, e é uma coisa muito engraçada, como a gente é muito próximo e a família tá distante, tá em São Paulo, tudo acontece dentro do nosso espaço. Então a gente acaba convivendo muito, assim, e com naturalidade. Então ele já entende que quando ele chegar naquela idade ele vai também ter...

Fabiola: Mudanças...

Paula: Mudanças no corpo e tal. Então a gente divide bem isso. A gente não tem muito essa coisa 'ah, não, isso é de mulher, isso é de homem'".

Além destas falas de Paula, outras narrativas apontam contradições e de alguma maneira nos alertam que não é possível pensar em atributos femininos ou masculinos de maneira estanque. Assim, algumas mães consideram suas filhas frágeis, inseguras, delicadas, mas também teimosas, inflexíveis, determinadas. Outras vezes, uma característica atribuída ao filho por uma das mães, é atribuída à filha de outra. Vejamos as contradições mais flagrantes nestes termos.

Na entrevista de Ana, ela refere-se à filha como “*insegura e fechada, reprimida, demandante de mais atenção*”, enquanto o filho seria então mais “*tranquilo, extrovertido, bem mais independente do que ela*”. Estas características de sua filha, inclusive, teriam gerado dificuldades a Juliana na escola, conforme Ana relata:

“Porque ela tava na escola... Ela tem problema mais lá na escola, mais escolar, ela fica mais reprimida, ela acaba sendo... As crianças fazem, assim, o que querem, dela. Usam um pouco. Por ela ser

bem fechada, bem fechada, mesmo, então ela tem um pouco de dificuldade. Ela tava chorando com muita facilidade, né, por qualquer coisa. A própria escola me chamou e falou ‘olha, eu tô achando estranho, a gente fala qualquer coisa com ela e ela chora’. Aí eu procurei a psicóloga [...]”.

Contudo, em outros momentos, Ana diz que, embora seja mais fechada, Juliana é também “*menos carinhosa e mais geniosa*”:

Fabiola: “Bom, é, como é que você descreve tua relação com eles, assim, com ele e com ela?”

Ana: Então, cada um é um jeito, né, eu não posso te falar que eu trato os dois iguais. Cada um tem o seu, a sua personalidade, o seu jeito, então cada um tem que tratar de uma certa forma. Por exemplo, a Juliana precisa de muito mais atenção, né, [...] o Gabriel é mais carinhoso, ele é muito carinhoso, muito afetivo, mas ela já não é... de certa forma assim ela pede em silêncio, ele não, ele já chega, pula, abraça, beija, né. Então a gente tem que tá atenta a isso, mostrando pra ela que a gente, tem que mostrar pra ela que a gente gosta dela. Agora ele já não tem essa necessidade. Ele fala gosto, quero, faço, pronto, né, mas ela já é mais assim... eu falo, dedicando mais tempo a ela.

Fabiola: E que características assim você atribui a ele e a ela, como você os descreveria? Um pouquinho você já falou, assim, né...

Ana: É, um pouquinho eu já falei... Assim, ela é mais fechadinha, mais tímida, né. Mas ela é bem geniosa, ao mesmo tempo, assim.

Fabiola: Como?

Ana: Assim, ela é 'se eu quero, eu quero, se eu não quero, eu não quero'. E não tem como você convencer ela do contrário. Mesmo na lição. 'A professora me ensinou assim, mãe, tem que ser assim'. Não adianta provar pra ela que não é assim, é assim. Não tem jeito. Ela põe uma coisa na cabeça, ela é inflexível. Mas ela é uma garotinha meiga, doce... Agora ele já, não. Ele já é mais ativo, assim, mais arteiro, né, mas é ele mais fácil, mais maleável. Eu falo 'faz assim', ele faz. 'Não faz isso', ele não faz. Sabe? Então ele é bem, ele é mais obediente de uma certa forma, que ela. Ela é boazinha, tudo, mas eu digo que ela é encardida (risos). E ele já é mais arteiro, moleque, assim, né, bem mais fácil de levar. Ele é explosivo, ele faz tudo, quando ele fica nervoso é coisa de segundos. Ele chora um pouquinho, um minutinho, ele tá bem. Ela é capaz de chorar três, duas, três horas seguidas”.

Nestes trechos, poderíamos pensar que a experiência singular desta mãe com sua filha estaria possibilitando o deslocamento de alguns dos sentidos tradicionalmente atribuídos ao feminino? Como atributos universais do feminino, estariam características como fragilidade, dependência e timidez. Algumas delas aparecem relacionadas à filha de Ana. Contudo, quando Ana descreve a relação com a filha, destacando seus processos de subjetivação de um pretense universal - ou coletivo, se consideramos que fazem parte do contexto histórico, social e cultural em que vivem mãe e filha -, apontando para experiências únicas, referentes à história de Juliana, aparecem quebras de um discurso universalizante, demonstrando que um pretense recobrimento dos sentidos universais às experiências singulares dos sujeitos não é passível de ocorrer na concretude de suas vidas.

Mesmo quando Juliana aproxima-se de atributos que não seriam aqueles conferidos ao feminino, mas então, na lógica dual da metafísica da presença, talvez se aproximassem ao masculino, como no par flexível/inflexível, Ana atribui algo de negativo à inflexibilidade de Juliana e de positivo a uma então “persistência” de Gabriel. Embora as atitudes de possível teimosia sejam semelhantes se pensarmos que elas demarcam o desejo de cada um deles, quando são narradas como pertencentes à filha, elas adquirem o sentido de teimosia e inflexibilidade; o filho, por sua vez, é descrito como firme e determinado. Não deve a mulher, então, sair de sua posição de passividade, por correr o risco de ser considerada intransigente, impetuosa e atrevida? Faria parte de uma “natureza feminina” aceitar o que lhe é imposto? Seria este o comportamento esperado dela? Por outro lado, se é o homem quem questiona os padrões e regras definidos para ele, seria esperado que os rompesse em forma de protestos?

[Ana] “Mas ela põe na cabeça dela que ela não vai conseguir, que ela não vai conseguir, não vai conseguir e ela não consegue. Já o Gabriel, ele é diferente. Ele jamais fala ‘eu não consigo’. Ele vai até o fim, sabe. Ele teima, ele briga, ele chora, mas ele vai. Ele vai, ele vai, vai, ele é bem persistente. E ela já põe na cabeça ‘não, eu não consigo, eu não consigo’ e não vai. Então aí ela fica chorando, e chora, e chora, chora. Não é fácil. (risos). Não é fácil”.

E, em seguida, em relato sobre a experiência de Juliana na escola, Ana relata:

“(...) apesar de ela ser bem fechadinha, os amiguinhos da classe não brincam com ela, assim, não tiram sarro, respeitam ela. O único problema é que ela não se impõe. Em um trabalho de grupo, por exemplo, ela fica com o que sobrar, ela é incapaz de levantar e falar ‘não, quero entrar’, ou então com as amiguinhas dela, né. Então ela fica com o grupo que sobra, aqueles que ninguém quer colocar no grupo? Ela sempre fica nesse grupo. E como os alunos são meio... aqueles que não querem nada com nada, ela acaba fazendo o trabalho pra eles, né. Ou ela não faz e tira nota baixa, ou ela faz pra eles e eles acabam levando a nota, como isso acontece muito. É uma das coisas que eu tento batalhar com ela, na psicóloga, pra que isso não aconteça”.

E, ainda:

“A Juliana realmente merece muita, demanda realmente, a gente tem que mostrar que a gente gosta dela, que a gente gosta muito, todos os dias, o tempo todo. Ela tem essa necessidade. Ela fica insegura, ela fica triste, né. E já o menino ele não tem essa necessidade, ele já é mais forte, não sei é a personalidade masculina mesmo que é assim, né, já não tem tanto essa necessidade. Acho que por isso que eles crescem um pouco largados... (risos)”.

As descrições de Ana, deste modo, levam a pensar que Juliana impõe-se em determinadas situações, principalmente familiares, mas não em outras, comumente na escola, gerando as contradições no discurso que poderiam ser pensadas como a impossibilidade mesma de

um signo em recobrir o real e seus desdobramentos. Assim, se desejássemos falar em mulheres ou em feminino, pensando que com isto estaríamos suficientemente discorrendo sobre experiências compartilhadas por sujeitos que comungam de alguns enunciados (por exemplo, de “ser mulher”), incorreríamos em uma falácia. Ainda, se falamos de uma “experiência feminina” e a ela associamos predicados como fragilidade, compreensão, doação, passividade, afeto, emoção, entre outros, corremos o risco de novamente não falar sobre singularidades, mas somente de um sujeito abstrato e distante do real.

Assim, a experiência de Ana com sua filha e com seu filho é distinta da experiência de Paula. Enquanto Gabriel, filho de Ana, é descrito por ela como mais flexível e Juliana, sua filha, mais questionadora, Paula considera sua filha Carolina mais maleável e o filho Felipe, mais arguidor. Ainda, enquanto Ana descreve Juliana como dependente e insegura, Paula fala que sua filha Carolina é extrovertida e independente, e o filho é mais dependente.

Na entrevista com Paula, questiono:

Fabiola: “E como você descreve a relação com eles, assim, a sua relação com o Felipe e a sua relação com ela, com a Carolina?”

Paula: Eu noto uma diferença enorme desde pequena, minha filha mais velha, né, o desprendimento que a menina tem, com relação a tudo, a independência que ela tem, né, desde a fase de bebê, ainda, ela conseguia ficar muito mais tempo sozinha, fazendo as coisas dela, no mundinho dela, descobrindo as coisas dela, do que meu o filho. Meu filho ele me requisita, também desde sempre, o tempo todo. A Carolina, a partir de dois meses e meio, ela nunca mais acordou à

noite, assim, né. Se alimentava e acordava no dia seguinte. O Felipe vai fazer sete anos e ele acorda toda santa noite, né, que é o menino. Então, e às vezes a gente comenta entre mães, né, essa questão, né, ‘poxa, será que é só o meu, né?’, essa história de mãe uma perguntar pra outra. O menino é muito mais dependente, em todos os sentidos.

Fabiola: As mães com quem você conversa acham isso também?

*Paula: É, é. Assim, trocando idéias também com a minha mãe, com a minha sogra, enfim. **O menino é mais dependente. E ele é mais grudado. Eu noto que ele é mais grudado comigo, assim. Pra tudo que ele vai fazer.***

Fabiola: Isso desde bem pequeno, você acha?

Paula: Desde bem pequeno, desde bem pequeno.

Fabiola: Não foi uma... alguma diferença na educação, na maneira de lidar, não, que... vinha dele, digamos assim?

Paula: Não teve, veio dele, assim. Até de temperamento, assim, minha filha é mais extrovertida, ela é mais comunicativa, tem um jeito mais independente, e ele não, ele é mais caseiro. Ela, por exemplo, é mais falante, ela tem muitos amigos, a casa tá sempre cheia, e ele é mais quieto, ele tem poucos amigos, ele gosta muito daqueles poucos amigos, né, mas ele é mais quieto, ele é mais caseiro.

Fabiola: E ela já era assim na idade que ele tem agora?

Paula: Já, já.

Fabiola: Quando ela tinha a idade dele ela já era assim?

Paula: Ela já era assim, e foi crescendo e foi, continuou, assim, se mostrou mais, até”.

Adiante, em outro momento, questiono Paula:

Fabiola: “Bom, que características você atribui a ele e que características você atribui a ela?”

Paula: Características você diz de personalidade?

Fabiola: É, aham.

Paula: Ahm... (pausa). A Carolina ela é mais, apesar de ela ser mais falante, mais extrovertida, ela é mais flexível. Ela compreende melhor, por exemplo, disciplina, né, horários, é... enfim, agenda, ‘olha, você tem que acordar tal hora, você vai ter que dormir tal hora, então por isso que você, né, tá indo dormir nesse horário’. Tipo, TV, tem que assistir por tantas horas, porque após esse período vai ser ruim, não vai ser benéfico, você tem que aproveitar outras coisas do dia, enfim. Ela é mais flexível com relação a esse diálogo, esse discurso, de conseguir administrar bem, entender. É fácil o diálogo. Ele não, né, o menino eu já tenho que sentar, eu tenho que ter paciência e o cuidado de explicar pra ele de várias formas, pra ele conseguir realmente aceitar que aquilo é realmente o melhor pra aquele momento, né. Eu nem preciso dizer que é uma regra, né. Antigamente pai e mãe falavam ‘olha, é isso, deu e acabou’. Hoje em dia não é assim, você não consegue, você tem que tentar realmente convencer a criança de que aquilo realmente é melhor. E, e ele assim, ele aceita, né, mas, ainda assim, se ele pudesse, ele faria diferente. Ela não, internalizou, pronto, já deu, já incorporou aquilo, tranqüilo. Ele não, ele sempre questiona. Apesar de ele ser mais quieto, mais caseiro, mais próximo, ele questiona muito. Então a diferença pra mim, marcante, é essa. Um tá bem presente, mas questiona muito. O outro, apesar de ser bem independente, também é

muito próximo, mas não... é... como é que eu vou te explicar? Não questiona muito regras, assim, a minha filha, ela não questiona tanto assim o porquê, né. Ah, então, se ela tá entendendo que a mãe tá dizendo que é assim, então ela incorpora que seja a melhor forma. Ele não, ele já... tanto comigo como com meu marido. E é mais novo, então isso me chama muito a atenção”.

Já Luiza relata que é Letícia, sua filha, para quem é necessário usar argumentos até que seja possível convencê-la sobre determinado assunto, sendo Lucas mais “tranquilo”.

[Luiza]: “a Letícia ela é... a personalidade dela é muito forte. Quando ela tem uma opinião, pra você dobrar ela, assim, é só com muita conversa, você provando por A mais B que ela tá errada, ela tem a personalidade, a personalidade dela é super forte. Ela é muito carinhosa, ela é super, assim, inteligente, persuasiva, super persuasiva, o poder de persuasão da Letícia assim, é incrível”.

Posteriormente na entrevista, Luiza relata ser mais fácil ter e educar um menino do que uma menina.

Fabiola: “Você diz ser mais fácil criar os meninos por ser mais...”

Luiza: Mais descolado. Eu não sei se também porque o Lucas, ele é super fácil, ele é uma criança fácil, ele não... Por exemplo, a Letícia mamou até os sete, podia ser porque é a primeira filha, mas chupa o dedo, e não sei o que, não sei o que. O Lucas largou a

*mamadeira fácil, largou a fralda fácil, o Lucas tudo que eu falo pra ele tá bom. Eu não sei se é por causa da idade, também, mas, por exemplo, tem isso de almoço, ele come, ela 'ai, mãe, mas eu não queria isso, eu queria aquilo'. Vai numa festinha, a roupa que eu coloquei nele tá ótimo, mas ela 'ai, essa aqui eu já usei ontem, ai, essa não combina, ai porque essa não tá boa, essa não sei o que'. (...) Então assim, é... e as questões, **a Leticia ela questiona muito, ela questiona tudo**. Então por isso eu acho que é... por enquanto o Lucas tá sendo mais fácil, também assim, ele tem quatro anos de diferença com ela, né. Talvez quando ele tiver a idade dela ele vai ser igual a ela.*

Fabiola: Mas ela era parecida com ele?

Luiza: Não, ela sempre teve a personalidade dela, a Leticia desde pequeninha a personalidade dela, ela sempre foi assim. De colocar, 'ah, já coloquei ontem, ah, mas não combina'. E assim, ganhou, não gostou? Não usou. Não usa. (...) Mas eu acho que pela personalidade dela é mais difícil do que falar com ele porque ele é mais assim tudo tá bom, não tem problema, leva tudo numa boa. E ela já não. Ela, quando ela quer, quando ela gosta, quando ela não gosta, é mais difícil".

Estas divergências sobre aquilo que se atribui ao feminino e ao masculino denunciam que não é possível encontrar um centro, uma essência, uma substância fundante em si para cada um desses conceitos. Duvidar da possibilidade de que um signo possua apenas um significado presumível remete ao trabalho de crítica ao pensamento da metafísica da presença que intensificou-se, conforme descreve Derrida (2009), principalmente em direção às teorias estruturalistas. Deste modo,

desde então, deve-se sem dúvida ter começado a pensar que não havia centro, que o centro não podia ser pensado na forma de um sendo-presente, que o centro não tinha lugar natural, que não era um lugar fixo, mas uma função, uma espécie de não-lugar no qual se faziam indefinidamente substituições de signos. Foi então o momento em que a linguagem invadiu o campo problemático universal; foi então o momento em que, na ausência de centro ou de origem, tudo se torna discurso – com a condição de nos entendermos sobre esta palavra – isto é, sistema no qual o significado central, originário ou transcendental nunca está absolutamente presente fora de um sistema de diferenças. A ausência de significado transcendental amplia indefinidamente o campo e o jogo de significações (DERRIDA, 2009, p. 409-410).

Esta substituição infundável de signos tem relação direta com os *indecidíveis*, na medida em que ocorre no/pelo jogo da *différance*, ou seja, sempre inserida em um sistema de remetimentos entre diferenças, apontando para o caráter suplementar do signo. Tendo em vista que não há origem e, portanto, um centro de onde emanariam os sentidos, é então pela falta deste centro que o jogo de substituições é tornado possível. Portanto,

não se pode determinar o centro e esgotar a totalização porque o signo que substitui o centro, que o supre, que ocupa o seu lugar na sua ausência, esse signo acrescenta-se, vem a mais, como suplemento. O movimento da significação acrescenta alguma coisa, o que faz que sempre haja mais, mas esta adição é flutuante porque vem substituir, suprir uma falta do lado do significado (DERRIDA, 2009, p. 422).

É justamente por esta “superabundância do significante” que podemos encontrar, no relato das mulheres entrevistadas, diferentes significações a um mesmo signo. É com esta inscrição no jogo das diferenças que os conceitos passam a ser entendidos como quase-conceitos, na medida em que cada um deles é arrastado “em uma cadeia interminável de diferenças, cercando-se ou sobrecarregando-se com uma grande quantidade de precauções, de referências, de notas, de citações, de colagens, de suplementos (...)” (DERRIDA, 2001, p. 21).

Pensar os conceitos, assim como as experiências dos sujeitos, a partir da *différance* e dos *indecidíveis* é, portanto, “entrar no jogo e, sobretudo, no jogo da *différance* que faz com que nenhuma palavra, nenhum conceito, nenhum enunciado primordial venha sintetizar e comandar, a partir da presença teológica de um centro, o movimento e o espaçamento textual das diferenças (DERRIDA, 2001, p. 21). Nesta lógica de pensamento, suspendem-se as barreiras entre as oposições, visto que se escancaram os diversos reenvios que existem entre eles. Os *indecidíveis* apontam para a impossibilidade de um signo “ser em si”, tendo em vista que é produzido no e pelo sistema de diferenças. Além disso, os *indecidíveis* não são, nunca, um terceiro termo, como uma promessa de síntese ou restituição de certa ordem.

Portanto, a escritura como um *indecidível* não deseja engendrar simplesmente um novo sistema de discurso, mas, no/pelo seu movimento de inversão e deslocamento, lançar os conceitos em um campo textual que é impossível de localizar, de situar. Este duplo movimento demarca uma escrita que é redobrada, uma escrita dupla, deslocada e deslocante, que em seu movimento de afastamento, faz com

que os conceitos não sejam mais passíveis de inscrição senão por meio desta “escrita bífida” (DERRIDA, 2001).

Os *indecidíveis* são a marca deste jogo textual, em que o remetimento entre os termos não se prende mais às oposições, mas desliza nelas, “uma requisitando a outra, uma como rastro da outra” (CONTINENTINO, 2006, p. 39). Não estando mais subordinado aos binarismos e hierarquias, o rastro subverte as oposições, fazendo da escritura um lugar de produção de diferenças. “Só a *différance*, ‘rastro de rastro’, diz o desconstrutor, se destaca da presença metafísica, colocando em cena o *indecidível*, o ‘entre’” (CONTINENTINO, 2006, p. 39).

Nesse jogo, produz-se a disseminação, enquanto produção de sentidos que não se deixam reconduzir a uma origem simples, fraturando o texto e marcando uma multiplicidade de significações que não tem o compromisso de um retorno ou resposta, de uma conclusão, ponto de chegada ou estabelecimento de verdades. É este movimento de lançar-se a uma infinidade de sentidos e significados possíveis que podemos observar nos relatos de Paula, quando fala sobre como (des)constrói o feminino e o masculino na relação com seu filho e com sua filha? Ao ser questionada por eles se “só meninos/meninas podem...?”, ou “por que meninos/meninas não podem...?”, suas respostas abrem espaço ao devir dos sentidos, a um espaçamento e à disseminação?

O trecho apresentado a seguir teve início com a pergunta “você acha que existe diferença entre criar um menino e criar uma menina?”

Paula: “Eu acho, assim, tem muita diferença.

Fabiola: Que diferença?

*Paula: É, apesar de a gente saber que o filho, na verdade, segue muito do que você faz, né, que a gente acaba sendo mesmo um espelho, né, ou pra eles não quererem seguir quando adultos, ou até pra espelhar e acabam carregando muita coisa do pai e da mãe, né. É, a mulher, é... a gente tem um lado muito mãezona mesmo, sabe, acho que, de querer cuidar, de querer fazer tudo pra que tudo fique legal, pra que tenha harmonia em casa, a gente coloca meio que uns panos quentes, mais jogo de cintura, mais flexível. É... isso acaba refletindo na educação dela também, né. E, apesar de a gente dizer que não, em alguns momentos, por exemplo, de insegurança, né, do pequeno, que é menino, às vezes, a própria filha, né, a mais velha, diz 'ai, Felipe, mas você tem que se forte', né, tipo, conflitos, coisa de criança, entre eles, entre os amigos, 'Felipe, mas você tem que ser forte, porque quando você crescer você tem que ficar seguro', sabe assim? **Essas coisas assim de padrões, né, que a sociedade te cobra, e tudo, assim. Não acho que isso é ruim, acho que faz parte, né, da sociedade, mas eu não reforço, não é uma coisa que eu faço questão de manter, assim, sabe, de criar, 'ah, porque eu tenho insegurança, eu tô inseguro, só porque eu sou homem eu tenho que agüentar firme e forte', sabe? Tanto porque, acho que até a gente como mulher hoje vivencia essa situação, também de, de vez em quando, precisar de colo, e pelo fato de ter se colocado na sociedade tão cheia de várias funções, você acaba, né, deixando o lado sensível de lado, assim, né. Ter que ser forte porque tem que cumprir tudo ao mesmo tempo. Então é, não sei, às vezes é mais fácil falar até do que no dia-a-dia, mas a gente que procurar refletir sobre tudo isso, né".***

Embora no início da fala de Paula seja possível visualizar o trabalho da metafísica da presença em atuação, ou seja, estabelecendo ao feminino e à mulher os atributos de uma vocação natural da maternidade, do ser mulher e mãe como aquela que, por uma aptidão inata, teria o dom de cuidar dos filhos e filhas e a habilidade de harmonizar o lar, logo em seguida é possível entrever brechas, falhas nessa atividade do pensamento filosófico tradicional, que denunciam a heterogeneidade do texto e abrem os espaços por onde é possível realizar uma leitura desconstrutora. Dessa forma, a desconstrução implica em criticar os argumentos filosóficos por dentro deles mesmos, a partir deles e com seus próprios elementos, já que não existe um “fora” da linguagem, nem linguagem que esteja situada para fora da matriz metafísica.

Nesta perspectiva, em sua fala, Paula sugere que, por ser mulher e pelas experiências proporcionadas por este fato, ela (se) questiona normas e padrões, considerados capazes de aprisionar os sujeitos em regras estabelecidas pela sociedade. Aparecem, em seu texto, indícios de uma dupla escrita, em seu movimento de inversão das hierarquias e, em seguida, de um deslizamento dos sentidos atribuídos ao feminino e ao masculino, que poderiam então lançá-los a um deslocamento, a um *devir* ou *vir-a-ser* do signo. Não há respostas pré-determinadas, não há fim almejado, significado aspirado pelo signo. Há disseminação, na medida em que feminino e masculino são arremessados ao jogo do entre, do nem/nem.

Em seguida, em outros trechos, visualizamos a tentativa de Paula em adiar conceitualizações, tendo em vista a urgência do chamado

do filho e da filha por respostas, e ao mesmo tempo indícios sobre como é suportar este não-lugar, esta não-resposta.

Fabíola: “Então, como você disse, você procura não reforçar quando de repente alguma situação acontece que puxa um pouco pra esse lado dos padrões, assim...”

Paula: Eu não reforço. Mas que eles existem, eles existem, né. Então eu procuro deixar com que eles entendam ou procurem entender a situação da diferença, né, que eles podem até escolher diferente, mas que existem pessoas que pensam de outra forma. A gente sempre fala sobre isso.

Fabíola: Você lembra de alguma situação, assim, específica que tenha acontecido?

Paula: Ah, sim, por exemplo, do pequeno chegar e falar ‘mãe, hoje eu brinquei na sala com o meu amigo, e ele tava batendo em um monte de crianças’. Aí eu falei ‘mas por quê? Você não perguntou pra professora, a professora falou?’ ‘Ah, porque ele tava chateado com alguma coisa que aconteceu na casa dele e ele falou que ele não podia chorar, então que ele ia fazer as pessoas chorarem’. Né, então, quer dizer, isso foi um desdobramento de sala de aula, de uma criança, que veio de fora, ‘mãe, mas por que homem não pode chorar?’ Né, aí vem a pergunta, o fato de ele querer saber. Entendeu? Então, assim, é uma situação alheia à vida dele, ao cotidiano dele, mas que refletiu e ficou na cabeça dele. Ele ficou pensando, ‘mãe, mas por que homem não pode chorar?’ Né, isso um exemplo, assim”.

No trecho acima, é interessante observar que na situação descrita por Felipe, na experiência narrada por ele, aparecem evidências da heterogeneidade do texto e as lacunas que possibilitam a problematização do pensamento da metafísica da substância: neste mesmo contexto, destacam-se tanto o *falocentrismo* em atuação como a possibilidade de deslizamento e de devir dos sentidos. O primeiro movimento aparece produzindo sentidos únicos aos signos, expostos no discurso proferido pelo colega de Felipe, quando este diz que, por ser menino, não pode chorar. O segundo é flagrado nos possíveis resultados da ação violenta deste menino: se ele vai bater em seus colegas, entre eles meninos e meninas, e estes meninos vão chorar, é porque então meninos podem chorar.

Este é, contudo, um flagrante possibilitado pelo trabalho da desconstrução. Na experiência de Felipe, haveria espaço para a ruptura com o imperativo do ser da presença, da essência e da substância, na pressão exercida pela *heteronormatividade* e pelo chamado às identidades de gênero estáveis, inteligíveis e uniformes? De alguma maneira, poderíamos pensar que seu colega, embora não esteja condenado a permanecer nesta condição e com este olhar para o masculino, dá indícios de que está capturado por uma universalidade deste conceito.

Sendo então o filho de Paula mais questionador, como ela o havia descrito em trechos anteriores, ele a inquire sobre outros “atributos” relacionados ao “ser homem” e “ser mulher”. Que possibilidades Paula encontra diante destes chamados?

Paula: (...) “Com a mais velha ainda não, acho que ela é, não sei se a palavra certa é madura, pra idade dela, ou se ela vai internalizando bem, e ela tem essa, mais de solta, de independente, ela não questiona tanto. Mas ele questiona, ele questiona, ‘mas por que homem tem que ir trabalhar? Mas por que homem tem que, tem que’... sei lá, ‘pagar conta?’ Que às vezes, né, vê o pai indo fazer alguma coisa de banco, ou ‘o papai tem que fazer banco, não dá tempo agora, depois a gente faz isso’. Aí não exatamente naquela hora, às vezes, no momento, assim, em que a gente tá assistindo TV ou que a gente tá em casa sem fazer nada, no final de semana, aí ele vem com essas perguntas, do nada, ‘mãe, mas por que o homem tem que trabalhar?’ ‘Mas por que mulher tem que ter filho e o homem não tem?’, né, então, sabe? Essa curiosidade, e coisa que, engraçado, a minha filha não teve. Agora, eu não sei se isso é necessariamente de menino, ou se é de personalidade, daí, de traço de personalidade, né. É, coisa que ele também pergunta é ‘por que eu não posso ter filhos, só mulher pode ter filho?’, né. Um monte de coisas assim que, ele faz muito mais perguntas, assim, que te deixa mais ‘e agora, o que eu respondo?, do que ela.

Fabiola: E como é que você costuma conversar com ele sobre isso?

Paula: Ah, eu sempre respiro fundo, (risos), mas nunca deixo sem resposta. Eu acho que isso é importante. Não sei se necessariamente eu dou uma resposta satisfatória, mas eu tento, dentro daquele mundo dele, ali, do meu, né, do entendimento nosso, ali, do diálogo, dar uma resposta pra ele, assim, né, que ele consiga dizer ‘não, realmente eu tô satisfeito’. Quando ele não fica, ele também continua

perguntando. Aí às veze eu até chamo, peço a ajuda do pai, 'ai, vem aqui que o Felipe quer saber, eu já expliquei, mas ele não tá entendendo, quem sabe você não consegue explicar melhor', ai, eu chamo ajuda.

Fabiola: Ele pergunta mais pra você?

Paula: Pergunta mais pra mim.

Fabiola: E essa questão, por exemplo, que ele te perguntou do trabalho, assim, por que homem tem que trabalhar, o que você falou pra ele, assim?

*Paula: **Eu disse pra ele que na verdade não é que só o homem tem que trabalhar, né, homens e mulheres trabalham. E cada um tem determinadas funções, e dependendo de cada profissão eles têm obrigações e deveres a fazer, né. E necessariamente não significa que seja uma coisa ruim ou boa, né. Porque, na verdade, o questionamento dele maior foi porque o meu marido tava super atribulado, fazendo várias coisas, e apesar de eu também trabalhar, mas naquele dia eu tá mais tranquila, então ele entendeu assim, 'poxa, o pai tá sobrecarregado, a mãe tá mais tranquila', assim, sabe. 'Então por que homem tem mais trabalho do que mulher?'** Na cabeça dele ficou aquilo naquele momento, entendeu? **E aí eu fui tentando explicar pra ele, né, que tem diversas situações, enfim. Mas é um diálogo, que nem eu tô te falando, ele depende muito daquele momento, assim, não necessariamente você consegue responder tudo pra criança, né, porque eles são muito pequenos, assim. E ah, depois de vez em quando ele volta, com outras perguntas, com outros questionamentos, enfim**".*

Este movimento de não fixar sentidos nos faz pensar que, mais importante do que dar uma resposta definitiva ou conclusiva sobre as perguntas que questionam os lugares postos pela metafísica da presença, o trabalho a ser realizado, o trabalho mesmo da desconstrução, é o de questionar os limites deste pensamento da substância, da essência, das identidades, dos binarismos e hierarquias.

Problematizar o primado do *falocentrismo* implica, assim, em uma tentativa de des-substancializar a subjetividade, de pensá-la não mais como marcada por uma soberania da vontade, da consciência e da autonomia. Significa, ainda, pensar não em um fim, como diz Derrida, mas para um “além clausura” de uma matriz de pensamento que lança os sujeitos – não os sujeitos teóricos, mas o sujeitos concretos -, em um imperativo de uma plenitude, de uma presença estável e constante, de uma identidade que seja inteligível aos demais e que possa ser claramente enunciada pelas pessoas. Sugere, além disso, uma crítica às teorias que crêem na possibilidade de representação de identidades, do acesso imediato, eficaz e seguro a um “eu” unificado, sem contradições e inconstâncias.

Seria preciso, assim, desconstruir a ilusão de que é possível acessar o outro, traduzi-lo em uma identidade representativa de um eu, visto que a noção de representação remete a um sujeito que conhece de um lado e, de outro, um objeto a ser conhecido, sobre o qual seria possível enunciar verdades, como dados, idéias ou informações que estivessem nele mesmo, a espera de uma descoberta ou descortinamento. Este gesto desconstrutor é possível desde que nos lançamos no abismo dos *indecidíveis*, em um jogo entre o que não é

nem falso nem verdadeiro, nem presente nem ausente, nem aparência nem essência.

Abrir espaço para as experiências que se constroem nos espaços “entre” os binarismos e hierarquias metafísicas relaciona-se, portanto, a práticas que habitem a instabilidade, que não se possam mais demarcar como pertencentes a um ou outro pólo opositivo, mas que engendram cenários, práticas e discursos mergulhados em uma multiplicidade. Em última instância, não se trata de negar o valor da tradição filosófica ocidental, mas de realizar um questionamento dos limites de uma filosofia da representação, binária e hierárquica. Conforme afirma Derrida (2009), não há sentido em abandonar os conceitos da metafísica para abalar a metafísica, tendo em vista que não dispomos de linguagem que seja estranha a essa história. Assim, “não podemos enunciar nenhuma proposição destruidora que não se tenha já visto obrigada a escorregar para a forma, para a lógica e para as postulações implícitas daquilo mesmo que gostaria de contestar” (p. 410).

6 OUTRAS TANTAS PALAVRAS OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos encaminharmos para o encerramento provisório deste texto, uma das tensões operantes nas entrevistas realizadas precisa ainda ser explicitada. Ela demarca o jogo de forças atuante entre o desvelamento da desconstrução e o esforço de barreira operado pela metafísica da presença: é o embate entre o que Derrida (1981) chama de operação feminina e aquilo que se poderia denominar de operação masculina.

Lembremos: Derrida (1981) descreve a operação feminina como aquela que, enquanto *indecidível*, busca situar os conceitos em um “para além” dos lugares binários e substantivados organizados pela metafísica da presença, escapando às demarcações dos atributos *falogocêntricos*. Contudo, conforme ele mesmo nos mostra, este “para além” não indica um “fora” do pensamento ocidental, mas sugere, principalmente, um gesto transgressivo, tendo em vista que “a transgressão implica que o limite esteja sempre em movimento” (DERRIDA, 2001, p. 19).

Mas o *falogocentrismo* impõe a sua força. Desde que nos constituímos nele, habitamos os binarismos, as substâncias e as hierarquias, lemos o mundo com as ferramentas, palavras e conceitos que a linguagem metafísica nos disponibiliza. Vejamos bem: se a metafísica da presença opera, não é sem esforço que o faz. A desconstrução tenta, continuamente, irromper os limites dos binarismos, embaralhar suas fronteiras, questionar seus fundamentos. Mas isto que

aqui nomeamos operação masculina – fazendo menção aos atributos masculinos historicamente referidos à razão, à substância, à verdade e à essência – não é facilmente abalada.

Situadas neste terreno de tensões e embates, as experiências relatadas pelas mulheres entrevistadas para esta pesquisa explicitam este campo de forças. Em alguns momentos, vemos irromper a desconstrução, o espaço aberto pela operação feminina; em outros, a operação masculina se mostra em sua tenacidade. É assim, por exemplo, que notamos Ana dizer que, em um momento de choro do filho, suas palavras a ele foram: “*ai eu falei ‘isso, chora, todo mundo da escola te vendo chorar aqui dentro do carro’. Ai ele chorava mais ainda. (risos)*”. Ou então que não a vemos questionar-se nem ao marido sobre o relacionamento dele com o filho e com a filha, visto que, segundo seu relato, “*ele não toma frente muito das coisas, (risos) tem que ser um pouquinho assim, né, mandado.*”

É constituída no/pela cultura ocidental que Vitória não relata sofrimento ao ver o filho preterindo a companhia da família para sair com os amigos e amigas na adolescência, mas deseja que sua filha seja sua companheira mesmo que o tempo passe e ela cresça também. É imersa no pensamento ocidental marcado pelos binarismos que Vitória assume a tarefa de comprar, ainda hoje, roupas para o filho adolescente e também para o marido. E é assim também que Luiza, com 29 anos, acredita que a homossexualidade “*não é normal*”: mas é, então, *normal* sua filha ajudá-la a retirar a louça da mesa enquanto seu marido e seu filho assistem televisão, sentados no sofá?

Luiza tem 29 anos e, ao ler esta idade e realizando uma leitura imediata, com base nas pressuposições engendradas pelo/no pensamento

da metafísica da presença, poderíamos nos perguntar se “mulheres como ela não deveriam estar usufruindo” das conquistas realizadas por outras mulheres que reivindicaram e lutaram por direitos sociais, culturais, civis e de existência, principalmente por meio dos movimentos feministas? Ou ainda, também em uma leitura apressada, poderíamos nos perguntar se não estariam estas mulheres possibilitadas de, num gesto desconstrutor, “ir além”, ou seja, questionar os limites desta sociedade ocidental *falogocêntrica*?

Estas são questões que muitas vezes ouvimos em nosso cotidiano, vindos dos mais diversos lugares. Contudo, a leitura de Derrida que buscamos pôr em operação neste texto nos mostra que não devemos nos precipitar, nem em formular estas perguntas, menos ainda em buscar para elas respostas. Mas há algo nestes questionamentos, algo importante ainda a ser considerado: o que possibilita que sejam formulados?

Uma das muitas hipóteses possíveis seria o fato de que o tempo presente em que vivemos é marcado pela história de lutas feministas e de mudanças sociais, econômicas e culturais, constituindo um panorama diferente dos séculos que antecederam este da contemporaneidade. Não nos parece difícil concordar com esta afirmação. Dessa forma, se cada um se constitui a partir também da singularização daquilo de que dispomos como solo coletivo, parece razoável considerar que ter sua existência constituída neste tempo seja diferente de uma existência passada naqueles outros séculos.

Mas como seria, então, existir como “mulher” neste tempo presente? E como seria existir e ser mãe? Não seria razoável esperar que, partilhando deste tempo histórico, em alguma medida herdeiro de

histórias que antecedem a todos nós, em uma mesma sociedade ocidental, mulheres-mães estivessem se questionando sobre padrões e normas hegemônicas acerca do feminino e do masculino? Não seria aceitável supormos que mães vivendo na contemporaneidade desejassem um cenário futuro em que seus filhos e filhas pudessem usufruir de práticas de liberdade mais amplas do que no passado?

A construção desta pesquisa, bem como, a experiência de encontro com as mulheres entrevistadas mostrou novamente que não devemos nos antecipar em oferecer respostas a estas questões e que, principalmente, não podemos nos deixar apreender pela armadilha da crença no sujeito consciente, responsável pelo seu sucesso e também pelo seu fracasso, sujeito (neo)liberal, romântico, individual, racional, sujeito psicológico. Não há garantias, não há obviedade, visto que não há sujeitos coerentes, lineares, regidos por uma consciência capaz de guiar-nos em atitudes voltadas a um pretensão bom senso. Não há seguimento fiel de regras e normas quando se trata de experimentar a vida em suas particularidades; não há universalidade que possa aproximar-se da experiência singular de cada corpo, de cada existente, de cada ser concreto.

O processo da pesquisa mostrou que há embates permanentes. Há sujeitos reais em inconstantes e inacabados processos de subjetivação, habitando territórios múltiplos e sendo transpassados pelo masculino e pelo feminino, no espaço de seus pólos, mas também naquele que há entre seus matizes, misturas e encontros. Estamos dentro e fora, mas também nem dentro nem fora. Realizamos, assim, operações femininas e operações masculinas. Nos constituímos neste terreno marcado pelas tensões.

Apesar disso, Derrida (2004) nos indica: devemos lembrar que somos herdeiros e que, diante de nossa herança, precisamos ser responsáveis, ainda que esta responsabilidade esteja situada também na *indecidibilidade*. Como herdeiros, respondemos a uma dupla injunção ou designação contraditória: “é preciso primeiro saber e saber *reafirmar* o que vem ‘antes de nós’, e que, portanto, recebemos antes mesmo de escolhê-lo, e nos comportar sob esse aspecto como sujeito livre” (p. 13).

Para o autor,

se a herança nos designa (...) tarefas contraditórias (receber e no entanto escolher, acolher o que vem antes de nós e no entanto reinterpretá-lo etc.), é que ela atesta nossa finitude. Só um ser finito herda, e sua finitude o *obriga* a isso. Obriga-o a saber o que é maior, mais antigo, mais poderoso e mais duradouro que ele. Mas a finitude obriga a escolher, a preferir, a sacrificar, a excluir, a deixar de lado. Justamente para responder ao apelo que o precedeu, para a ele responder e por ele responder – em seu nome como em nome do outro. Antes mesmo de dizer que se é responsável por tal herança, é preciso saber que a responsabilidade em geral (o ‘responder de’, o ‘responder a’, o ‘responder em seu nome’) nos é primeiramente designada, e, de uma ponta a outra, como herança. É-se responsável perante aquilo que vem antes de si mas também perante o que está por vir, e portanto também perante a si mesmo. Perante duas vezes, perante o que deve de uma vez por todas, o herdeiro está duplamente endividado (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 14).

O que fazer, então, com nossa história e com a herança que nos foi deixada? E de que forma nos encaminharemos para o futuro? Se quisermos questionar os limites do pensamento binário e hierárquico que de forma tão marcada organiza lugares, fomenta as *heteronormas* e

não tolera indefinições, não há mais espaço para pensarmos em vítimas e culpados. Também este par de opostos precisa ser desconstruído, embaralhado, em que um seja visto somente pelas diferenças e remetimentos que tem em sua relação com o outro. Um contém já os rastros dos rastros do outro.

A estratégia da desconstrução como possibilidade para leitura de textos se mostrou, assim, um meio fascinante de problematização da realidade, do simbólico e de seus embates. Mais do que isso, as leituras dos contextos com base na *différance* mostrou que o jogo de forças que se estabelece entre o pensamento da metafísica da presença e o pensamento da desconstrução, desde que continuamente operante, abre os espaços por onde podemos encontrar as brechas para a construção de práticas que embaralhem os limites que demarcam o que é estar na norma ou fora dela, ampliando as possibilidades de experiências subjetivas.

O gesto desconstrutor escancara, finalmente, que, por maior força que os binarismos e hierarquias coloquem na tentativa de barrar práticas de liberdade, não há possibilidade de recobrimento dos sujeitos e de suas experiências. Os vazamentos, os escapes acontecem e, assim como a desconstrução, tem lugar.

Mas se este é um jogo de forças, há ainda muito a desconstruir nestes fundamentos que balizam o pensamento ocidental. E, se somos todos herdeiros e todas herdeiras, sendo vistos não mais como *sujeitos unos*, mas constituídos pela alteridade que nos liga implacavelmente ao outro, a responsabilidade também cabe a todos e a todas. Jacques Derrida nos mostra que assumir esta herança é, então, uma forma de abrir lugar para o imprevisível do *por-vir*.

7 AQUELES QUE NOS INDICA(RA)M DIREÇÕES OU REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S. de. Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, Belo Horizonte, v. 19 - n. 2, p. 411-422, Jul/Dez, 2007.

ARÁN, M. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. IX, n. 1, jan/jun, p. 49-63, 2006.

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2^a ed. LTC: Rio de Janeiro, 1981.

ARAUJO, M. de F.; MOURA, S.M.S.R de. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, v. 24, n.1., 2004.

ARAUJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: **História das mulheres no Brasil**. 9. ed., 1^a impressão. São Paulo: Contexto. p. 45-77, 2008.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, E. **Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BARBOSA, P. Z; ROCHA-COUTINHO, M. L. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, vol 19, n.1, p.163 – 185, 2007.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BIRMAN, J. **Gramáticas do erotismo**: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BUTLER, J. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do 'sexo'. In: **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Louro, G. L. (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____ (2008). **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CALLIGARIS, C. Diferenças sexuais. **Cadernos da APOA**, Porto Alegre, n. 123, abr., p. 11-14, 2004.

CHAUÍ, M de S. **Convite à Filosofia**. 12ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 2002.

CONTINENTINO, A. M. A. **A alteridade no pensamento de Jacques Derrida**: Escritura, Meio-Luto, Aporia. Tese (Doutorado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

COSTA, C. de L. O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: as (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto. In: **Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade**. PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (Orgs). Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 57- 90, 2006.

DALY, K. J. Spending time with the kids: meanings of family time for fathers. **Family Relations**, 45 (4), 466-476, 1996.

DEL PRIORE, M. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: **História das mulheres no Brasil**. 9. ed., 1ª impressão. São Paulo: Contexto. p. 78-114, 2008.

D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: Priore, M. Del. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed., 1ª impressão. São Paulo: Contexto. p. 223-240, 2008.

DERRIDA, J. **Espolones: Los Estilos de Nietzsche**. Tradução de M. Arranz Lázaro em Pré-Textos, Valencia, 1981.

_____. **Limited Inc**. São Paulo: Papyrus, 1991a.

_____. **Margens da Filosofia**. São Paulo: Papyrus, 1991b.

_____. **A farmácia de Platão**. São Paulo: Editora Iluminurad Ltda, 1997a.

_____. Carta a un amigo japonés. In: **El tiempo de una tesis: Deconstrucción e implicaciones conceptuales**, Proyecto A Ediciones, Barcelona, pp. 23-27, 1997b. Tradução de Cristina de Peretti. Disponível em: <http://www.jacquesderrida.com.ar/textos/carta_japones.htm>. Acesso em: 19/10/2010.

_____. **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **Gramatologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

_____. **A escritura e a diferença**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

DERRIDA, J; ROUDINESCO, E. **De que amanhã:** diálogo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

DIAS, C. **Discriminação sexual no jardim de infância.** REVISTA CRESCER, Seção: Comportamento, publicada em 15 de dezembro de 2009. Disponível em: <
<http://revistacrescer.globo.com/Revista/Crescer/0,,EMI111033-15151,00-DISCRIMINACAO+SEXUAL+NO+JARDIM+DE+INFANCIA.html>>
 Acesso em: 18/12/2009.

DUBY, G; PERROT, M. **Historia de las mujeres:** La antigüedad: modelos femeninos. Taurus Ediciones: Madrid, v. 1. ,1993a.

_____. **Historia de las mujeres:** El siglo XIX – cuerpo, trabajo y modernidad. Taurus Ediciones: Madrid, v. 8, 1993b.

FONSECA, C. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. **Psicologia USP**, v. 13, n. 2, São Paulo, 2002.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. A inquietude da atualidade (entrevista). **IHU Online**, ano 4, n. 119, p. 6–9. Disponível em: <www.ihu.unisinos.br>. Originalmente publicado no n.49 de L ‘A rc, com data de 4 de março de 1972, 2004.

FRAISSE, G.; PERROT, M. Introducción. In: DUBY, G; PERROT, M. **Historia de las mujeres:** El siglo XIX: La ruptura política y los nuevos modelos sociales. Taurus Ediciones: Madrid, v. 7, p.11-17, 1993.

FREIRE COSTA, J. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. A questão psicanalítica da identidade sexual. In: Graña, R. B. **Homossexualidade: formulações psicanalíticas atuais**. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 15-27, 1998.

FIGUEIREDO, L. C. **A invenção do psicológico**: quatro séculos de subjetivação. São Paulo: Escuta, 1992.

_____. **O tempo na pesquisa dos processos de singularização**. 2002. Disponível em: <<http://www.psi.puc-rio.br/LuisClaudioTempo.html>>. Acesso em 20/03/2010.

FURLAN, R. A questão do método na Psicologia. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.13, n.1, jan./mar, 2008.

FREUD, S. **Conferência XXXIII – Feminilidade** [1933]. Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, versão 2.0. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos à Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MACEDO, M. dos S. Tecendo o fio e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In: BRUSCHINI, C.; PINTO, C. R. (Orgs.). **Tempos de lugares de gênero**. São Paulo: FCC/Ed. 34, p. 53-83, 2001.

NASCIMENTO, E. Escrita e Gramatologia. In: _____. **Derrida e a Literatura**. Niterói, RJ: EdUFF. 1999. Disponível em: <<http://www.rubedo.psc.br/Artigos/gramato.html>>. Acesso em 08/09/2010.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez, 2006.

NIGRO, R. O direito da desconstrução. In: **Desconstrução e ética: Ecos** de Jacques Derrida. Organizador: Paulo Cesar Duque-Estrada. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio. São Paulo: Loyola, p. 79-100, 2004.

PERUCCHI, J; BEIRÃO, A. M. Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 57-69, 2007.

PICCININI, C. A.; SILVA, M. da R.; GONÇALVES, T. R. G.; LOPES, R. S.; TUDGE, J. **O envolvimento paterno durante a gestação**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, v.17, n.3, p.303-314, 2004.

PINTO, J. P. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. **DELTA**, v. 23, n. 1, p. 1-26, 2007.

ROCHA, Z. A experiência psicanalítica: seus desafios e vicissitudes, hoje e amanhã. **Ágora**, v.11, n.1, Rio de Janeiro, jan./jun, 2008.

RODRIGUES, C. **Coreografias do feminino**. Florianópolis: Mulheres, 2009.

_____. Butler e a desconstrução do gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1): 179 -199, janeiro-abril, 2005.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n.2, p. 5-22, jul./dez. 2002, 1990.

_____. Experiência. In: **Falas de gênero**: teorias, análises, leituras. SILVA, A. L. da; Lago, M. C. de; Ramos, T. R. O. (Org). Florianópolis: Editora Mulheres. p. 21-55, 1999.

SILVA, C. I. da. **As mulheres de Derrida**. São Paulo: Witz Editora, 2004.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (Org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 73-102, 2008.

SOUZA, M. A cordialidade como mal-estar ou a violência como o recalcado. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, Editora Escuta: São Paulo, v. 02, n. 04, p. 123-142, 1999.

_____. Narrativas, conhecimento e homem simbólico: entrelaçamentos entre saberes e fazeres. **Revista Mal-estar e Subjetividade**. Fortaleza, v. VI (nº 1), p. 137-161, 2007.

SOARES, J. dos S.; CARVALHO, A. M. Mulher e mãe, "novos papéis", velhas exigências: experiência de psicoterapia breve grupal. **Psicologia em Estudo**. Maringá – PR, v.8, n. spe, p. 39-44, 2003.

TODOROV, T. **A conquista da América**: a questão do outro. 2ª ed. brasileira. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1988.

VASCONCELOS, J. A. O que é a desconstrução? **Revista de Filosofia**, Curitiba, v. 15 n.17, p. 73-78, jul./dez, 2003.

ZANONI, A. **Criança pode escolher ser menino ou menina?** Veja o que os especialistas dizem. JORNAL ZERO HORA, Caderno Donna, Seção Família, publicada em 16 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/donna/19,206,3004697,Crianca-pode-escolher-ser-menino-ou-menina-Veja-o-que-os-especialistas-dizem.html>>. Acesso em 16/08/2010.

APÊNDICE A

Roteiro de entrevista

A) Dados de identificação:

Nome

(fictício): _____

Idade: _____ Escolaridade _____ Profissão _____

Filhos/filhas e idade: _____

B) Questões:

1) Qual o nome do(s) seu(s) filho(s) ou filha(s)? Qual a idade dele(s)/dela(s).

2) Como você organiza o seu cotidiano para realizar as atividades de cuidar dos seu(s) filho(s)/filha(s)? Quais atividades você realiza com eles/elas no dia-a-dia?

3) Como descreve sua relação com seus filho(s) e filha(s)? Você se considera presente, ausente, autoritária, não autoritária, etc?

4) Que características você atribui ao(s) seu(s) filho(s) e à(s) sua(s) filha(s)?

5) Como você e o pai das crianças se organizam na educação do(s) filho(s) e das filha(s) e nas responsabilidades cotidianas?

6) Existem diferenças entre “criar meninos” e “criar meninas”? Quais?

7) Você já conversou com seus filho(s) e filha(s) sobre “o que é ser homem”, “o que é ser mulher” ou já passou por experiências com eles(as) relacionadas a esta questão?

8) O que você considera que caracteriza o “ser mulher”?

9) E o que define/caracteriza “ser homem”?

10) As definições dos termos “mulher e homem” são as mesmas de “feminino e masculino”? Estas palavras expressam a mesma coisa para você?


1) Você compra brinquedos e/ou livros para seu(s) filho(s)/filha(s)? Quais brinquedos ou livros compra para o menino e quais compra para a menina?

11) Já enfrentou dificuldades na criação do(s) seu(s) filho(s)/filha(s) em relação a atribuição cultural de atividades masculinas e atividades femininas? Quais foram essas dificuldades?

12) Você deixa seu(s) filho(s)/filha(s) realizarem atividades que não são consideradas específicas do seu gênero (por exemplo, deixar o menino/menina realizar brincadeiras ou então se vestirem, com padrões que não correspondem aos atributos especificados pela cultura). Caso negativo, explique o motivo de não permitir essas atividades. Caso afirmativo, cite alguns exemplos de situações quando isto aconteceu.

ANEXO I

Certificado Page 1 of 1

 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CERTIFICADO Nº 600

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, instituído pela PORTARIA N.º 0584 GR.99 de 04 de novembro de 1999, com base nas normas para a constituição e funcionamento do CEPSH, considerando o contido no Regimento Interno do CEPSH, **CERTIFICA** que os procedimentos que envolvem seres humanos no projeto de pesquisa abaixo especificado estão de acordo com os princípios éticos estabelecidos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP.


APROVADO

PROCESSO: 600 FR: 316475

TÍTULO: (Des)Construções do masculino e do feminino na relação de mulheres-mães com seus filhos e filhas

AUTOR: Meriti de Souza, Fabiola Langaro

FLORIANÓPOLIS, 22 de Fevereiro de 2010.


Coordenador do CEPSH/UFSC

Prof. Washington Portela de Souza
Coordenador do CEP/PRPe/UFSC

http://www.cep.ufsc.br/projeto_cep/certificado/certificado.php?id_pesquisa=600 22/2/2010

ANEXO II

JORNAL ZERO HORA - Família | 16/08/2010 06h12min

Criança pode escolher ser menino ou menina? Veja o que os especialistas dizem

Comportamento da celebridade-mirim Shiloh Jolie-Pitt chama a atenção
ANELISE ZANONI | anelise.zanoni@zerohora.com.br

Assim que veio ao mundo, Shiloh foi recebida por flashes. Estampou capa de revistas, teve o semblante comparado com os pais e desfilou, ao lado da mãe, modelitos de vestidos e sapatinhos de boneca.

Primeira filha legítima dos atores Angelina Jolie e Brad Pitt, a menina se transformou agora no centro de um polêmico debate: aos quatro anos, quer ser um menino.

O desejo de usar calça jeans masculina, camiseta e bermudas — justificado pela famosa mãe como um gosto próprio da pequena, que, segundo ela, "pensa que é como os irmãos" — foi acatado. Hoje, Shiloh é confundida com o irmão mais novo quando está na rua, porque teve o cabelo cortado e se veste como um guri.

— Alimentar essa vontade da criança pode revelar a perturbação da identidade sexual dos próprios pais. O transtorno de gênero pode afetar diversas áreas da vida da menina e trazer problemas futuros, como quadros de depressão e dificuldade de interação social — explica o psicanalista gaúcho Roberto Barberena Graña, especializado em crianças e adolescentes.

As possíveis consequências na vida de uma criança que vive um gênero oposto ao seu (masculino ou feminino) são explicadas por questões sociais. Desde que nascem, ou quando estão na barriga da mãe, os bebês são inseridos em uma categoria definida: menino ou menina. É quando todos o classificam de acordo com a biologia e passam a comprar roupas com cor relacionada ao sexo e brinquedos diferenciados. A criança fica acostumada com esses conceitos e é tratada de acordo com o gênero que tem. Mas, quando decide ser diferente e assumir outro gênero, uma série de mudanças ocorre a sua volta.

— A distinção entre homem e mulher é básica para a compreensão de nós mesmos enquanto seres humanos. Ela regula o modo como os indivíduos são tratados, os papéis que desempenham na sociedade e as expectativas sobre o modo de se comportar e se sentir — afirma a professora de Educação da Universidade de Londres Carrie Paechter, autora do livro **Meninos e Meninas** (Artmed, 192 páginas).

Ela explica que, nos anos iniciais, a família é a base para o desenvolvimento da compreensão infantil do que homens e mulheres, meninos e meninas fazem e de como essas atividades podem variar de acordo com o sexo de cada um. Crianças menores demonstram tendência à generalizações e tiram conclusões sobre o masculino e o feminino a partir daquilo que enxergam — é possível que Shiloh, por exemplo, veja com encanto o mundo que cerca os irmãos.

Os pais, entretanto, não precisam se preocupar se o filho gosta de brincar com bonecas ou se a menina prefere se divertir com carrinhos ou espadas. A preferência só se torna preocupante se for corriqueira, obsessiva, diz Graña.

— Os pais participam mais ou menos ativamente na produção do transtorno. O comportamento compulsivo deve ser bem observado, e o incentivo leva à construção de um problema maior, ligado ao lado social e ao desenvolvimento da criança. Se os padrões puderem ser analisados precocemente, é possível corrigi-los — afirma Graña.

Pulando de um lado para outro

Sexo é trabalho da genética, gênero se constrói. Para que os dois andem em harmonia na vida de uma criança, é preciso ter identidade de homem ou de mulher e perceber os símbolos e significados do que é masculino e feminino.

Só que, quando sexo e gênero se contrapõem para a criança, uma série de desafios surge, principalmente na vida dos pais.

Para o psicanalista Roberto Barberena Graña, autor do livro **Transtornos da Identidade de Gênero na Infância** (Editora Casa do Psicólogo, 282 páginas), o caso de Shiloh, por exemplo, pode estar ocorrendo devido a uma distorção na matriz familiar do gênero. Ou seja, uma lacuna na identidade sexual do pai ou da mãe (ou dos dois) ou

nas gerações passadas da família pode contribuir para o desejo da menina de ser e se vestir como um guri.

— Ela vive, com certeza, um momento pré-transsexual, o que poderá evoluir para o transexualismo adulto — explica o especialista.

É importante dar liberdade para a criança escolher suas roupas e brinquedos. Entretanto, segundo Graña, quando há compulsão por algo do sexo oposto, há transtorno, que pode afetar áreas do desenvolvimento e trazer dificuldade de interação social, estado de retraimento, quadros de depressão, tentativa de suicídio infantil (ligada principalmente a acidentes domésticos), psicose, problemas na sala de aula, agitação e hiperatividade.

Para evitar os reflexos, ele indica a busca de um profissional para fazer uma avaliação mais precisa. Quanto mais cedo, melhor.

— Aos dois ou três anos, os pais já podem observar algum transtorno e buscar ajuda. Quanto mais precoce o diagnóstico, melhor a evolução clínica. O ideal é não esperar até a puberdade — avalia o especialista.

Os sinais mais comuns são o desejo compulsivo e repetitivo por atividades, brinquedos e roupas do sexo oposto. Meninos que desejam sempre vestir as roupas da mãe ou das irmãs, que se encantam por maquiagens, gurias que não querem saber das bonecas ou que preferem usar cuecas e briga para não usar as roupas de menina, merecem ser observadas com mais atenção, diz o psicanalista.

REVISTA CRESCER SEUS FILHOS - 15/12/2009

COMPORTAMENTO

Discriminação sexual no jardim de infância

Menina de 2 anos foi impedida pela escola de trocar o futebol pelo balé. Aprenda aqui como lidar com situações como estas

CAROLINA DIAS

Isa tem 2 anos e meio mas já escolhe as próprias roupas, adora cor-de-rosa, adora ver a mãe se maquiar e faz questão de dizer a todos que, sim, ela é uma "princesa". Mas, ao contrário do que até poderia ser

considerado um caminho natural, a menina não gosta de balé. Na hora de escolher uma atividade extra para fazer na escola, ela disse preferir mesmo ter aulas de futebol.

Quando contou aos pais, a jornalista Fabrina Martinez e o publicitário Lucas Coelho, que queria jogar bola, a menina da cidade de Três Lagoas (MS) recebeu total apoio. Porém, na escola, a situação foi diferente. Os pais relataram que, no final de novembro, quando Isa foi para a escola vestida de uniforme de futebol, a menina não pôde jogar. Ficou na sala do balé, com as outras meninas. E de castigo.

Lucas foi perguntar à escola o que tinha ocorrido e ouviu de dois funcionários da Escola Doce Infância que "meninos fazem futebol e meninas fazem balé". Esta mesma frase é uma das mais repetidas por Isa desde então. "Ela sempre diz que 'menina não pode'. Que a 'tia' da escola falou", diz a mãe. A atitude teve um efeito. Desde aquele dia, Isa afirma não querer ser mais uma menina, e passou a checar o que menino pode e não pode fazer, como usar batom. Também faz parte das dúvidas da menina se ela continuaria sendo uma princesa caso usasse somente short.

Procurada pela reportagem da Crescer, a psicopedagoga Sílvia Romero, proprietária da Doce Infância, primeiro disse que desconhecia o caso. Depois, ao ser questionada sobre o relato dos pais de Isa, afirmou que só falaria sobre o assunto se a reportagem fosse pessoalmente até a cidade de Três Lagoas. Por telefone, se recusou a comentar a questão e não atendeu mais as ligações.

É menino ou menina

A faixa de idade de Isa é justamente quando a criança começa a perceber as diferenças entre meninos e meninas e passa a questionar tudo. E, claro, seu ponto de vista não tem nada a ver com os tradicionais estereótipos sexuais. "Não existe uma separação de gênero na cabeça da criança. Ela simplesmente vê outra criança fazendo e quer imitar", diz a supervisora de psicologia da Universidade Mackenzie, Solange Aparecido Emílio. Fora isso, até mesmo levar tão a sério as aulas extras também pode ser um equívoco. "Ela está na fase de correr e gastar energia. Aos dois ou três anos uma criança não tem capacidade cognitiva de seguir as regras do futebol ou acompanhar uma coreografia de balé", afirma Maria Luiza Macedo de Araújo, do Centro Brasileiro de Estudos da Sexualidade. Fundamental mesmo são as atividades que a criança brinca livremente, focando a interação com outras crianças.

O que os pais devem fazer?

Nesta história entram duas questões bem importantes. A primeira tem a ver com a questão de gênero e conflitos impostos tão cedo à infância de Isa. Outra é a relação com escola, o vínculo e a confiança quebrados pela falta de flexibilidade. Por isso, em casa, é hora de calma e diálogo. E cuidado com o que a criança realmente deve saber ou ouvir. "Se a criança perguntar o que pode ou não fazer, responda claramente e mostre que isso é normal", diz a psicóloga Maria Luiza. Ou seja: "princesas" jogam futebol e "príncipes" adoram dançar. O melhor em qualquer tipo de educação é misturar possibilidades, oferecer atividades diversas para que a criança cresça vivendo experiências diferentes. E não force a conversa e nem aumente a ênfase no assunto. "É muito fácil e perigoso transformar a situação em algo maior do que realmente é. Se a criança sentir segurança nos pais, ela irá esquecer", afirma Solange, do Mackenzie.

Para a família, no entanto, de tudo ficou uma certeza: no próximo Natal um dos presentes será uma camiseta do Palmeiras, o time do coração do avô paterno da menina.